

RENATA SOUZA ROLIM

**CATADORES, ORGANIZAÇÕES E MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO
NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

R748c Rolim, Renata Souza, 1984-
2014 Catadores, organizações e materiais recicláveis : um estudo
na região metropolitana de Recife/PE / Renata Souza Rolim. –
Viçosa, MG, 2014.
xvi, 93f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.71-80.

1. Catadores de lixo. 2. Coleta seletiva de lixo.
3. Reaproveitamento (Sobras, refugos, etc) Organização.
4. Associações, instituições. 5. Indústria de reciclagem .
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

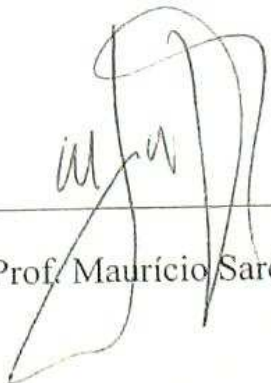
CDD 22. ed. 363.728

RENATA SOUZA ROLIM

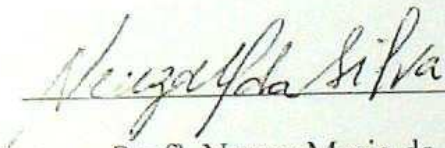
CATADORES, ORGANIZAÇÕES E MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica,
para obtenção do título de "Magister
Scientiae."

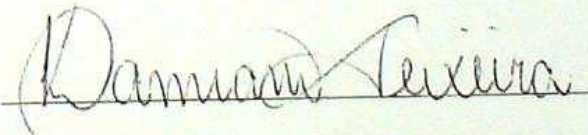
APROVADA: 11 de julho de 2014.



Prof. Maurício Sardá de Faria



Prof. Neuza Maria da Silva



Prof. Karla Maria Damiano Teixeira
(Orientadora)

A minha mãe, Aristela Gomes de Souza, por todo amor, incentivo, compreensão e apoio,

Ao meu pai, René Silva Rolim (in memoriam), por todo amor e ensinamentos deixados,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conduzir, proteger e iluminar em todos os momentos. Sem a permissão Dele nada disso teria sido possível.

Aos meus pais, Aristela e René (*in memoriam*), que sempre me incentivaram a estudar, acreditando que através da educação é possível ultrapassar diversas barreiras. Agradeço, em especial, a minha mãe por ter me motivado a tentar o mestrado, mesmo sabendo que eu tinha interesse num Programa de Pós Graduação fora do estado de Pernambuco, e que isso implicaria ficarmos distantes por algum tempo. Agradeço pela compreensão, apoio, paciência, enfim, agradeço por tudo.

Aos meus irmãos, René e Eduardo, por terem participado desse processo, me apoiando, orientando, e incentivando sempre.

As professoras do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DCD/UFRPE), em especial as professoras Fátima Massena, Edilene Pinto, Inês Maciel, Zênia Tavares, Laura Duque-Arrazola e Joseana Saraiva, por terem me orientado e incentivado a investir na pós-graduação.

Aos professores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop) da UFRPE, em especial aos professores Cirdes e Robson, pelos ensinamentos durante o período do estágio, e por terem me auxiliado, cabendo ressaltar que, sempre com muita boa vontade, durante a pesquisa do mestrado. E também a Professora Hulda (responsável pela seleção de estagiárias para a Incubacoop/UFRPE no ano de 2009), por ter acreditado em meu potencial.

As professoras Tereza Angélica e Rita de Cássia do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (PPGED/UFV) por terem sido tão gentis no processo seletivo.

A minha orientadora, Karla Maria Damiano Teixeira, sobretudo, pela confiança, compreensão, orientação e ensinamentos. Agradeço por ter aceitado me orientar, mesmo sem me conhecer, já que eu estava vindo de outra Instituição, e por ter acreditado no meu trabalho.

A minha coorientadora, Raquel de Aragão Uchôa Fernandes, pela paciência, incentivo, orientação e ensinamentos. Agradeço por ter aceitado o convite de coorientação, e pelas suas palavras amigas que me motivaram muitas vezes quando o cansaço me batia forte.

As professoras Simone, Junia, Fatinha, e a professora Neuza, do PPGED/UFV, e ao professor Cecon, do Departamento de Estatística/UFV, por contribuírem com a minha formação.

As professoras Elza e Neuza, por terem aceitado participar da banca de qualificação quando essa pesquisa era ainda um projeto, dando sugestões importantes para a construção desse trabalho.

Aos catadores de materiais recicláveis que, gentilmente, aceitaram participar da pesquisa, me recebendo sempre muito bem, doando parte de seu tempo para que fosse possível a concretização desse trabalho.

A professora Elza, novamente, por ter aceitado o convite para ser debatedora do Seminário de apresentação dessa pesquisa.

A professora Neuza, mais uma vez, e ao professor Maurício, por terem aceitado o convite para participar da banca avaliadora desta pesquisa.

Às minhas amigas Roberta, Sabrina, Aline, Carmem e suas respectivas famílias e aos amigos Marcelo, Tiago e Carlos, que sempre me apoiaram e incentivaram, fazendo-se presentes, apesar da distância.

As meninas da república com quem morei, Roberta, Priscila, Sarah, Tássia, Guiri, Carol, em especial a Bunny, pessoa de um coração enorme, uma grande amiga com quem sempre pude contar.

Aos amigos Francisco, André, Wellington, Gessimar, Oscar, Karina e Camila da disciplina de EST 630, e aos amigos Lara e Alexandre da disciplina de ADM 663 pela solidariedade e generosidade nos estudos em grupo.

Aos amigos do mestrado, em especial Renato, Andréa, Suellen, Ludimila, Luciana e Leilane pela companhia, pelos ótimos momentos vividos, pelo apoio, enfim, pela amizade em si.

Aos amigos que fiz através dos outros amigos, em especial a Juan, Ramone, Ednando, Ivan, Albert, Rodolpho, Eliane, Lorena, Zé, Thiago, Elaine, Carla por todos os momentos inesquecíveis e maravilhosos que compartilhamos juntos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Enfim, agradeço a todos que tornaram essa caminhada mais amena e feliz.

Gratidão.

Segura na mão de Deus, segura na mão de Deus

Pois ela, ela te sustentará

Não temas; segue adiante e não olhes para trás

Segura na mão de Deus, e vai.

Nelson Monteiro da Mota

BIOGRAFIA

RENATA SOUZA ROLIM, filha de Aristela Gomes de Souza e René Silva Rolim, nasceu no dia 6 de julho de 1984, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Iniciou seus estudos na Escola Particular Balão Mágico, onde cursou pré-escolar e meio semestre do primeiro ano do ensino fundamental I, mudando então para Escola Ativa Infância Feliz, onde concluiu seus estudos.

Em 2006 ingressou na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde, enquanto estudante de graduação em Economia Doméstica, desenvolveu alguns projetos de extensão voltados à educação ambiental em uma associação beneficente para crianças e em duas escolas municipais para alunos do Ensino Fundamental II. Ainda enquanto estudante de graduação, estagiou na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop) com grupos voltados à área de resíduos sólidos, e no Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Mulher (NUPEM) atuando na linha de pesquisa Gênero e Trabalho, ambos na UFRPE. Em 2011 concluiu sua graduação, obtendo o título de Bacharela em Economia Doméstica.

Em 2012 iniciou o mestrado no Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica (PPGED) atuando na linha de pesquisa Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), submetendo-se a defesa da dissertação em julho de 2014 para obtenção do título de Mestre em Economia Doméstica.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	ix
LISTA DE TABELAS E FIGURAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Justificativa e Contextualização do Problema.....	04
1.2. Objetivo Geral.....	05
1.3. Objetivos Específicos.....	05
2. REVISÃO DE LITERATURA	06
2.1. Precarização do trabalho: o contexto dos catadores de materiais recicláveis.....	06
2.2. O catador e suas formas de organização.....	11
2.3. Lixo, resíduo sólido e material reciclável.....	14
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1. Caracterização da pesquisa.....	22
3.2. Local de estudo: Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pernambuco.....	22
3.3. População e Amostra.....	25
3.4. Forma de Coleta e Análise dos Dados.....	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1. Processo de surgimento das organizações: inserção e envolvimento dos catadores.....	29
4.1.1. Cooperativa de Reciclagem de Plásticos – COOREPLAST.....	29
4.1.2. Associação dos Recicladores de Olinda – ARO.....	31
4.1.3. Associação de Catadores União e Força – ASCUF.....	34
4.1.4. Cooperativa de Catadores Erick Soares – COOCARES.....	36

4.1.5. Associação dos Catadores da Dignidade de Camaragibe – ACAD.....	38
4.1.6. Associação de Catadores o Verde é a Nossa Vida.....	39
4.2. Perfil sociodemográfico dos catadores de materiais recicláveis.....	41
4.3. Trajetória ocupacional dos catadores de materiais recicláveis: do passado à atualidade.....	47
4.4. Sociedade, poder público e família na percepção dos catadores.....	54
4.4.1. Sociedade.....	54
4.4.2. Poder Público.....	57
4.4.3. Família.....	61
4.5. Materiais recicláveis: de onde vêm, para onde vão, o que será feito?.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
APÊNDICES.....	81

LISTA DE SIGLAS

ABAL	Associação Brasileira de Alumínio
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRALATAS	Associação Brasileira dos Fabricantes de Lata de Alta Reciclabilidade
ACAD	Associação de Catadores da Dignidade de Camaragibe
ARO	Associação dos Recicladores de Olinda
ASCUF	Associação de Catadores União e Força
ASMARE	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável
BF	Bolsa Família
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de Pernambuco
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEET	Comissão de Estudo Especial Temporária de Resíduos Sólidos
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CEMPRE	Compromisso Empresarial para a Reciclagem
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COOCARES	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável Erick Soares
COOPAMARE	Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
COOREPLAST	Cooperativa de Reciclagem de Plásticos
COOCATAR	Cooperativa de Trabalhadores Catadores de Material Reciclável
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FBB	Fundação Banco do Brasil
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente

FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GAIA	Global Alliance for Incinerator Alternatives/Alianza Global Alternativas a la Incineración
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Incubacoop	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	Organização Internacional de Padronização
MC	Ministério das Cidades
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MPS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
NBR	Norma Brasileira Registrada
NR	Norma Regulamentadora
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda a Constituição
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PERS	Política Estadual de Resíduos Sólidos
PEV	Ponto de Entrega Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PMAC	Programa Meio Ambiente e Cidadania

PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMRS	Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Pública Privada
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMR	Região Metropolitana do Recife
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	Secretaria de Direitos Humanos da Previdência da República
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SUCOOP	Superintendência de Cooperativismo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1.	Mesorregiões do Estado de Pernambuco.....	22
Figura 2.	Região Metropolitana do Recife/PE.....	23
Tabela 1.	Municípios, Organizações e Número de Associados.....	27
Tabela 2.	Perfil Sociodemográfico dos Catadores Entrevistados, Recife, 2013.....	41
Tabela 3.	Período em que os catadores ficaram sem trabalho até iniciar na catação de materiais recicláveis, Recife, 2013.....	52
Tabela 4.	Intervalos de décadas e a percentagem dos catadores estudados que se inseriram na atividade de catação de materiais recicláveis, Recife, 2013.....	52

RESUMO

ROLIM, Renata Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2014. **Catadores, organizações e materiais recicláveis: um estudo na Região Metropolitana do Recife/PE.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira. Coorientadora: Raquel de Aragão Uchôa Fernandes.

Frente às mudanças no mundo do trabalho, decorrentes das crises do modo de produção capitalista, um maior contingente de pessoas ficou desempregado, recorrendo assim, às atividades informais como forma de garantir sua sobrevivência. Parte dessa população, sobretudo pelo seu baixo nível de escolaridade e qualificação, busca na catação de materiais recicláveis uma alternativa de trabalho para geração de renda. Os catadores têm se organizado em associações e cooperativas, além do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) como forma de alcançar melhorias em suas condições de trabalho e de vida, nos âmbitos pessoal, familiar e social, para dar visibilidade ao seu trabalho, e unir forças para reivindicar suas demandas. Os catadores são os principais atores na cadeia produtiva da reciclagem, colocando o Brasil, inclusive, na posição dos maiores países recicladores em termos mundiais. Nesse sentido, objetivou-se conhecer a história de três agentes fundamentais ao processo de reciclagem do lixo: o catador de material reciclável, a organização (cooperativas e associações) e o lixo, a fim de entender como essas histórias se interagem, complementam e influenciam. O estudo, de natureza qualitativa, teve como população os catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas na Região Metropolitana do Recife. A pesquisa se deu no período entre outubro a dezembro do ano de 2013, sendo a construção dos dados primários obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, e encerradas quando se atingiu o ponto de saturação. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo. A sua trajetória ocupacional dos catadores foi marcada pela informalidade, entendendo-se que isso se deve, principalmente, pela sua baixa escolaridade e pouca qualificação, principais requisitos para quem busca uma colocação no mercado de trabalho formal. Desse modo, muitos catadores buscaram se organizar em cooperativas e associações por acreditarem que através do trabalho coletivo pudessem melhorar suas condições de trabalho. No entanto, as organizações estudadas, ao serem constituídas por pessoas com baixa escolaridade, enfrentavam dificuldades no processo administrativo sendo, portanto, importantes as capacitações oferecidas pelas ONG's, universidades e prefeituras, para que esses

trabalhadores pudessem melhor se organizar. Os catadores estudados demonstraram pouco conhecimento sobre o destino dos recicláveis a partir da comercialização. De modo geral, a história dos catadores, organizações e materiais recicláveis, se dá porque esses trabalhadores buscam o trabalho da catação pela situação de desemprego, no entanto, essa possibilidade se dá também aliada pelo crescimento populacional, pela industrialização e mudanças nos hábitos de consumo, onde propicia o crescimento das indústrias de reciclagem, uma vez que há um grande número de pessoas que catam esses materiais recicláveis podendo reinseri-los nas indústrias. Estes catadores se organizam por meio de organizações (associações e cooperativas), em busca de melhores condições de trabalho, e consequentemente melhor renda. Mostrando assim, que o funcionamento dessa tríade é fundamental para o funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem, que é interessante no que tange às questões ambientais, não podendo-se dizer o mesmo quando se refere às questões sociais, visto que os catadores apesar de serem os atores mais importantes, são os menos favorecidos economicamente.

ABSTRACT

ROLIM, Renata Souza, M. Sc, Universidade Federal de Viçosa, July 2014 **Collectors, organizations and recyclable materials: study in the Metropolitan Region of Recife/PE.** Advisor: Karla Maria Damiano Teixeira. Co-advisor: Raquel de Aragão Uchôa Fernandes.

Facing the changing world of work, resulting crises of the capitalist mode of production, a greater number of people became unemployed, thus resorting to informal activities in order to ensure their survival. Part of this population, especially for its low level of education and qualification, search on scavenging for recyclables alternative work to generate income. The pickers have organized themselves into associations and cooperatives, and the National Movement of Recyclable Materials (MNCR) as a way to achieve improvements in their working conditions and living in personal, family and social, to give visibility to their work and join forces to claim their demands. Scavengers are the main actors in the production chain of recycling, putting Brazil, including the position of the largest recyclers countries globally. In this sense, the aim of knowing the history of the three main waste recycling process agents: the collector of recyclable materials, the organization (cooperatives and associations) and the garbage in order to understand how these stories interact, complement and influence. The study was qualitative, the population had as waste pickers organized into associations and cooperatives in the Metropolitan Region of Recife. The research took place in the period from October to December of the year 2013, with the construction of primary data obtained through semi-structured interviews, and closed when it reached the saturation point. For data processing, we used content analysis. Its occupational trajectory of scavengers was marked by informality, with the understanding that it is mainly by their poor education and qualification, the main requirements for anyone seeking a place in the formal labor market. Thus, many collectors sought to organize themselves into cooperatives and associations for believing that through the collective work could improve your working conditions. However, the organizations studied, to be comprised of people with low education, they faced difficulties in administrative proceedings is therefore important the training offered by NGOs, universities and municipalities, so that these workers could be organized better. Scavengers studied showed little knowledge about the fate of recyclables from marketing. In general, the history of collectors, organizations and recyclable materials, is because these workers

seek work scavenging for unemployment, however, this possibility also gives the combined population growth, industrialization and changes in consumer habits , which encourages the growth of recycling industries, since there are a large number of people who scavenge these recyclables can reinsert them in the industries. These scavengers are organized by organizations (associations and cooperatives), in search of better working conditions, and consequently higher income. Thus showing that the operation of this triad is critical to the functioning of the supply chain of recycling, which is interesting in regard to environmental issues, it can-not say the same when it comes to social issues, since the collectors although the most important actors are economically disadvantaged.

1. INTRODUÇÃO

Coletar materiais recicláveis tem sido uma opção para uma parcela da população em situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional e que tem inserção precária no mundo do trabalho. Na obra “Os Empresários do Lixo: um paradoxo da Modernidade”, Magera (2005) afirma que a coleta de materiais recicláveis está sendo realizada por organizações formadas, majoritariamente, por desempregados e pessoas sem formação educacional que foram excluídas do mercado de trabalho.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), por meio do *Jornal De catador para catador* (2010) estima que, em 2010, existiam, no Brasil, cerca de 800 mil catadores sobrevivendo da coleta de materiais recicláveis, sendo que 200 mil realizavam seu trabalho de forma coletiva, ou seja, organizados em associações e cooperativas. Bosi (2010) acrescenta que essa força de trabalho encontra-se também em outros países da América Latina.

Conforme Fé e Faria (2011), os catadores de materiais recicláveis não são bem remunerados, apesar de serem os principais responsáveis pelo abastecimento das empresas recicladoras. De acordo com o MNCR (2009), 90% da produção de matéria-prima que abastece as indústrias recicladoras são provenientes do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. O comércio de materiais recicláveis, segundo Gonçalves e Abegão (2004), ampliou-se, constituindo, assim, uma cadeia de produção, denominada de cadeia produtiva da reciclagem.

Com a industrialização, a sociedade capitalista passa a ter novos hábitos de consumo, além de utilizar-se, cada vez mais, de materiais descartáveis (CARVALHO *et al.*, 2011). Segundo Oliveira *et al.* (2011), o desenvolvimento econômico ocasionou uma produção de resíduos sólidos em grandes quantidades e de diversas composições, havendo mudanças na composição química daquilo que se é descartado e chamado, historicamente, de lixo¹.

Gonçalves e Abegão (2004) afirmam que o lixo produzido na sociedade é também um depósito de objetos e produtos que podem ser reciclados, ou seja, podem dar origem a novos produtos que irão poupar o uso de recursos naturais. Assim, o lixo passa a ter outras características, como por exemplo, não mais constituir um conjunto de agregado de resíduos sem utilidade, e tornar-se uma oportunidade de trabalho para aqueles que o buscam como

¹ Lima (1988) descreve-o como aquele constituído pelos resíduos sólidos resultantes das atividades humanas na sociedade, e são decorrentes das sobras de alimentos, papelão, plásticos, papel, vidros, entre outras substâncias.

alternativa de sobrevivência. No entanto, o termo lixo é questionado em sua origem, alterando-se, assim, para o termo resíduo sólido, apesar de ainda ser chamado comumente de lixo.

Os recicláveis coletados pelos catadores colocam o Brasil como um dos maiores países recicladores de alumínio do mundo (GONÇALVES, 2005). De acordo com a Associação Brasileira de Alumínio (ABAL/2011) e a Associação Brasileira dos Fabricantes de Lata de Alta Reciclabilidade (ABRALATAS/2011), no ano de 2011, aproximadamente 98,3% das latas de alumínio foram recicladas no Brasil. O país ainda ocupa lugar de destaque no cenário mundial com a reciclagem de plásticos, reciclando 21,7% e ficando à frente de países como França, Portugal e Finlândia, e de papel ondulado (papelão) – consumido principalmente pelas indústrias de embalagens – que representou 73,3% do volume total reciclado (CEMPRE, 2013). No entanto, segundo Bosi (2010), enquanto na Europa grande parte do recolhimento se dá por programas de coleta seletiva, no Brasil e nos outros países latinos, ocorre devido à disponibilidade de trabalhadores para o recolhimento dos recicláveis.

Gonçalves (2005) explana que, ao buscar a atividade de catação como uma alternativa de trabalho para a geração de renda, garantindo assim, sua sobrevivência e de sua família, os catadores de materiais recicláveis vêm desempenhando um considerável papel socioambiental, visto que também estão dando aos materiais coletados um destino adequado, que é a reciclagem, beneficiando desta maneira, o meio ambiente.

No entanto, muitos destes trabalhadores ainda não têm o reconhecimento social pelo trabalho que realizam por parte da sociedade, e muitos não possuem o apoio das prefeituras nos municípios onde realizam seu trabalho, ainda que o mesmo seja realizado de forma organizada. Entretanto, de acordo com Pinhel *et al.* (2011), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) os apontam como parceiros preferenciais na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Na rua, local onde esses trabalhadores catam os recicláveis que irão lhes garantir uma fonte de renda, os catadores constroem suas histórias e lutam contra a precariedade econômica (GONÇALVES, 2005). Portanto, a criação de organizações tem como uma de suas finalidades a garantia do respeito aos seus direitos, incluindo, inclusive, a garantia da vida.

Fé e Faria (2011) afirmam que essas formas de organização, tanto no campo da produção e enquanto movimento social, carregam a perspectiva da articulação em redes, como forma de fortalecer e articular o local, o nacional e mesmo o internacional, para que os

catadores alcancem melhorias em suas condições de trabalho e de vida nos âmbitos pessoal, familiar e social.

Medeiros e Macêdo (2006) afirmam que, ao se organizarem em associações e cooperativas, os catadores buscam melhores condições de trabalho, possibilitando-lhes competir por meio do aumento da oferta de materiais recicláveis em um volume maior, garantindo, assim, negociações de preços dos produtos.

Alguns estudos, como os de Magera (2005), Medeiros e Macêdo (2006) e Bosi (2010) apontam que geralmente os catadores não conseguem comercializar seus produtos diretamente com as empresas recicladoras por algumas razões: (1) quantidade insuficiente de materiais, o que é desinteressante para as empresas; (2) galpão em tamanho insuficiente para armazenar grande quantidade de materiais; e, ou (3) falta de meios de transporte para levar até as empresas. Assim, o comércio dos materiais é feito com os atravessadores que, juntamente com os empresários, estabelecem o preço a ser pago aos catadores.

A presente pesquisa teve como proposta realizar um estudo na Região Metropolitana do Recife (RMR) acerca da história de três elementos fundamentais ao processo de reciclagem: o catador, a organização (cooperativas e associações) e os materiais recicláveis. Inicialmente, procurou-se conhecer a trajetória de vida dos catadores e sua percepção sobre sua inserção social e seu papel ambiental. Em relação às organizações (cooperativas e associações), buscou-se compreender seu processo de surgimento, sua forma de organização e seu papel socioambiental. Por último, e não menos importante, conhecer a trajetória dos materiais recicláveis, ou seja, sua origem, processamento e destino.

Desse modo, esta pesquisa também questiona os catadores de materiais recicláveis sobre o seu conhecimento do que é feito com os materiais recicláveis após a comercialização, a fim de compreender sua percepção sobre a cadeia produtiva da reciclagem.

A escolha pela temática surgiu como um desdobramento dos estudos e trabalhos desenvolvidos pela discente durante a graduação no curso de Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). No ano de 2009, a discente iniciou o estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop), da mesma instituição, concluindo-o em 2011, ano de sua colação de grau.

A partir dessa experiência, desenvolveu o trabalho monográfico para obtenção do título de Bacharela em Economia Doméstica, o qual resultou de um projeto de pesquisa intitulado *“Catação de materiais recicláveis: alternativa de trabalho e geração de renda para mulheres ou contribuição para acumulação de capital?”*. Desse modo, a escolha em

continuar neste universo esteve associada ao interesse em aprofundar o estudo e o conhecimento sobre essa população específica que vem aumentando cada vez mais se tornando tão importante para o desenvolvimento sustentável não só do Brasil, mas do mundo.

1.1. Justificativa e Contextualização do Problema

Apesar de a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento que nomeia, codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, reconhecer a atividade de catador de material reciclável como profissão, sob o número 5192-05, o catador constitui uma parcela de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal e cuja ocupação principal – a atividade de catação de materiais recicláveis –, é marginalizada pela sociedade. Para Bortoli (2009), apesar do reconhecimento profissional através da CBO, esse marco não modificou positivamente as condições de trabalho e de vida dos catadores de materiais recicláveis. Porém, esta é uma conquista importante, pois os dá identidade e é um passo importante para seu reconhecimento enquanto trabalhador. Os trabalhadores se empoderam a partir da conquista de passos importantes.

Trata-se, também, de uma população que vem crescendo cada vez mais devido às mudanças no mundo do trabalho e ao avanço tecnológico, que exigem maior grau de escolaridade e qualificação, o que faz com que muitas pessoas encontrem na catação de materiais recicláveis uma forma de garantir seu próprio sustento e o de sua família. Reynals (2002) destaca que essa é uma atividade que se constitui na principal estratégia de sobrevivência de uma parcela da população que vivencia situação de vulnerabilidade social, sendo uma atividade econômica que não requer capital inicial e nem contatos, podendo ser realizada a qualquer momento como forma de obter meios para sobrevivência.

Em relação à remuneração, geralmente os catadores não são bem remunerados², visto que, conforme Oliveira (2009), eles estão inseridos na cadeia produtiva da reciclagem, que constitui um oligopsônio, sendo formada por um grande número de vendedores de matérias-primas (catadores) e poucos compradores (empresas recicladoras). Tal aspecto constitui um fator agravante, pois, segundo Carmo (2009), e também investigada nesta pesquisa, os catadores, geralmente em sua totalidade, desconhecem os aspectos relacionados à cadeia produtiva da reciclagem, o que está, muitas vezes, associado ao seu baixo nível de

² De acordo com o MNCR (2010), em 2010, a renda média nacional dos catadores era inferior a um salário mínimo. Cabe destacar que o salário mínimo no ano de 2010 era equivalente ao valor de R\$: 510,00.

escolaridade, ausência de capital inicial, entre outros aspectos investigados, que impedem que obtenham melhores ganhos. Deve-se ressaltar, também, a questão da necessidade de ganho imediato para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Esta é uma população que vem crescendo cada vez mais e existem poucos estudos sobre esta temática, principalmente em termos regionais, havendo uma carência de estudos na região Nordeste quando comparada às regiões Sul e Sudeste, conforme a composição dos estudos levantados por este trabalho.

Problematiza-se, assim, que não apenas o conhecimento a respeito da trajetória de vida dos catadores permitirá um melhor embasamento e aprofundamento sobre as questões enfrentadas por eles, sendo importante, também, conhecer a trajetória da criação das organizações e dos materiais coletados. Isso porque um elo da cadeia de reciclagem não existe sem o outro, sendo o entendimento do funcionamento dessa tríade importante para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades desse público desprovido de condições sócio trabalhistas adequadas e dignas.

Acredita-se, ainda, que o conhecimento produzido a partir desse estudo poderá contribuir para a construção de ações que visem orientar e sensibilizar a sociedade e o poder público para uma mudança de realidade, sendo esta mais justa e minimizadora de desigualdades.

Espera-se, também, que o mesmo colabore na construção de projetos de extensão que levem em consideração as principais necessidades desse público, com olhar atento para suas limitações, mas também refletindo sobre suas potencialidades, criando estratégias que melhorem suas condições no âmbito de seu trabalho, que de alguma forma poderá contribuir para melhorias para além deste.

1.2. Objetivo Geral

O objetivo geral consistiu em conhecer a história de três elementos fundamentais ao processo de reciclagem do lixo: o catador, a organização (cooperativas e associações) e o material reciclável, a fim de entender como essas histórias se interagem, complementam e influenciam.

1.3. Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, teve-se:

- Caracterizar sociodemograficamente os catadores de materiais recicláveis;
- Conhecer a trajetória ocupacional dos catadores antes de ingressarem na atividade de catação de materiais recicláveis e os motivos pelos quais ingressaram na atividade de catação;
- Avaliar a percepção dos catadores em relação à sociedade, ao poder público e à família sobre o trabalho que desempenham.
- Conhecer a história do surgimento da organização e entender o processo de inserção e envolvimento dos catadores;
- Conhecer a trajetória do material reciclável em termos de origem, processamento e destino.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A partir dos objetivos propostos, a revisão de literatura desta pesquisa buscou discutir alguns elementos elencados como necessários para conhecer, entender e compreender a temática estudada, a saber: (1) Precarização do trabalho: o contexto dos catadores de materiais recicláveis; (2) O catador e suas formas de organização; e (3) Lixo, resíduos sólidos e materiais recicláveis.

2.1. Precarização do trabalho: o contexto dos catadores de materiais recicláveis

O modo de produção capitalista, de acordo com Brum (2005) é um sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho, que tem como objetivo principal o lucro. Marcado por crises, decorrentes da busca pela acumulação de capital, o capitalismo apresenta uma trajetória ondulada, com ciclos de expansão seguidos de períodos de crises econômicas.

De acordo com Filgueiras (1997) a reestruturação produtiva, especificamente a relacionada à crise que teve início na década de 1970, pode ser compreendida como uma resposta dada ao capital devido à queda/estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros, ou seja, está relacionada às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho.

Sobre essas crises, Mota (2009), corrobora afirmando que expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, ou seja, são produzidas mercadorias que a população não pode comprar, comprometendo, assim, a realização do capital. As mercadorias precisam ser

rapidamente transformadas em dinheiro para que retornem ao incessante processo de acumulação de capital: produção/circulação/consumo.

Fé e Faria (2011) apontam que:

nos períodos de crise econômica e aumento de desemprego, novos contingentes de trabalhadores são descartados pelo processo de produção de capital, observando-se o processo de inflexão das trajetórias profissionais para setores intensivos em força de trabalho menos qualificada (FÉ e FÁRIA, 2011, p. 18).

Diante das metamorfoses no mundo do trabalho, onde se alarga a realidade do desemprego, muitos desses trabalhadores recorrem às atividades informais como forma de garantir seu sustento e de suas famílias, sendo que muitos, por sua condição social e baixos níveis de escolaridade, recorrem à catação de materiais recicláveis. Bosi (2010) afirma que essa população representa aquela que foi desancada do mercado de trabalho e sem qualificações exigidas para ingressar em ocupações formais, sem contrato de trabalho e com uma produtividade que é definida por sua produção.

Dessa forma, Bhommik (2002) assinala que para algumas pessoas a coleta de materiais recicláveis representa, muitas vezes, a única forma de sobrevivência, sendo essas pessoas consideradas as mais pobres entre os mais pobres urbanos, com baixo *status*, e agregando a presença marcante de mulheres e, às vezes, crianças.

O número crescente de catadores de materiais recicláveis está relacionado, às exigências para acesso ao mercado de trabalho formal no qual os catadores, por constituírem uma massa de desempregados devido à sua idade, condição social e baixa escolaridade, não conseguem se inserir (MAGERA, 2005).

Para Mota *et al.* (2005), transformados em produtores de simples mercadorias, à moda do fabricante, os catadores materializam uma das novas *personas* do trabalho reestruturado, uma vez que estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas apartados das condições que lhes asseguram os meios de proteção legais e institucionais, relacionados ao seu estatuto de trabalhador.

Bosi (2010) afirma que essa força de trabalho encontra-se em quase todas as cidades do país, sendo que seu crescimento foi mais intenso nos últimos 20 anos. Para o autor, a reciclagem tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos passaram a ser uma tarefa viável e de baixo custo, ou seja, quando esta passou a ser realizada por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado.

No entanto, os catadores de materiais recicláveis, apesar de representarem o elemento mais significativo no que tange o processo de reciclagem, não têm acesso a um mínimo de garantias sociais vinculadas ao trabalho (OLIVEIRA, 2009).

A presença de catadores no Brasil não é um fenômeno recente. Segundo Araújo (2012), foram encontrados registros destes trabalhadores entre o final do século XIX e início do século XX – chamados anteriormente de trapeiros – nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Pinhel *et al.* (2011) afirmam que há indícios de reciclagem no começo do século XX, quando algumas pessoas já viviam do comércio de materiais recicláveis no início do processo de industrialização, sendo o papel já era reciclado, devido à indústria gráfica, assim, este passava por processos industriais tornando-se assim, reutilizáveis.

As autoras supracitadas também discorrem que nessa época também há registros de imigrantes espanhóis que trabalhavam como compradores de sucata no bairro do Brás, cidade do estado de São Paulo, e as famílias, então, acumulavam sucatas (principalmente materiais ferrosos e garrafas) em seus quintais a fim de revendê-las ou trocá-las com os sucateiros.

Fé e Faria (2011) argumentam que inicialmente a atividade de coletar e vender resíduos era restrita a poucos tipos de produtos, como osso, ferro, alumínio e vidro, porém logo alcançou uma gama variada de materiais, incluindo-se então, papel e papelão, caixas longa vida, metais, plásticos, dentre outros. Assim, Pinhel *et al.* (2011) pontuam que à medida que foi se alterando e ampliando o tipo de resíduo gerado, o catador acompanhou essa mudança, passando a coletar os mais variados tipos de recicláveis.

Apesar da existência de pessoas que vivem retirando recursos daquilo que foi descartado por outras pessoas não ser, como dito anteriormente, um fenômeno recente, até os anos de 1970, segundo Bosi (2010), as pesquisas acadêmicas não tinham os catadores de materiais recicláveis como objeto de estudo.

De acordo com Besen (2008), o reconhecimento da atividade de catador de material reciclável pelo Ministério do Trabalho e Emprego se deu no ano de 2002, quando o catador passou a ter os mesmos direitos e obrigações de um trabalhador autônomo. A descrição sumária dos catadores na CBO, sob o número 5192-05, está detalhada da seguinte forma:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (BRASIL, 2002).

Crivellari *et al.* (2008) discorrem que o reconhecimento, interno e externo é uma conquista dos movimentos sociais, promovendo um avanço relativo no processo de

formalização dessa ocupação. As autoras destacam que o nome de uma profissão é muito importante, uma vez que confere identidade ao profissional, determinando-lhe um lugar específico no mundo do trabalho.

No entanto, conforme Bortoli (2009), o reconhecimento profissional dos catadores de materiais recicláveis, por meio da CBO,

não implicou mudanças nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais sem vínculo empregatício e sem direitos, ganham, em geral, menos de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares, não estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem (BORTOLI, 2009, p. 106).

Quanto à forma de desenvolvimento do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, Magera (2005) constatou que a rotina de trabalho dos catadores muitas vezes ultrapassa o período de 12 horas, sendo uma atividade exaustiva. Além disso, são, muitas vezes, explorados pelos donos de depósitos (sucateiros) que pagam um valor simbólico pelo material coletado por esses, insuficiente para sua própria reprodução como catador de materiais recicláveis (MAGERA, 2005).

É inquestionável o importante papel sócio ambiental desempenhado pelos catadores ao coletar os recicláveis. No entanto, os catadores são marginalizados e estigmatizados pela atividade que realizam, pois têm como objeto de trabalho aquilo que a sociedade de consumo rejeitou, chamado historicamente de lixo. Dessa forma, é atribuída a semântica negativa do lixo ao sujeito que com ele trabalha, e tira o seu sustento (ROLIM e MASSENA DE MELO, 2010).

Segundo Juncá *et al.* (2000), o lixo simboliza o velho, o que já não serve, o “caos da mistura”, as imperfeições, e por isso, deve ser levado para longe. Gonçalves (2005) corrobora com essa afirmação ao discorrer que a sociedade, ao considerar o lixo como algo inútil, indesejado e desnecessário, estende tais conceitos às pessoas que trabalham diretamente com ele, recebendo assim, os seus estigmas.

Rolim *et al.* (2013) acreditam que a semântica seria uma das possíveis justificativas para se tentar explicar o motivo de tanta repulsa pelo trabalho de catação de materiais recicláveis, e conseqüentemente, com os trabalhadores que a têm como trabalho.

De acordo com Medeiros e Macêdo (2006), os catadores desenvolvem seu trabalho em condições extremamente precárias, submetendo-se a inúmeros riscos inerentes à sua atividade, agravando-se por estarem muitas vezes desprovidos de garantias trabalhistas, além de seu trabalho não lhes proporcionar uma renda suficiente sendo, muitas vezes, vítimas de preconceito e pouco reconhecidos socialmente.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – (2013), existem 387.910 catadores no Brasil; sendo que 93,3% atuam em áreas urbanas, têm, em média, 39,4 anos; 68,9% são do sexo masculino; 66,1% são negros; e apenas 11,4% deles possuem o ensino médio completo. Os dados tratados pelo IPEA contradizem com o número do MNCR, porém o Instituto reconhece que o número apresentado por ele pode não corresponder ao número real, uma vez que o censo é uma pesquisa domiciliar e declaratória, ou seja, muitas informações podem se perder referentes às pessoas que exercem o trabalho de catação de materiais recicláveis e que não possuem um domicílio. Além disso, segundo o IPEA (2013), muitas pessoas podem exercer a atividade de catação paralelamente em conjunto com outras atividades, e podem assim, não declarar a atividade de catação de materiais recicláveis como atividade principal, fazendo-se com que se perda muitas informações sobre esta população.

A renda média nacional dos catadores, em 2010, era de aproximadamente R\$ 571,56, porém segundo Góes (2013), pesquisadora do IPEA, a renda média não consegue expressar a renda média real, pois é possível identificar valores médios de renda altos (R\$ 629,89 renda média dos catadores da região Sudeste, por exemplo) e baixos (R\$ 459,34 renda média dos catadores da região Nordeste, por exemplo), alterando e resultando em uma média relativamente alta.

No que se refere ao percentual de residentes em domicílio com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$ 70,00 *per capita*), indicador de extrema pobreza³, o percentual foi de 9,4%, já para os domicílios que possuíam pelo menos um catador o percentual médio nacional foi de 4,5% (IPEA, 2013).

Em relação à Previdência Social, de acordo com os dados expostos pelo IPEA (2013), 57,9% dos catadores de materiais recicláveis afirmaram contribuir com a previdência, no entanto, embora não se tenha conhecimento que essa contribuição esteja regular. Para Góes (2013), a contribuição previdenciária é o ponto mais crítico dos dados, pois demonstra um grande número de catadores que contribuem com o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), o que segundo a pesquisadora, não condiz com a realidade dos catadores. Góes (2013) acredita que muitos catadores tenham afirmado que em algum momento já contribuíram quando estavam empregados, mas quando foram para as organizações deixaram de contribuir.

³ De acordo com o IPEA (2013) considera-se em situação de extrema pobreza o domicílio em que a soma de todas rendas correspondente aos seus integrantes, dividida pela quantidade de pessoas que residem no domicílio e dependam dessa renda seja inferior ao valor de R\$:70,00.

2.2. O catador e suas formas de organização

Fé e Faria (2011) explicam que a situação de trabalho dos catadores permaneceu durante muito tempo invisível, considerado um problema social encoberto ou ignorado pelas políticas públicas. Além disso, os autores chamam a atenção para a questão dos lixões⁴ que desde meados do século XX se tornaram o local de trabalho diário para manutenção de vida de milhares de pessoas.

Gonçalves (2006) discorre que o processo organizativo dos catadores de recicláveis se deu com o estímulo de agentes ligados à Igreja Católica, pois estes mantinham contato direto com os catadores através de programas de assistência social e ações beneficentes e, diante das condições precárias de vida e trabalho dos catadores, se sensibilizaram, incentivando a sua mobilização como forma de transformar sua realidade.

Desse modo, apenas no final dos anos de 1980, que foi iniciado o processo de organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas e associações (BESEN, 2008). Segundo Fé e Faria (2011),

o rompimento com a forma individualizada de trabalho nas ruas foi o primeiro passo para a sua organização enquanto coletivo de produtores associados. Suas formas de organização no campo da produção e enquanto movimento social de novo tipo, carregam como perspectiva a articulação em redes como forma de fortalecer e articular do local de trabalho ao plano nacional e internacional, para alcançar melhores condições de trabalho e de vida para as suas comunidades (FÉ e FARIA, 2011, p. 23).

Pinhel *et al.* (2011, p. 65) acreditam que a organização de pessoas em organizações pode “contribuir para melhorar a sociedade, com novas oportunidades de trabalho, justiça social e maior equilíbrio de renda”. As autoras ainda chamam a atenção para a diferença entre cooperativa e associação, destacando que a diferenciação está na natureza dos dois processos.

Enquanto a associação é uma união de pessoas que se organizam para fins não econômicos e não lucrativos, a cooperativa é uma união de pessoas que se organizam para desempenhar uma atividade econômica sem a finalidade lucrativa. Ambas, segundo a Superintendência de Cooperativismo (SUCOOP/2009), são regulamentadas por artigos da Constituição e do Código Civil, e no caso da cooperativa, também por uma legislação específica (Lei Federal 5.764 de 16/12/1971). De acordo com Kruppa *et al.* (2012), as associações têm uma série de limitações para o desenvolvimento de suas atividades, como por

⁴ Segundo Carneiro (2013) lixão é um local mantido para a disposição final daquilo que se foi descartado, de forma inadequada de disposição final, uma vez que toda essa massa é descarregada diretamente sobre o solo, sem qualquer separação ou cuidado prévio, geralmente a céu aberto. Segundo a Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010) que institui a PNRS os municípios brasileiros têm um prazo para fechar todos os lixões até 2014.

exemplo, a dificuldade ou impossibilidade de emissão de notas fiscais. No entanto, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2009), o gerenciamento e o custo de registro da associação é mais simples quando comparada à cooperativa.

Entre as cooperativas e associações pioneiras envolvendo a atividade de catação de materiais recicláveis no Brasil, estão a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Recicláveis (COOPAMARE), localizada na cidade de São Paulo, que inicialmente formou-se como Associação de Catadores de Materiais Recicláveis no ano de 1985, com o apoio de uma Organização Não Governamental (ONG), e transformando-se em cooperativa em 1989; e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (ASMARE), localizada em Belo Horizonte, MG, fundada em 1990, com o apoio do governo municipal e Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) (MAGERA, 2005).

De acordo com Bosi (2010), muitas organizações foram criadas ao longo dos anos de 1990. Para Gonçalves (2005), as organizações surgem como alternativas de inserção aos excluídos do mundo do trabalho formal, gerando trabalho e renda aos seus associados, como consequência da virada neoliberal que aumentou o número de desemprego, precarização do trabalho e informalização das relações de trabalho. Para a autora, as organizações constituem exemplos de iniciativas que criam postos de trabalho, bem como, o fortalecimento de valores como autonomia, solidariedade, cooperação, auto-estima e a própria organização dos trabalhadores, além disso, representa um trabalho que lhes gera renda e uma alternativa à política neoliberal.

As ações organizativas resultaram na criação do MNCR, formado também a partir da Igreja Católica (GONÇALVES, 2005). De acordo com o MNCR (2012), o Movimento surgiu em meados dos anos de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, fundado, posteriormente, no mês de junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, reunindo aproximadamente 1.700 catadores.

De acordo com o MNCR (2013a), o Movimento reúne catadores de todo o país em busca da valorização da categoria, e tem como objetivo garantir o protagonismo popular da classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Acredita que é na prática da ação direta popular, que envolve a participação efetiva do trabalhador em tudo o que permeia a sua vida, que se rompe a indiferença do povo e abre caminhos para a transformação da realidade. Além disso, tem como tarefa lutar pelo seu reconhecimento e inclusão e, contra a incineração

e a privatização do lixo, minimizando, conseqüentemente, os impactos ambientais, e assim, contribuir para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis, aumentando a vida útil do planeta e construindo o poder popular.

Gonçalves (2006) ressalta a importância do envolvimento político dos catadores através do MNCR, implicando em construir um espaço comum ao grupo e que, ao se mobilizar, podem pensar em chegar a um nível organizativo que os levem a contestar não apenas as mazelas e problemas que os atingem diretamente, como também a própria lógica de organização da sociedade e seus processos sociais excludentes.

De acordo com Fé e Faria (2011), através das mobilizações dos catadores por meio do MNCR foi criado, no ano de 2010, o Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), que através de outras intensas mobilizações, inseriu a questão da reciclagem na agenda pública federal.

O CIISC é composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério das Cidades (MC), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelos seguintes órgãos públicos: Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Saúde (MS), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério da Educação (MEC), Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Cultura (MinC), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Eletrobrás, além dos representantes do MNCR. (FÉ e FARIA, 2011).

O Comitê Interministerial coordena a execução, e monitora o Programa Pró-Catador, que sob o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, estabelece:

Art. 1º Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (BRASIL, Lei nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, 2010).

O Programa Pró-Catador, por sua vez, tem como objetivo a promoção e a integração de ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, como por exemplo: capacitação, formação e assessoria técnica; incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem; aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; fortalecimento

da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem, entre outros (BRASIL, Lei nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, 2010)

Nesse sentido, Roos *et al.* (2010) discorrem que a organização dos catadores de materiais recicláveis objetiva minimizar a ação degradante do capital, buscando o reconhecimento social da categoria e melhores condições materiais. Magera (2005) também afirma que os catadores buscam se organizar por meio de associações e cooperativas, por acreditar que o trabalho associativo possa trazer forças para competir com a igualdade no mercado, procurando, com união, aumentar a oferta de materiais recicláveis e conseguir um volume maior de materiais que lhes permitam negociar os preços.

Além da possibilidade de barganha por melhores preços nos materiais comercializados, o trabalho organizado pressupõe a percepção da potencialidade da ação política conjunta para o enfrentamento de situações políticas e sociais que afrontam, marginalizam e destroem a dignidade humana (GONÇALVES, 2006).

No entanto, mesmo através do trabalho organizado, os catadores não conseguem fugir da exploração econômica à qual são submetidos tanto pelas empresas quanto pelos atravessadores quando vão comercializar seu produto (MAGERA, 2005).

2.3. Lixo, resíduo sólido e material reciclável

Segundo Magera (2005), inicialmente o lixo, palavra originada do latim *lix* que designa cinzas ou lixívia (e cujo conceito pode variar conforme a época e o lugar) tinha em sua composição apenas excrementos. Porém, com o advento da atividade agrícola (Idade Média) e da produção de ferramentas (Revolução Industrial) surgiram os restos da produção e os próprios objetos produzidos descartados após sua utilização.

Sobre o conceito lixo, Gonçalves (2005) considera ser todo material inútil, descartado, aquilo que se *joga fora* (grifo da autora), podendo considerá-lo como um material dispensável. Pereira Neto (2007), por sua vez, define-o como toda matéria sólida que não é mais útil, funcional ou estética, que está ultrapassada, sendo assim uma diversidade de resíduos sólidos resultantes das atividades humanas que podem ser reciclados e parcialmente utilizados, gerando outros benefícios, tais como: proteção à saúde pública (quando lhe é dado o tratamento correto), economia de energia e de recursos naturais. Grippi (2006) conclui que se for possível reusar ou reciclar, não é lixo.

Gonçalves (2006) propõe a compreensão do trabalho dos catadores de materiais recicláveis a partir da distinção entre lixo e resíduos sólido reciclável, visto que se utiliza

comumente a palavra lixo para denominar todo e qualquer resíduo gerado. O autor destaca que mesmo quando estes trabalhadores realizam seu trabalho sobre a massa total do lixo, o que podemos entender como lixões, procuram por objetos compostos por materiais, que apesar de terem sido descartados, podem ter suas qualidades físicas e químicas e, conseqüentemente, seu valor econômico recuperado. Assim, Gonçalves (2006) adverte que os catadores não buscam o lixo, entendido aqui como rejeito⁵.

Para Grippi (2006), nos últimos 30 anos, o Brasil mudou consideravelmente seu tipo de resíduo descartado, devido ao crescimento acelerado das cidades, bem como às mudanças de consumo das pessoas, alterando assim, a quantidade, qualidade, volume e composição dos descartados pós-consumo.

O crescimento populacional registrado no século XX e a forte industrialização trouxeram, conforme Magera (2005), muitas opções de consumo, aumentando exponencialmente os objetos descartados. Albuquerque *et al.* (2010) acreditam que o crescimento populacional aliado ao econômico também foram fatores determinantes para o aumento da geração dos resíduos.

Frésca (2007) considera que o Brasil experimentou rápidas e profundas mudanças, sobretudo no século XX, a saber: (1) processos de crescimento populacional; (2) urbanização; (3) conurbação⁶; (4) industrialização e; (5) transformação de hábitos de consumo. Esses processos, em conjunto, segundo o autor, propiciaram a chamada “modernização” da sociedade brasileira, gerando conflitos e enormes quantidades de resíduos sólidos, restos de produção e do consumo.

Para Barbosa (2004), consumir é uma atividade presente em toda e qualquer sociedade humana, seja para fins de satisfação de necessidades básicas e/ou supérfluas. No entanto, a sociedade moderna e contemporânea é caracterizada como sociedade de consumo, e alguns estudiosos, segundo a autora, definem esse tipo de consumo como um consumo de signo ou *commodity sign*, e outros autores explicam que a sociedade de consumo engloba características sociológicas para além do consumo de signo, como o

⁵ De acordo com a Lei nº12.305/2010, art. 3º, XV, rejeitos “são os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”.

⁶ Conurbação é um fenômeno geográfico urbano que ocorre quando duas ou mais cidades formam uma única malha urbana. Os municípios conurbados formam um mesmo espaço urbano integrado econômica, social e estruturalmente, com um intenso fluxo de capitais, mercadorias e pessoas. A conurbação é um dos principais elementos constitutivo das Regiões Metropolitanas (PENA, s/d).

consumo de massa e para as massas, alta taxa de consumo e de descarte de mercadorias *per capita*, presença de moda, sociedade de mercado, sentimento permanente de insaciabilidade e o consumidor como um de seus principais personagens sociais (BARBOSA, 2004, p. 8).

Assim, o consumo contemporâneo vem contribuindo substancialmente com o aumento daquilo que é descartado, tanto em quantidade (volume) e quanto em relação à natureza química desses resíduos, com um aumento considerável de resíduos inorgânicos, ou seja, papel, plásticos, vidros e metais (ROLIM e TEIXEIRA, 2014).

Essas mudanças, segundo Vieira e Berrios (2003), fizeram com que o termo lixo evoluísse com o tempo, percebendo-se que não se justifica chamar de cinzas os materiais ou objetos que não foram incinerados e jogados fora, tais quais: utensílios domésticos, roupas, jornais, revistas, e outros. Desse modo, os autores concluem que o termo resíduo foi o mais apropriado para identificar a situação em que esses objetos se encontram.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da Norma Brasileira Registrada (NBR) 10004 elaborada pela Comissão de Estudo Espacial Temporária de Resíduos Sólidos (ABNT/CEET-00:001-34), aplica a seguinte definição para o termo resíduo:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (ABNT, 2004, p.1).

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/2006) aponta que os resíduos sólidos constituem um problema sanitário quando não são direcionados para uma disposição final adequada. Isso porque favorecem a proliferação de vetores e roedores, podendo ser vetores mecânicos de agentes etiológicos causadores de doenças, como diarreias infecciosas, amebíase, salmoneloses, helmintoses como ascaridíase, teníase e/ou outras parasitoses, difteria, tracoma, dentre outras.

De acordo com Bona (1997), os vazadouros, conhecidos popularmente como lixões, foram/são as práticas mais antigas, simples e condenáveis de destinação dados aos resíduos sólidos. Segundo o autor a prática de deposição dos resíduos à céu aberto,

do ponto de vista socioambiental, ela é muito criticada por ser um meio favorável à proliferação de animais e insetos propagadores de doenças. Águas paradas e contaminadas pelo chorume, constituem um viveiro de mosquitos transmissores de doenças tais como a dengue, malária e a encefalite. Os roedores, habitantes tradicionais do lixo, hospedam pulgas que transmitem a peste bubônica, o rato transmite uma doença grave, a leptospirose e a sua mordida, a raiva murina [...] os ventos contribuem para agravar o problema, pois levantam poeiras que contém inúmeros germes patogênicos. Quanto aos aspectos sociais, o “lixão” constitui-se

num meio degradante de vida para inúmeras pessoas que vivem no local criando animais domésticos e vendendo os materiais encontrados no lixo (BONA, 1997, p. 35).

Em relação aos aspectos sociais, corroborando com a assertiva anterior, a FUNASA (2006) também dá ênfase à

possibilidade de contaminação do homem pelo contato direto com os resíduos sólidos ou pela massa de água por estes poluídas. Por serem fontes contínuas de microrganismos patogênicos, tornam-se uma ameaça real à sobrevivência do catador de resíduos sólidos (FUNASA, 2006, p. 230).

Esse fator torna-se um agravante à medida que os catadores não fazem o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI). De acordo com o MTE, Norma Regulamentadora 6 (NR 6), da Portaria 3.214, “considera-se Equipamento de Proteção Individual – EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” (BRASIL, MTE, 1978).

Desse modo, retomando a discussão anterior sobre a disposição dos resíduos sólidos, Gonçalves (2005) afirma que quando não tratados de forma adequada, os resíduos, constituem uma ameaça permanente à saúde pública e ao meio ambiente, porém ela ainda nos chama a atenção para a ação sofrida pelos recursos naturais (solos, águas subterrâneas e superficiais e ar). Para a autora tanto nos lixões, como nos aterros sanitários [ou nos aterros controlados⁷], quando não atendem eficiente e eficazmente, ou seja, quando não são atendidas as condições técnicas para construção, manutenção e operação, podem ocasionar dos solos serem contaminados por microrganismos patogênicos, metais pesados, sais e hidrocarbonetos clorados, contidos no chorume⁸.

Em relação à classificação dos resíduos sólidos, a ABNT (2004) classifica-os da seguinte maneira: (1) Resíduos de Classe I – considerados perigosos (são aqueles que apresentam periculosidade, representando risco à saúde pública e ao meio ambiente, podendo possuir uma das seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade); (2) Resíduos Classe II – considerados não perigosos, subdivididos em Resíduos Classe II A – não inertes (têm propriedades tais como: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água); e Resíduos Classe II B –

⁷ Os aterros controlados constituem uma técnica de disposição final dos resíduos sólidos no solo que visa minimizar os impactos ambientais que estes podem gerar. Este método produz poluição, ainda que seja de forma controlada (FUNASA, 2006).

⁸ De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o MMA (2010) o chorume é um líquido produzido a partir da decomposição dos resíduos com características altamente tóxicas, e consequentemente, agressivas ao meio ambiente.

inertes (são os resíduos que quando submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada à temperatura ambiente, não tiver nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, exceto aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor).

Magera (2005) explana que outra forma de classificar os resíduos seria quanto à sua origem, ou seja, do lugar pelo qual estes resíduos vieram a se formar, como por exemplo: resíduos domésticos (aquele originado na vida cotidiana, produzidos nas residências, e constituindo basicamente por restos de alimentos, embalagens plásticas, papel, vidro, entre outros), resíduos comercial (aquele oriundo dos estabelecimentos comerciais e de serviços, como bancos, instituições financeiras, supermercados, escritórios, por exemplo), resíduos industriais (são as aparas de fabricação, rejeitos dos mais diversos ramos das indústrias), resíduos hospitalar (proveniente de ambulatórios, hospitais, laboratórios de exames clínicos, sendo estes resíduos sépticos, como seringas, gases, luvas descartáveis, culturas, etc.), resíduos público (originados dos serviços de limpeza pública urbana, varrição das vias públicas, etc.), resíduos agrícola (são aqueles resultantes das atividades agrícolas e pecuária, incluindo-se as embalagens de fertilizantes e defensivos agrícolas, estes muitas vezes tóxicos, e, portanto, deve possuir um descarte diferenciado das demais embalagens utilizadas nas lavouras), lixo nuclear (compostos de bastões de combustível radioativo que sobram das usinas nucleares, aos quais, ainda não se sabe que destino dar), e por fim, lixo entulho (aqueles resultantes da construção civil).

Segundo Gonçalves (2005) a partir, principalmente, dos geradores dos resíduos domésticos, constituído basicamente por embalagens diversas, jornais, revistas, restos de alimentos, produtos em processo de deterioração, dentre outros, e os comerciais, compostos basicamente por papel, papelão, e embalagens em geral, se obtêm as matérias-primas para os catadores.

O Manual de Educação para o Consumo Sustentável (2005), publicação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), discorre que existem diversas formas para o tratamento dos materiais descartados e para sua disposição final na natureza, como por exemplo, compostagem (consiste no reaproveitamento do material orgânico como adubo), incineração (transformação dos resíduos em gases, através da queima em altas temperaturas, produzindo com a sua queima, diversas substâncias tóxicas), aterro controlado (não é considerado uma forma adequada para disposição dos resíduos, pois não utiliza de todos os recursos de engenharia e

saneamento que evitariam a contaminação do ambiente), aterro sanitário (consiste no aterramento dos resíduos causando o menor impacto ambiental possível), reciclagem (baseia-se no reaproveitamento dos componentes presentes nos resíduos, preservando a utilização de fontes naturais, conservando assim, o meio ambiente), dentre outras.

O Manual de Educação para o Consumo Sustentável (2005) considera, ainda, a reciclagem é uma das alternativas mais vantajosas, tanto no ponto de vista social como o ambiental, no que tange ao tratamento dos resíduos sólidos. Ele explica que a reciclagem reduz o consumo dos recursos naturais, poupa energia, água e ainda diminui o volume do lixo e a poluição, além de gerar renda para a família dos catadores de materiais recicláveis (onde os materiais normalmente encaminhados são vidros, plásticos, papel e papelão e metais).

Magera (2005) destaca que a reciclagem, através de seu reaproveitamento permite sua reutilização, ou seja, é capaz de criar novamente valor de troca e uso daquilo que um dia foi descartado. Grippi (2006) afirma que os materiais recicláveis (plásticos, papéis, vidros e metais) são usados como matéria-prima na manufatura de outros bens que foram anteriormente feitos com matéria-prima virgem.

No entanto, cabe destacar que os vários tipos de embalagens, utilizadas pelas famílias brasileiras, muitas vezes têm o seu destino inadequado, contribuindo assim, para a degradação ambiental (CARVALHO *et al.*, 2011). Para Carvalho *et al.* (2011), a reciclagem, através da coleta seletiva, se dá por meio da separação e recolhimento de resíduos conforme a sua constituição, contribuindo assim, para minimizar os impactos ambientais, acrescentando ainda que:

A coleta seletiva traz alguns benefícios à sociedade, tais como, os ambientais e econômicos. Os ambientais ajudam a evitar a poluição do ambiente provocada pelo lixo; aumenta a vida útil dos aterros, pois diminui a quantidade de resíduos a serem dispostos e diminui a exploração dos recursos naturais. Em relação ao benefício econômico recai sobre a geração de renda para milhares de pessoas que trabalham nessa área (CARVALHO *et al.*, 2011).

Neste contexto, a figura do catador de materiais recicláveis tem se apresentado como um importante ator no que tange à questão da sustentabilidade ambiental, uma vez que os catadores reintroduzem os resíduos descartados ao processo de produção de novas mercadorias (ROLIM e TEIXEIRA, 2014).

Durante muitos anos o Brasil não teve uma gestão de resíduos sólidos eficiente pela falta de uma política pública ambiental, que determinasse diretrizes e instrumentos de ação para uma gestão ambiental adequada de seus resíduos. Após 21 anos de tramitação no

Congresso Nacional foi sancionada a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS⁹) (PEREIRA NETO, 2011).

A aprovação da PNRS qualificou e deu novos rumos à discussão referente aos resíduos sólidos (BRASIL, 2012). De acordo com Pereira Neto (2011) a PNRS tem como principais pontos de inovação a inserção do conceito de responsabilidade compartilhada. A PNRS descreve a responsabilidade compartilhada como àquela que envolve a sociedade como um todo – cidadãos, governos, setor privado e sociedade organizada – passando a ser responsável pela gestão ambientalmente correta dos resíduos sólidos (BRASIL, 2012). Desse modo,

Agora o cidadão é responsável não só pela disposição correta dos resíduos que gera, mas também é importante que repense e reveja o seu papel de consumidor; o setor privado, por sua vez, fica responsável pelo gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos, pela reincorporação na cadeia produtiva e pelas inovações nos produtos que tragam benefícios socioambientais, sempre que possível. Os governos federal, estadual e municipais são responsáveis pela elaboração e implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, assim como dos demais instrumentos previstos na Política Nacional que promovam a gestão dos resíduos sólidos, sem negligenciar nenhuma das inúmeras variáveis envolvidas na discussão sobre os resíduos sólidos (BRASIL, 2012, p. i).

Desse modo, se faz necessário a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) para que os municípios viabilizem a gestão compartilhada dos resíduos sólidos, sendo também uma condição para que os recursos da União sejam destinados aos municípios, dando prioridade aos municípios que, por exemplo, “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (Lei 12.305/2010, Art.18, parágrafo 1º, inciso II).

No entanto, Silva e Oliveira (2013) afirmam que diante das dificuldades da gestão dos resíduos sólidos urbanos, as Parcerias Públicas Privadas (PPP¹⁰) tornam-se frequentes. De acordo com Lima (MNCR, 2013b), na Audiência Pública para discussão sobre a gestão de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), as condições atuais para implantação da PPP tem apontado a incineração como tecnologia de tratamento escolhida. Carvalho (MNCR, 2013b), lembra que a PNRS determina à adoção de tecnologias

⁹ De acordo com a Lei nº 12.305, Art. 1º. esta Lei dispõe sobre “os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis”.

¹⁰ Segundo o Ministério do Planejamento, a Lei nº 11.079, sancionada em 30 de dezembro de 2004, regula as Parcerias Público-Privadas (PPP), entendida como um contrato de prestação de serviços de médio a longo prazo (de 5 a 35 anos) firmado pela Administração Pública.

limpas, assim, a incineração não pode ser assim classificada, lembrando os danos à saúde causados pela utilização de incineradores. Embora esteja estabelecida na PNRS a contratação das cooperativas e associações de catadores, para execução de coleta e/ou gestão da central de triagem dos resíduos, dispensando, inclusive, licitação, esse tem sido um desafio a ser posto em prática por muitos municípios brasileiros (SILVA e OLIVEIRA, 2013).

De acordo com a *Global Alliance for Incinerator Alternatives/Alianza Global Alternativas a la Incineración* (GAIA/2012), a incineração traz riscos à saúde humana com a queima dos resíduos sólidos (papel, plástico, metal, vidro), pois com a queima dos resíduos há liberação de diversas substâncias tóxicas, dentre elas o policlorofenil, furanos e dioxinas, partículas que podem ser letais por causarem câncer, ataques cardíacos, derrames cerebrais, asma e doenças pulmonares. Mesmo os incineradores construídos com as mais avançadas inovações tecnológicas liberam milhares de poluentes que contaminam o ar, o solo e a água, pois os seus filtros de ar, de fato retêm, mas não eliminam as substâncias tóxicas que, inevitavelmente, serão despejadas no meio ambiente.

Além disso, as tecnologias de incineração concorrem diretamente com os catadores, uma vez que os produtos que seriam comercializados pelos catadores são destinados aos incineradores. Gutberlet (2010) aponta que com a prática da incineração, faz-se necessário a extração e o uso novamente de matérias-primas de fontes não renováveis para a fabricação de novos produtos, e isso propicia mais degradação e contaminação no meio ambiente, assim como, os malefícios provocados pela queima dos resíduos pelos incineradores.

Nesse sentido, priorizar a reciclagem através da coleta seletiva com a inserção do catador de materiais recicláveis, no contexto da PNRS é de fundamental importância para que se garanta, de fato, a responsabilidade compartilhada, uma vez que, de acordo com Silva e Oliveira (2013), não se faz gestão compartilhada sem a participação dos catadores de materiais recicláveis.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção são discutidos os procedimentos metodológicos que foram adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, é apresentada a caracterização da pesquisa, seguido do local de estudo, população e critérios de amostragem, e o processo de coleta e análise dos dados.

3.1. Caracterização da pesquisa

O estudo tem natureza qualitativa, descrita por Charoux (2006) como aquela que não se limita apenas a entender os fatos estudados, como também compreender o contexto dentro do qual se desenvolve. Minayo (2010) explica como sendo aquela que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das operações, das crenças, dos valores e das atitudes, buscando o aprofundamento no mundo das significações, valorizando, compreendendo, interpretando os dados empíricos, articulando-os com a teoria que fundamentou o projeto. Assim, a análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, mas também a descoberta de seus códigos sociais a partir de suas falas, símbolos e observações. Minayo (2010) ainda reflete que a pesquisa qualitativa possui um ciclo que não se fecha, uma vez que toda pesquisa produz conhecimentos e gera novas indagações, destacando uma provisoriade que é inerente aos processos sociais e que se refletem nas construções teóricas.

É, também, um estudo exploratório-descritivo à medida que se pretende estender e descrever o processo que envolve a tríade catador-organização-material reciclável.

3.2. Local de estudo: Região Metropolitana do Recife (RMR) – Pernambuco

De acordo com o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos – Região Metropolitana¹¹ do Recife – PMRS/RMR (2011), o Estado de Pernambuco está subdividido em cinco mesorregiões (Figura 1), sendo a Região Metropolitana do Recife uma delas. Está localizada na porção oriental do Nordeste do Brasil, limitando-se com o Oceano Atlântico e com a Mesorregião da Mata.



Fonte: Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos – Região Metropolitana do Recife (2011)

Figura 1. Mesorregiões do Estado de Pernambuco

¹¹ Segundo Bentes e Nogueira (2010), metrópole é a cidade principal de uma aglomeração, tendo como característica o tamanho de sua população, o desempenho de suas relações complexas e diversificadas, como também, suas relações econômicas com outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana.

A Região Metropolitana do Recife (RMR) contempla os seguintes municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (Figura 2). De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2006), a RMR situa-se no centro da faixa litorânea nordestina, integrando uma das seis regiões metropolitanas brasileiras que possuem população acima de três milhões de habitantes, representando cerca de 3% da área do território pernambucano, concentrando 42% da população e mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.



Fonte: Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos – Região Metropolitana do Recife (2011)

Figura 2. Região Metropolitana do Recife/PE

A Região Metropolitana do Recife, segundo Bentes e Nogueira (2010), corresponde a quase 72% de toda a economia industrial de Pernambuco, e 65,53% do setor de serviços; a agropecuária representa apenas 7,37% do estado, logo a agricultura e a pecuária não são representativas na RMR. De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2006), a RMR se destaca como um dos principais centros do terciário moderno do Nordeste, predominando o setor de serviços, funcionando como centro distribuidor de mercadorias.

No que tange à renda familiar um expressivo contingente de famílias, cerca de 34,1%, possuíam uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo na RMR. Em termos de gênero

e caracterização da cor, tanto a população feminina, como a população de negros e pardos era predominantemente elevada no núcleo metropolitano (BENTES e NOGUEIRA, 2010).

Ainda segundo Bentes e Nogueira (2010), as elites dominantes, ancoradas numa concepção de democracia, desenvolveram modelos de desenvolvimento econômico e social que lhes favoreceram, negando à maioria da população os mais elementares direitos humanos, onde os indicadores revelam assentamentos urbanos precários, déficit habitacional, informalidade no emprego e renda familiar que não assegura uma vida minimamente digna e, na maioria das vezes, insuficiente na garantia de subsistência.

Foram selecionadas 6 organizações para o estudo, entre elas a Associação de Catadores União e Força (ASCUF), localizada no município de Paulista, que atuavam no espaço de uma residência que lhes serve de galpão, e tendo suas atividades restritas a triagem de papel e papelão fornecidos por uma empresa do ramo; Associação dos Recicladores de Olinda (ARO) e Associação de Catadores da Dignidade de Camaragibe (ACAD), localizadas nos municípios de Olinda e Camaragibe, respectivamente, atuavam em galpões disponibilizados pela prefeitura de seus respectivos municípios e suas despesas eram de responsabilidade de cada dada prefeitura; Cooperativa de Reciclagem de Plásticos (COOREPLAST) e Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Erick Soares (COOCARES), ambas localizadas no município de Abreu e Lima, com galpão, maquinários e caminhão próprio; e Associação de Catadores o Verde é a Nossa Vida, localizada no município de Recife, em galpão disponibilizado pela prefeitura da mesma.

A escolha do local se deve à carência de pesquisas na RMR sobre essa temática, bem como a grande concentração de catadores, por se tratar de uma região metropolitana. Além disso, a região ainda requer maiores investimentos no processo de coleta e reciclagem dos materiais já que, segundo Markman (2012), algumas cidades como Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes possuem uma coleta ínfima no que tange à questão da coleta de recicláveis.

De acordo com o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos (PMRS), foi recolhida em toda a região metropolitana do Recife uma média mensal de 144.583 toneladas de resíduos de origem doméstica, comercial e pública, o que corresponde a cerca de 4.819 toneladas por dia. Estima-se que aproximadamente 1.195 toneladas diárias de materiais presentes nos lixões/aterros da RMR poderiam ser encaminhadas para a reciclagem. Conforme o PMRS/RMR (2011), 84% dos resíduos coletados eram destinados a aterros controlados e sanitários.

Em Recife, apenas cerca de 2% do lixo domiciliar é coletado pelos programas de coleta seletiva, que ocorrem em 45 dos 94 bairros, cobrindo cerca de 60% da população. A cidade conta com 90 Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) em equipamentos da prefeitura e mais 14 em postos de combustível e supermercados. Em Olinda, a coleta seletiva é realizada pela Associação dos Recicladores de Olinda (ARO) que atende o Sítio Histórico, Amaro Branco e Bonsucesso, mas segundo o secretário executivo de Serviços Públicos de Olinda, não existem dados sobre a quantidade de resíduos sólidos que são reciclados. Já em Jaboatão dos Guararapes são recicladas 120 toneladas/mês, o equivalente a 2,5% do lixo coletado (MARKMAN, 2012).

3.3. População e Amostra

Os catadores de materiais recicláveis constituem a população estudada nesta pesquisa. Os dados relacionados ao número de catadores no estado de Pernambuco sofrem variações significativas (o MNCR acredita existir cerca de 800 mil catadores de materiais recicláveis; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 387.910 catadores no Brasil, sendo que desse total 116.528 catadores estariam na região nordeste, e 20.166 no estado de Pernambuco). Porém, segundo Costa *et al.* (2013), o estado de Pernambuco possui aproximadamente 8 mil catadores, estando a maioria, cerca de 5 mil, concentrada na RMR. Desse modo, nesta pesquisa considerou-se os dados do IBGE, por desconhecer a forma da coleta de dados para chegar ao número de aproximadamente 800 mil catadores expostos pelo MNCR.

A amostra foi constituída pelos catadores que estivessem ligados a alguma organização, seja ela associação ou cooperativa na RMR. Foram estabelecidos alguns critérios de inclusão dos grupos na pesquisa, explicitados a seguir:

- 1) O primeiro critério de escolha justificou-se pelo interesse em trabalhar com catadores que visassem o trabalho coletivo, seja em associação ou cooperativa, pois se acredita que é através de formas organizativas que os catadores de materiais recicláveis podem reivindicar por espaços, direitos, reconhecimentos, dentre outros. Cabe ressaltar que são esses sujeitos que têm conseguido avanços no que se refere às políticas públicas, à inclusão dos catadores na gestão integrada de resíduos sólidos, ao reconhecimento da atividade como profissão, entre outros. Além disso, foi de interesse da pesquisa conhecer a história da organização e como

esta se relacionava à do próprio catador e à origem, processamento e destino dos resíduos coletados pelos catadores;

- 2) A presença de um facilitador para ter acesso à comunidade do Fosfato, no município de Abreu e Lima, conhecido pelo seu alto índice de violência e tráfico de drogas, e inviabilidade de acesso por meio de transporte público;
- 3) Localização da organização de modo que oferecesse segurança à pesquisadora para realizar seu trabalho, uma vez que a RMR, segundo Ribeiro (2010) ocupa posição de destaque no que tange às questões ligadas a violência urbana; e,
- 4) A pouca rotatividade no número de associados das organizações, ou seja, atender especificamente às pessoas que tinham a atividade de catação como principal trabalho, não como um trabalho temporário, popularmente chamado de “bico”.

As organizações foram selecionadas a partir do mapeamento feito pelo Sistema de Informações em Economia Solidária¹² (SIES), no estado de Pernambuco (JESUS, 2008), e pelo conhecimento prévio das organizações trabalhadas durante o período de estágio na Incubacoop/UFRPE. Os municípios de Araçoiaba, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata foram excluídos da amostra por não constarem no mapeamento do SIES/2008, e os municípios de Cabo de Santo Agostinho e São Lourenço da Mata, devido à sua localização.

Em nenhuma das organizações, os dirigentes se recusaram a participar. Dessa forma, o número de catadores que compuseram a amostra da pesquisa foi de 75 catadores¹³, que perfazem o total de 6 organizações (2 cooperativas e 4 associações) (Tabela 1).

Foram entrevistados 45 catadores, tendo em média 17 minutos cada entrevista, cessando-se as entrevistas quando atingido o ponto de saturação. Este ponto ocorre quando as informações começam a se repetir e o pesquisador percebe que não obtém informações novas por parte de seus entrevistados, ressaltando que este conscientemente buscou diversificar seus informantes para então, assim, cessar sua coleta com o máximo de segurança.

¹² De acordo com Singer (2002) a economia solidária é um modo de produção que se opõe ao modo de produção capitalista, condenando o detrimento do ser humano e da natureza pelo capital, apoiando a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

¹³ Esse número reflete o número de catadores no momento em que se fechou a amostra, o que não quer dizer que tenha permanecido o mesmo quando se retornou às organizações para realizar as entrevistas com os catadores. Cabe ressaltar que, por mais que se tenha buscado organizações que tivessem pouca rotatividade no número de associados, essa é uma variável que não se pode controlar.

Tabela 1. Municípios, Organizações e Número de Associados, Recife/2013.

Municípios	Organizações	Número de Associados
Abreu e Lima	Cooperativa de Reciclagem de Plásticos – COOREPLAST	19
	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Erick Soares – COOCARES	21
Camaragibe	Associação de Catadores da Dignidade de Camaragibe – ACAD	6
Olinda	Associação de Recicladores de Olinda – ARO	16
Paulista	Associação de Catadores União e Força – ASCUF	7
Recife	Associação de Catadores o Verde é Nossa Vida	6

Fonte: Dados da Pesquisa

O número de visitas de algumas organizações, como a ARO, ACAD e Associação o Verde é a Nossa Vida foi maior por serem organizações que anteriormente (durante o período de estágio na graduação) não existiu nenhum outro contato prévio. Para as organizações COOREPLAST e COOCARES obteve-se a colaboração de uma profissional de Economia Doméstica na coleta dos dados, devido à dificuldade de acesso do local e insegurança.

3.4. Forma de Coleta e Análise dos Dados

A coleta dos dados da pesquisa se deu entre o período de outubro a dezembro do ano de 2013, sendo iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Os dados foram coletados por meio de entrevistas fundamentadas em um roteiro semiestruturado¹⁴, observações e diários de campo.

A entrevista fundamentada em um roteiro semiestruturado objetivou conhecer, inicialmente, a história de vida dos catadores (especificamente a trajetória ocupacional) para, a seguir, conhecer a história do surgimento da organização e dos materiais recicláveis. As entrevistas foram realizadas nas organizações às quais pertenciam os entrevistados, nos dias em que os mesmos estavam fazendo a triagem dos materiais coletados.

¹⁴ O roteiro de entrevista semiestruturado apresenta-se no Apêndice B desse trabalho.

Antes de iniciar cada entrevista foi apresentado a cada sujeito da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁵, respeitando-se assim, a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que descreve as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos.

As entrevistas foram gravadas sob a permissão dos participantes, sendo que apenas um dos entrevistados não permitiu sua gravação, o que foi respeitado. No final de cada entrevista era perguntado aos entrevistados se eles gostariam de falar, opinar ou questionar alguma coisa que não tinha sido tratada no decorrer da entrevista.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e, para utilização das falas dos participantes, foi preservada sua identidade. Foram também utilizadas, como elucidados anteriormente, anotações oriundas de observações, diário de campo e registros fotográficos.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a análise do conteúdo, descrita por Bardin (2010, p. 40) como “*um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*”, não se restringindo apenas à descrição do conteúdo, pois a intenção da análise de conteúdo é “*a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*”, para que assim, possa se fazer a interpretação das mensagens.

Desse modo, para atender os objetivos específicos propostos nesta pesquisa, foram analisadas as seguintes variáveis: surgimento e inserção dos catadores nas organizações; perfil sociodemográfico dos catadores de materiais recicláveis; trajetória ocupacional dos catadores de materiais recicláveis; percepção dos catadores de recicláveis em relação à sociedade, poder público e família; e conhecimento da origem, processamento e destino dos materiais recicláveis coletados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção apresenta os resultados e a discussão, estando dividida em cinco partes, a saber: (1) Processo de surgimento das organizações: inserção e envolvimento dos catadores; (2) Perfil sociodemográfico dos catadores de materiais recicláveis; (3) Trajetória ocupacional dos catadores de materiais recicláveis: do passado à atualidade; (4) Sociedade, poder público e família na percepção dos catadores; (5) Materiais recicláveis: de onde vêm, para onde vão, o que será feito?.

¹⁵ O TCLE encontra-se no Apêndice A desse trabalho.

4.1. Processo de surgimento das organizações: inserção e envolvimento dos catadores

Nesta seção será apresentado o processo de surgimento das organizações estudadas, assim como a inserção e envolvimento dos catadores em cada uma delas.

4.1.1. Cooperativa de Reciclagem de Plástico – COOREPLAST (Apêndice C)

De acordo com a presidente da cooperativa, no ano de 1996, um morador, ex-funcionário de uma fábrica de plástico, apareceu com uma máquina de moinho (tritador de plástico) na comunidade, dando-se início à formação de um grupo, constituído, majoritariamente, por mulheres que se encontravam desempregadas no bairro para iniciar uma atividade ligada à reciclagem de plásticos.

A escolha da atividade a ser desempenhada pelo grupo se deu pela experiência de um ex-funcionário, também morador da comunidade, no ramo da reciclagem. Assim, cabia a ele a gestão administrativa e operacional do empreendimento, e, às mulheres, a catação e lavagem dos plásticos para o beneficiamento.

O grupo teve o apoio da Igreja Católica local, da Congregação do Bom Pastor, que é uma ONG francesa, e da Associação dos Moradores do Fosfato, que pretendia criar postos de trabalho para as pessoas desempregadas. Com recursos obtidos através da ONG para aquisição de um aglutinador e a construção de um pequeno galpão, construído na parte posterior da igreja, o grupo iniciou as atividades, restrita ao beneficiamento de plásticos.

A presidente explicou que eles trabalhavam no galpão, mas não constituíam uma cooperativa. O grupo desempenhou suas atividades com maior frequência por quase dois anos, quando enfraqueceu um pouco suas atividades, pois não havia fornecedores regulares de matéria-prima; faltava capital de giro; descrédito dos clientes em decorrência da não entrega dos produtos nos prazos acertados, dentre outros.

No ano 1998, os catadores resolveram retomar com suas atividades, tal como foi explicado na seguinte fala da presidente da cooperativa:

Em primeiro lugar quando a gente resolveu reabrir essa cooperativa [que ainda não era cooperativa], foi pensando também nas pessoas que viviam dentro do lixão [Lixão de Inhamã, localizado no município de Abreu e Lima], vendendo a atravessadores. Era uma ideia da gente, mas a gente não sabia que eles também não queriam (risos)... tem esse problema também... (Entrevistada nº 2).

O que a presidente explica como reabrir, seria na verdade retomar, uma vez que segundo uma das associadas que esteve presente desde o surgimento do grupo, as atividades nunca pararam, havendo, sim oscilações.

Nesse processo, a Incubacoop/UFRPE tomou conhecimento do grupo no ano de 2003, e a partir daí começou a discussão acerca de sua formalização. De acordo com Sanchez (2012), a falta do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da organização, ou seja, a falta de formalização do grupo, o impossibilita de acessar as linhas de financiamento e crédito, o que dificulta ainda mais o acesso a investimentos nos empreendimentos, além disso, a informalidade também dificulta o acesso às políticas públicas.

Desse modo, a orientação inicial dada ao grupo informal pela Incubacoop/UFRPE foi para formalização do grupo para que este pudesse participar de editais para concorrer a projetos e trazer, principalmente, recursos financeiros a fim de melhorar as suas condições de trabalho. Segundo a presidente da cooperativa, esse foi um momento de muita discussão entre os membros do grupo, como expresso em sua fala:

Houve discussões entre o grupo, concordância, discordância, porque não entendiam... [os membros do grupo] depois veio a advogada do Sebrae [Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], aí começou a explicar, foi quando todo mundo aderiu a cooperativa. (Entrevistada nº 2).

Enquanto acompanhada pela Incubacoop/UFRPE, a COOREPLAST participou do Projeto Rota dos Sonhos, financiado pela FBB, recebendo maquinários como moinho e lavadora para plástico. Nesse segundo momento, visto que o primeiro foi quando os catadores resolveram retomar com as atividades para inserir no grupo os catadores que trabalhavam no lixão (não obtendo sucesso), a cooperativa tentou se reaproximar desses catadores, tal como explicou a presidente da cooperativa:

Surgiu a ideia da gente pegar o material [reciclável], tentar comprar dos catadores, mas aí a gente foi para o lixão, por ter conseguido trazer maquinário, foi para o lixão, falou com os catadores, só que eles não tinham essa mentalidade de ganhar mais e ter qualidade, eles preferiam ganhar menos e não ter qualidade. E na realidade a cooperativa pagava um preço melhor [do que o valor pago pelos atravessadores], mas tinha que ter qualidade. E eles não tinham qualidade, eles tinham quantidade, mas não tinham qualidade [material mais limpo]. (Entrevistada nº 2).

De acordo com Dubeux (2011), no início do processo de acompanhamento pela Incubacoop/UFRPE, a COOREPLAST possuía um grande número de maquinários e conhecimento sobre gestão coletiva da cooperativa, no entanto, um número pequeno de associados (o grupo era composto por 23 membros), assim, eles não conseguiam uma quantidade suficiente de materiais para garantir um fluxo coerente de transformação dos plásticos. Fato este, que explica a tentativa de aproximação da cooperativa com os catadores do lixão, pois assim, ela aumentaria o número de materiais recicláveis, mantendo um fluxo coerente de produção, e, além disso, os benefícios compensariam os custos, dado que os

maquinários para beneficiamento dos recicláveis demandam um maior consumo de energia elétrica, porém, seria necessária uma subestação.

A formalização da cooperativa para angariar recursos, através do acesso a editais, também lhe favoreceu para ampliar seu espaço físico. Segundo a presidente da cooperativa, no início o espaço se restringia à parte posterior da capela, mas a cada projeto que a COOREPLAST conseguia aprovação, captava-se recursos para a compra de outros espaços vazios que se encontravam ao redor da Igreja, podendo aumentar assim, o espaço do galpão.

O processo de inserção na organização, de 8 entre 10 catadores entrevistados da COOREPLAST, se deu por meio de convite de membros associado, sendo que alguns possuíam grau de parentesco, e dois catadores já estavam na cooperativa desde o período de formação, quando ainda era um grupo informal. Todos os catadores decidiram trabalhar na cooperativa porque estavam sem trabalho e precisavam obter uma renda. Em relação ao tempo que eram cooperados, alguns catadores entraram na cooperativa há alguns meses, mas outros estão acerca de 17 anos, quando o grupo ainda era informal.

4.1.2. Associação dos Recicladores de Olinda – ARO (Apêndice C)

Segundo Gonçalves e Meira (2013), no ano de 1996, o município de Olinda foi cenário de intervenção do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pois no antigo lixão do município olindense, havia centenas de mulheres, homens e crianças, que sobreviviam dos resíduos despejados das cidades circunvizinhas, que foram contaminados após a ingestão de carne humana proveniente de resíduos hospitalares que haviam sido destinados para o lixão inadequadamente, visto que esses tipos de resíduos devem ser incinerados.

Com isso, o poder público e as ONGs começaram a dialogar para intervir social e ambientalmente com o intuito de “inserir essa população marginalizada no universo da cidadania através de políticas públicas e ações de emprego e renda, educação, associativismo e meio ambiente” (GONÇALVES e MEIRA, 2013, p.4). Além disso, o Programa Meio Ambiente e Cidadania (PMAC), elaborado pela Prefeitura do município de Olinda em parceria com o Centro de Estudos e Ação Social de Pernambuco (CEAS), foi executado com o objetivo de erradicar o trabalho infantil no lixão de Aguazinha, localizado em Olinda, por meio de uma organização associativa formada com os catadores que ali conviviam e trabalhavam (GONÇALVES e MEIRA, 2013).

Desse modo, a organização dos catadores da ARO se deu por iniciativa do poder público e ONG's, corroborando assim, com a literatura que afirma que as formas organizativas (cooperativas/associações) de catadores, no Brasil, está ligada a agentes não catadores, entre eles a Igreja, as ONG's, Universidades, entre outros.

Segundo a presidente da ARO, para construir o espaço onde estava localizado o galpão da associação, foi necessário, primeiramente, retirar as casas (barracos) onde os catadores moravam, que tinham entorno do lixão (atual Aterro Sanitário de Aguazinha).

Não foi possível saber como se deu o processo de inserção dos catadores na formação inicial da associação, visto que nenhum dos catadores entrevistados participou deste processo. Identificou-se, que apenas duas catadoras fizeram parte da antiga gestão, mas não no período inicial da formação da associação.

Uma das catadoras entrevistadas, que trabalhou na ARO na antiga gestão explicou que a associação comprava os materiais reciclados dos catadores que catavam no lixão e a remuneração dos catadores associados se dava pelo cargo que estes desenvolviam dentro da associação. Sobre a forma antiga e atual de gestão da associação a presidente da ARO, opinou:

A gente quase não ligava para a associação não. A gente ligava mais de trabalhar e ganhar dinheiro. Não tinha gente certa [atravessador] para comprar o material. Hoje você vendia a fulano, amanhã vendia para sicrano, era assim. Hoje em dia, não. Hoje em dia, aqui é um grupo de mulheres [embora haja 3 homens na associação], a gente se reúne, vende tudo por igual, não tem nenhuma diferença. O que elas quiserem, por exemplo, ganhou alguma coisa boa na rua, se elas quiserem levar, a gente dá o direito delas levarem [exemplificou]. Não tem como negar, se chegarem aqui, uma gostar e querer levar, pede e a gente dá. A gente não tem diferença com nada. (Entrevistada nº 22).

Assim, os catadores que trabalhavam no lixão não tinham interesse em trabalhar na associação, enxergando-a apenas como uma compradora de seus materiais. Identificou-se ainda, por meio das falas das catadoras, que o galpão também representava um lugar onde os catadores podiam separar e guardar seus materiais, além de descansar um pouco.

Com o fechamento do lixão de Aguazinha, houve uma diminuição no número de catadores, pois foram dadas várias capacitações no sentido de prepará-los para a nova realidade (fechamento do lixão), sendo que os catadores que optaram em dar continuidade à catação de materiais recicláveis, escolheram uma nova forma de gestão de trabalho relacionado à perspectiva da economia solidária.

A participação na capacitação, segundo uma das catadoras, foi um critério utilizado para determinar quem iria compor o quadro de associados na nova gestão da ARO após o fechamento do lixão de Aguazinha. No entanto, muitas pessoas não participavam da reunião.

O grupo inicial foi constituído por 48 associados. Segundo a presidente da ARO, muitos catadores não concordaram em fazer parte da associação, pois a renda seria dividida por igual e não mais pela produção de cada catador.

Com o fechamento do lixão, a renda caiu substancialmente, os catadores exemplificaram que se antes eles retiravam entre R\$ 300,00 a 400,00 por semana catando material no lixão passaram a ter como renda R\$ 100,00 por mês no início da nova formação da ARO.

A presidente da associação ainda explicou que eles tiveram muitas dificuldades em gerenciar a organização com o encerramento de cada capacitação que tiveram, pois sempre existia alguém que os ajudava, principalmente, com as finanças. A catadora destacou o afastamento de uma pessoa específica que os apoiava através da Igreja, conforme a fala abaixo:

Depois que ele foi embora, a gente... caiu o teto. Porque não tinha aquele... a gente não tinha aquela instrução que ele tinha, que sempre colocava na cabeça da gente... depois que a gente voltou a ser, e começou a continuar, e até agora não parou não. (Entrevistada n° 22).

Diante da baixa escolaridade dos entrevistados, muitas organizações têm dificuldade, principalmente, com as questões financeiras de suas associações ou cooperativas, ainda que recebam capacitações nesse sentido. Porém quando agentes externos responsáveis por assessorar e acompanhar os grupos se afastam, muitos ainda têm dificuldade de gerenciar sua própria organização. De acordo com Souza *et al.* (2010) organizações populares em processo de formação muitas vezes não possuem o capital intelectual necessário para autogestionar seu Empreendimento Econômico Solidário (EES).

Dentre os associados da ARO, oito dos 10 catadores entrevistados possuíam experiência anterior com resíduos, pois trabalhavam no antigo lixão de Aguazinha (por cerca de 17,5 anos em média). Assim, eles optaram por continuar a atividade enquanto associados da ARO e outros 2 tomaram conhecimento da associação por vizinhos e parentes ligados à ARO.

Dentre os motivos para se associarem, cinco responderam que não tinham outra opção, salvo o trabalho com a catação; 3 relataram a necessidade da renda e dois afirmaram gostar de trabalhar e não ter outro trabalho próximo à sua residência, além da flexibilidade dos horários de trabalho. Nenhum dos catadores da ARO trabalhou em outra associação, sendo que dois estavam associados há seis anos e, os demais, há três.

4.1.3. Associação de Catadores União e Força – ASCUF (Apêndice C)

A ASCUF surgiu, em 2003, a partir do trabalho de cinco mulheres que catavam recicláveis nas ruas com o auxílio de um carro de mão, enquanto os filhos estavam na escola. A presidente é a única remanescente da formação inicial da associação. Os materiais recicláveis coletados eram armazenados na residência de cada uma delas, sendo comercializados individualmente, ou seja, só a coleta era feita coletivamente.

Na ocasião de um desfile realizado no município de Paulista, as catadoras levaram seus filhos para assisti-lo, enquanto isso, catavam materiais recicláveis e amontavam perto das crianças para que elas cuidassem.

Esse movimento de coletar e colocar as crianças para observar/cuidar dos materiais recicláveis chamou a atenção de uma professora da escola que participava do desfile. A professora se aproximou e questionou as catadoras se aquele grupo constituía uma associação. Ao tomar conhecimento de que era apenas um grupo que catava junto, separava e vendia seus materiais separadamente (não constituindo um grupo formal), a professora sugeriu que se elas formassem uma associação ou cooperativa seria melhor para elas.

Esse fato despertou tal curiosidade das catadoras que após 4 anos coletando juntas, decidiram modificar suas formas de trabalho, passando além de coletar, a também separar e comercializar em conjunto. Assim, a renda de todo o material vendido passou a ser dividida igualmente entre as catadoras e a associação delas passou a se chamar ASCUF. Inicialmente, o grupo teve como espaço físico a residência de uma das catadoras (atual presidente da ASCUF), onde foi feito um escritório para que elas pudessem melhor desenvolver suas atividades.

A ASCUF recebeu a visita de agentes da Prefeitura do município de Paulista devido a uma denúncia de que o local estaria sendo infestado por roedores. Na ocasião, o grupo solicitou aos agentes da Prefeitura um espaço para que pudessem dar continuidade às suas atividades e a prefeitura, por sua vez, solicitou às catadoras a documentação que regulamentasse a existência da associação. Desse modo, as catadoras deveriam alugar um galpão, sendo a prefeitura a responsável pelo pagamento do espaço, além de fornecer os instrumentos básicos, como balança, prensa e carroças para que as catadoras pudessem melhorar suas condições de trabalho.

Essa realidade perdurou por 6 anos, até que o contrato findou-se. Assim, o grupo ficou sem um lugar específico para realizar suas atividades, e também sem seus instrumentos de trabalho, pois estes estavam sob o regime de comodato.

O grupo voltou, então, a trabalhar na residência onde se deu início o trabalho coletivo, porém este não era mais a residência da catadora. No momento da coleta de dados, as atividades da associação se restringiam à triagem de papel de uma empresa do ramo de papel e papelão do município de Olinda que levava o material a ser beneficiado, sendo a associação uma prestadora de serviços a essa empresa.

A história de inserção da atual presidente, e uma das fundadoras da ASCUF, está intimamente ligada a sua história de vida. A catadora desenvolvia a atividade de catação de materiais recicláveis quando ainda era criança e catava recicláveis no lixão de Aguazinha (hoje aterro sanitário de Aguazinha), localizado no município de Olinda.

A catadora, quando criança, saía com o seu irmão para trocar algodão doce por garrafa, alumínio, ossos, dentre outros. Essa atividade era comum na RMR há pelo menos 15 anos, quando se podiam escutar pessoas gritando nas ruas por garrafas e alumínio em geral, trocando-os por algodão doce. A fala da catadora, mostrada no trecho a seguir, conta um pouco da sua história na catação de materiais recicláveis quando criança:

Minha mãe separou muito cedo do meu pai, e eles tinham uma máquina de algodão doce. Daí mamãe fazia e colocava meu irmão e eu para trocar por garrafa, alumínio, ossos... só que a gente comia o algodão e ia para o lixão catar. A gente catava, levava para casa, e mamãe não descobria que a gente comia o algodão todo. No lixão, a gente catando era bom, porque a gente era pequeno, ia entre os adultos, passava por debaixo das pernas, aí era rápido, num instante a gente catava, passava no rio [na volta], tomava banho, chegava em casa enxutinho e limpinho... nem parecia, e ninguém dizia [para a mãe deles] porque era um pouco distante. Minha mãe era lavadeira, ficava em casa lavando roupa, e colocava a gente para fazer isso. (Entrevistada n°12).

Através da fala da catadora, percebe-se que sua família vivia em condições de pobreza, onde a mãe solteira se viu obrigada a colocar seus filhos para trabalhar a fim de complementar a renda familiar. De acordo com Viana (2000), o trabalho precoce, ou seja, a utilização da força de trabalho de menores de 18 anos está associada à necessidade dessas famílias de aumentar sua renda para garantir suas necessidades mais básicas, fundamentais para sua sobrevivência.

As outras catadoras que participaram do processo de surgimento da associação não se encontravam mais entre o grupo. Desse modo, o processo de inserção das catadoras que se integraram ao grupo posteriormente se deu por meio de conhecimento, ou seja, alguém conhecia a presidente da associação e fez o elo entre elas; interesse próprio ao ver pessoas trabalhando naquela associação, buscando informação sobre como poderia ser um associado daquele grupo; ou, por possuir familiar dentro da organização.

Segundo as catadoras a decisão de trabalhar na associação se deu porque não tinham outra atividade. O tempo em que as 4 catadoras entrevistadas da ASCUF estavam desenvolvendo a atividade de catação na associação era de 6 anos; 4 anos; 1 ano 4 meses e 1 ano e 2 meses. Nenhuma delas trabalhou em outra organização anteriormente, mas a presidente da associação relatou já ter trabalhado no antigo e extinto lixão de Aguazinha, localizado no município de Olinda.

4.1.4. Cooperativa de Catadores Erick Soares – COOCARES (Apêndice C)

Segundo a presidente da COOCARES, no final do ano de 2003, devido às más condições de trabalho dentro do lixão de Inhamã, no município de Abreu e Lima, os catadores fizeram um protesto, construindo uma barricada e pondo fogo no lixão, a fim de que fossem ouvidos pelas autoridades local, e assim, modificada a realidade em que se encontravam.

O cenário do lixão de Inhamã, segundo Duarte (2003), era permeado de resíduos hospitalares como seringas e luvas cirúrgicas usadas, mangueiras injetoras de soro expostas, bolsa de coleta de urina, entre outros materiais hospitalares, que ali estavam sendo descartados inadequadamente. Desse modo, os catadores estavam sendo constantemente cortados e perfurados por esses materiais de alto risco microbiológico, e mesmo aqueles trabalhadores que faziam uso de EPI's não estavam isentos de contaminação, pois muitos desses materiais ultrapassam o material de suas botas.

A mobilização dos catadores também se deu devido à permanência de crianças no lixão, o avanço deste no mangue (área em que muitos moradores da região realizam pesca artesanal) e nas áreas verdes (SILVA, 2006).

Além disso, segundo Silva (2006), os catadores se sentiam incomodados pela intromissão dos garis que estavam retirando recicláveis, principalmente as latinhas (devido a seu maior valor no mercado), antes dos resíduos chegarem ao lixão. Nessa manifestação estavam presentes, além dos catadores do lixão de Inhamã, professores da rede pública de ensino, o MNCR, e outras pessoas da sociedade.

De acordo com a presidente da COOCARES, neste período os catadores receberam o apoio do Gabinete da Deputada Ceça Ribeiro que cedeu um galpão, onde eles trabalhavam, para que pudessem desempenhar suas atividades.

Segundo a presidente da COOCARES, já no lixão, os catadores constituíam um grupo, porém não organizado, e tinham vontade de construir uma organização em que eles pudessem

trabalhar em melhores condições. Esse grupo informal era constituído por pessoas ligadas por grau de parentesco.

Ainda no ano de 2003, a Incubacoop/URFPE, devido à repercussão do protesto feito pelos catadores tomou conhecimento da realidade destes e promoveu uma aproximação. Desse modo, a formalização do grupo se deu ainda no ano de 2003, e os catadores deram-lhe o nome de Associação de Catadores Erick Soares¹⁶, em homenagem ao representante do MNCR da região Nordeste, que também trabalhava no lixão de Inhamã e veio a falecer meses depois.

A partir do ano de 2003, os catadores da COOCARES, juntamente com os da COOREPLAST (as duas organizações estão localizadas a menos de 100 metros uma da outra), passaram a ser acompanhados pela Incubacoop/UFRPE. Segundo Dubeux (2011), o grupo de catadores, que hoje constitui a COOCARES, se destacou inicialmente pelo grande potencial de conhecimento da atividade e métodos de separação dos resíduos recicláveis, e pela força de trabalho adquirida em condições adversas no lixão, sendo que sua fragilidade estava relacionada à sua organização e carência de equipamentos para beneficiar os materiais coletados.

No ano de 2006, a Incubacoop/UFRPRE, por meio do Projeto Reciclação financiado pela Petrobrás, implantou a coleta seletiva porta a porta em alguns bairros do município de Abreu e Lima, articulado com a COOCARES e COOREPLAST. Nesse projeto foram cadastradas as residências dos moradores que se comprometeram a doar seu material reciclado aos catadores das referidas cooperativas.

Com a implantação desse sistema, as duas cooperativas alternavam a semana da coleta seletiva nas residências. Desse modo, enquanto uma cooperativa está na coleta, a outra faz a triagem de seus materiais. Inicialmente era utilizado o caminhão da Associação dos Moradores da Comunidade do Fosfato para fazer a coleta seletiva de ambas as organizações. Porém, segundo a presidente da COOCARES, com o aumento da produção, devido a novas parcerias de doadores, a cooperativa pode comprar um caminhão próprio para realizar a sua coleta, o que é considerado por seus membros como um fato importante para seu fortalecimento.

Cabe ressaltar que no início do projeto Reciclação, as cooperativas coletavam seus materiais, faziam a triagem separadamente, cada uma em seu galpão, mas no momento de comercialização, juntavam os seus materiais para vender juntas, pois assim, tinham uma

¹⁶ No ano de 2009 a organização deixou de ser associação e tornou-se cooperativa.

maior quantidade de materiais e comercializavam diretamente com as empresas, eliminando nesse momento os atravessadores. Mas, posteriormente eles decidiram por comercializar seus materiais separadamente devido a problemas de relacionamento pessoal, dentre outros motivos.

Metade dos catadores entrevistados (6 dos 12) estavam na cooperativa desde sua formação, e relataram que saíram do lixão em busca de melhores condições de trabalho; cinco informaram que conheciam alguém da cooperativa, e assim, por estarem desempregados pediram para fazer parte do grupo; e, o último, chegou até à cooperativa por meio de convite de um dos cooperados. Assim, 6 catadores desenvolviam suas atividades enquanto associados há 10 anos; 2, entre 2 a 4 anos; e 4, em um período inferior a 1 ano. Apenas um dos catadores trabalhou em outra organização anteriormente e resolveu mudar devido a problemas familiares entre os associados da COOCARES com a COOREPLAST.

4.1.5. Associação dos Catadores da Dignidade de Camaragibe – ACAD (Apêndice C)

A ACAD, segundo sua presidente, surgiu no ano de 2006, através da iniciativa de uma ONG que coordenava o Projeto Catadores da Dignidade com o apoio da Prefeitura do município de Camaragibe. A presidente relatou que a prefeitura visitou o lixão a fim de conhecer os catadores que lá trabalhavam, realizando seu cadastramento, enquanto a ONG promoveu capacitações durante um período de 8 meses. Posteriormente, a prefeitura forneceu um galpão, carroças e caminhão, além de arcar com despesas, como caminhão (com motorista e combustível) aluguel, energia e água para que os catadores pudessem desenvolver suas atividades.

De acordo com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/2011), os catadores (60 no total) dos municípios de Camaragibe e São Lourenço da Mata, ambos situados na RMR, participaram de capacitações das mais diversas áreas, como cidadania, unidades produtivas de reciclagem, coleta seletiva, gestão, artesanato, entre outras. O objetivo do projeto era que os catadores, além de deixarem o lixão, também fossem incluídos na sociedade através da comercialização de materiais recicláveis. De acordo com uma das associadas, os participantes da capacitação recebiam uma quantia em dinheiro para participar do curso.

Desse modo, todos os catadores entrevistados participaram do processo de formação da ACAD. Quando se perguntou aos catadores da ACAD o porquê do interesse em participar da capacitação para depois trabalharem organizados em uma associação, os catadores

responderam que viam na associação uma oportunidade de trabalhar com melhores condições de trabalho, como mostra a fala de uma das catadoras entrevistadas:

Eu achei que seria melhor, né? Você estar ali dentro do lixão é uma coisa, estar ali fora é outra. Ali o trabalho é meio insalubre, tem todo tipo de doença, tem de tudo ali, mas a gente metia a mão, e fazia... sem medo de nada. Mas a ideia foi boa, né? De ter tirado a gente dali, eu acho que eles [associados] pensam do mesmo jeito, não é? Para mim foi ótimo, hoje eu não penso mais em trabalhar ali, entendeu? (Entrevistada n° 24).

Nenhum dos catadores entrevistados teve a experiência de trabalhar em outra associação ou cooperativa antes de se tornarem associados da ACAD.

4.1.6. Associação de Catadores o Verde é a Nossa Vida (Apêndice C)

A Associação de Catadores o Verde é a Nossa Vida é resultado de uma iniciativa da Prefeitura do município de Recife, que implantou a coleta seletiva em alguns de seus bairros, criando núcleos de triagem para que os catadores pudessem fazer a separação dos materiais recicláveis que eram recebidos no galpão.

Inicialmente, no ano de 2007, o grupo não constituía uma associação, sendo denominado Núcleo de Triagem de Resíduos Sólidos, e era acompanhado por um funcionário da Prefeitura que os orientava sobre o desempenho de suas atividades. Esse funcionário permaneceu no Núcleo por quase 2 anos, quando teve que sair por decisão da Prefeitura Municipal de Recife e indicar um dos catadores para assumir o cargo de liderança.

A importância do agente da Prefeitura, na opinião do presidente da associação, foi essencial no momento de formação do grupo, uma vez que os catadores que estavam no Núcleo não sabiam como lidar com o trabalho organizado, e mesmo com a atividade em si, como fazer a triagem dos materiais, manusear os instrumentos de trabalho, como por exemplo, a prensa e as carroças, conforme explicado por um dos catadores entrevistados da associação:

Comecei, nem sabia como puxava a carroça direito, aí sai puxando, aprendi. Aí comecei. Depois fiquei [inicialmente ele trabalhava como motorista fazendo frete para alguns depósitos]. Aí foi quando Batista¹⁷ começou me dando umas dicas aqui dentro, trabalhando e me dando umas dicas, aí disse: ‘Olha, a Prefeitura vai me levar de volta, eu vou deixar vocês, você que tem mais vontade, eu vou deixar você aqui, você assume o meu lugar, aí eu assumi, fiquei... e depois a gente vê a hora da gente formar a associação. (Entrevistado n°32).

¹⁷ Nome fictício dado para representar o funcionário da Prefeitura do Recife mencionado pelo catador entrevistado.

Alguns autores discutem que o trabalho de catação de materiais recicláveis é uma atividade que não requer habilidades, no entanto, nesta pesquisa foi possível identificar que não são todos os catadores que sabem manusear as carroças quando iniciam o trabalho de catação, demandando assim, o que os mesmos desenvolvam técnicas para que possam exercer o trabalho.

O processo de formalização do grupo também teve apoio da prefeitura. Na seguinte fala, o presidente da associação explica como foi o processo para formalização e o porquê da escolha em tornar-se associação e não cooperativa:

O advogado da prefeitura veio, reuniu conosco, aí começou a explicar como era. Fez uma ata, foi lendo, explicando, aí a gente resolveu formar uma associação e não uma cooperativa. Cooperativa é ótima, mas os encargos dela são mais caros do que uma associação. E eu já previa que o pessoal que tinha aqui, saísse. Eu sabia que muitos tinham estudo, até mais do que eu. Foi na época que a Suape [Porto de Suape] estava chamando gente... 'vou levar um currículo para Suape' [se referindo à fala dos outros catadores], eu comecei a dizer 'esse pessoal vai sair... e não foi? (risos)'. De 45 para 5 pessoas, 40 eu perder assim de repente, não é brincado não. Aí foram embora, só ficou nós 5. (Entrevistado nº 32).

A formalização do grupo, no final do ano de 2008, em Associação, segundo o seu presidente, surge na perspectiva de o grupo se tornar independente, assim como buscar participações em projetos sociais, pois enquanto Núcleo de Triagem de Resíduos Sólidos não seria possível, porque estava vinculado à Prefeitura. O grupo ainda participou de diversas capacitações, oferecidas pelas Universidades do Estado de Pernambuco, ONG's, Prefeitura do Recife, Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLURB), entre outras.

Inicialmente, enquanto Núcleo, a prefeitura do município de Recife custeava todas as despesas para a realização das atividades do grupo, como aluguel do galpão, energia e água. Porém, algumas despesas passaram a ser atribuídas aos catadores. Desse modo, a associação era a responsável pelas despesas de água e energia, sendo que o aluguel do galpão continua sendo de responsabilidade da Prefeitura, pois de acordo o grupo ainda não tem condições de arcar com todas as despesas da organização.

Todos os catadores entrevistados estavam trabalhando no Núcleo quando decidiram por formalizá-la estando, enquanto associados, há 4 anos, embora trabalhem juntos há 6 anos.

Desse modo, constatou-se que a atividade de catação de materiais recicláveis foi uma opção de trabalho que essas pessoas buscaram pela necessidade de obter uma renda, sendo a escolha do trabalho realizado em grupo, seja em associações ou cooperativas, uma forma de se fortalecer enquanto profissionais. Averiguou-se, ainda, o papel preponderante de agentes

não catadores, como universidades e poder público, tiveram no sentido de formalização dos grupos, treinamento/capacitação e apoio para o desempenho de suas atividades.

4.2. Perfil sociodemográfico dos catadores de materiais recicláveis

Primeiramente, buscou-se traçar o perfil sociodemográfico dos catadores estudados a fim de conhecer os aspectos que os caracterizava e tomar conhecimento de alguns elementos que poderiam justificar seus depoimentos nas questões posteriores, mais subjetivas e complexas (Tabela 2).

Tabela 2. Perfil sociodemográfico dos catadores entrevistados, Recife, 2013.

Entrevistado	Gênero	Idade	Estado civil	Cor	Escolaridade	Nº de filhos	Nº de residentes no domicílio	Renda oriunda da catação (R\$)	Renda Familiar (R\$)	Principal responsável pela renda familiar
1	Feminino	41	Solteira	Parda	Fundamental I incompleto	4	6	500,00	600,00	Catadora
2	Feminino	48	Casada	Parda	Fundamental II incompleto	3	2	500,00	1.600,00	Marido
3	Feminino	34	Solteira	Parda	Fundamental II completo	8	10	500,00	950,00	Catadora
4	Masculino	23	Solteiro	Parda	Fundamental I completo	0	3	500,00	500,00	Catador
5	Feminino	31	Solteira	Negra	Fundamental I completo	3	6	500,00	1.180,00	Catadora
6	Feminino	57	Casada	Parda	Fundamental I completo	6	2	500,00	570,00	Catadora
7	Feminino	49	Solteira	Branca	Fundamental II incompleto	6	3	500,00	630,00	Catadora
8	Feminino	58	Solteira	Branca	Fundamental II incompleto	2	3	500,00	500,00	Catadora
9	Feminino	44	Amigada	Parda	Fundamental I incompleto	2	3	500,00	800,00	Catadora e o companheiro
10	Feminino	40	Amigada	Parda	Fundamental II incompleto	2	4	220,00	678,00	Marido
11	Feminino	31	Solteira	Parda	Fundamental II incompleto	4	2	220,00	322,00	Catadora
12	Feminino	46	Divorciada	Branca	Fundamental I completo	4	5	500,00	678,00	Catadora
13	Feminino	22	Divorciada	Parda	Médio completo	0	5	670,00	678,00	Mãe
14	Feminino	61	Solteira	Parda	Analfabeta	21	2	200,00	800,00	Filho
15	Feminino	50	Casada	Parda	Fundamental I incompleto	3	2	200,00	500,00	Catadora
16	Feminino	40	Viúva	Negra	Fundamental I incompleto	9	9	200,00	450,00	Catadora
17	Feminino	41	Solteira	Parda	Fundamental I incompleto	8	5	200,00	220,00	Catadora

18	Feminino	23	Solteira	Parda	Fundamental II incompleto	1	3	200,00	400,00	Catadora
19	Feminino	37	Amigada	Branca	Fundamental II incompleto	4	4	200,00	546,00	Catadora
20	Feminino	36	Amigada	Parda	Fundamental I incompleto	8	8	200,00	1.000,00	Marido
21	Masculino	40	Solteiro	Parda	Fundamental II incompleto	0	3	200,00	878,00	Catador
22	Feminino	49	Solteira	Parda	Fundamental II incompleto	10	2	200,00	220,00	Catadora
23	Feminino	37	Solteira	Parda	Fundamental II completo	3	5	200,00	308,00	Catadora
24	Feminino	39	Solteira	Parda	Médio incompleto	3	7	200,00	334,00	Todos os adultos
25	Feminino	47	Solteira	Branca	Fundamental I incompleto	9	3	200,00	334,00	Catadora
26	Feminino	47	Solteira	Parda	Fundamental I incompleto	5	3	200,00	340,00	Catadora
27	Masculino	59	Viúvo	Parda	Fundamental I incompleto	4	2	200,00	200,00	Catador
28	Feminino	44	Solteira	Parda	Fundamental II incompleto	5	4	120,00	220,00	Catadora
29	Masculino	39	Solteiro	Negra	Fundamental II completo	0	2	300,00	600,00	Catador e a mãe
30	Masculino	52	Amigado	Parda	Analfabeto	4	1	300,00	300,00	Catador
31	Feminino	58	Solteira	Parda	Fundamental I completo	2	2	300,00	600,00	Catadora e o filho
32	Masculino	59	Casado	Parda	Médio incompleto	4	5	450,00	450,00	Catador e a esposa
33	Masculino	43	Casado	Negra	Fundamental I incompleto	3	5	400,00	400,00	Catador e a esposa
34	Masculino	24	Amigado	Negra	Médio incompleto	2	5	500,00	1.000,00	Catador
35	Feminino	46	Amigada	Parda	Fundamental I incompleto	3	2	600,00	800,00	Catadora
36	Feminino	61	Solteira	Negra	Analfabeta	3	2	700,00	1.200,00	Catadora
37	Feminino	59	Solteira	Parda	Analfabeta	2	2	700,00	900,00	Marido
38	Feminino	27	Casada	Negra	Médio incompleto	1	3	800,00	1.080,00	Catadora
39	Feminino	41	Solteira	Negra	Fundamental I incompleto	0	2	800,00	800,00	Catadora
40	Masculino	46	Solteiro	Parda	Analfabeto	2	3	800,00	2.300,00	Catador
41	Feminino	47	Casada	Parda	Analfabeta	2	3	800,00	1.000,00	Marido
42	Feminino	63	Casada	Negra	Fundamental I completo	2	5	800,00	1.500,00	Catadora e o marido
43	Masculino	25	Amigado	Parda	Fundamental II incompleto	3	5	800,00	800,00	Catador
44	Feminino	41	Amigada	Negra	Médio completo	2	4	1.000,00	1.000,00	Catadora
45	Masculino	23	Casado	Pardo	Médio completo	0	2	500,00	680,00	Catador

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos catadores estudados, 34 (75,6%) eram mulheres e 11 (24,4%) eram homens. Wirth (2009) discorre que embora a catação de materiais recicláveis leve, inicialmente, a se ter uma impressão de que o trabalho é predominantemente masculino, os levantamentos mostram que, no Brasil, o número de mulheres é maior que o de homens em formas organizadas. O MNCR (2013c) afirma que entre os 200 mil catadores que trabalhavam em organizações (associações ou cooperativas), 70% eram mulheres, o que corrobora com os resultados encontrados.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT/2012), as taxas de desemprego para as mulheres são superiores às taxas dos homens em todo o mundo. Assim, quando as mulheres estão desempregadas, se mostram mais propensas a assumir trabalhos temporários, seja pela necessidade de se tornarem autônomas e independentes (do lar, do marido ou do pai) ou diante da necessidade de aumentar sua renda familiar (CARVALHAL, 2003).

Em relação à idade, a média foi de 42,8 anos, um pouco acima da idade média das pessoas que têm a catação de materiais recicláveis no Brasil, que está na faixa dos 39,4 anos, mas dentro da faixa da idade média dos catadores do Nordeste, que fica na faixa dos 30 a 49 anos, segundo o IPEA (2013).

Com relação ao estado civil, 51,0% (n=23) se declararam solteiros, 20,0% (n=9) viviam em união consensual, 20,0% (n=9) eram casados; 4,5% (n=2), divorciados; e, 4,5% (n=2), viúvos.

Quanto à raça, 53,4% (n=24) dos catadores entrevistados se autodeclararam “morenos”, termo que não está incluído na classificação de cor/raça do IBGE¹⁸, e que foi adotado como referencial para a caracterização geral do perfil dos catadores a nível nacional, regional (limitando-se a nordeste) e estadual (focando o estado de Pernambuco), para comparar com dados obtidos através da pesquisa. Outros 22,2% (n=10) dos catadores declararam-se negros; 13,3% (n=6), pardos; e 11,1% (n=5), brancos.

Segundo Ribeiro (2010), ser moreno é não usar o preto, não usar o negro, assim, “é no ‘moreno’ que o ‘pardo’ ganha força e vários tons de pele” (RIBEIRO, 2010. p.69). Dessa forma, diante do considerável percentual de entrevistados que se consideraram morenos, optou-se por reclassificá-los como pardos.

Os dados mostram que a amostra estudada possuíam 40 catadores pretos e pardos (88,9%). Comparando esse dado com a média nacional, regional (Nordeste) e estadual

¹⁸ O IBGE utiliza a cor/raça branca, preta, amarela, parda e indígena em suas pesquisas do Censo Demográfico.

(Pernambuco), 66,1%, 78,0% e 75,3% dos catadores são pretos e pardos, respectivamente. Entre os catadores pretos e pardos, 72,5% (n=29) eram mulheres. De acordo com o Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – Sistema PED (2013) – as taxas mais elevadas de desemprego estão entre as mulheres negras em relação aos demais grupos (homens brancos, mulheres brancas e homens negros).

Em relação ao nível de escolaridade dos catadores estudados, constatou-se o que já indicava a literatura, ou seja, o baixo nível de escolaridade, sendo que 13,3% (n=6) eram analfabetos; 26,7% (n=12) possuíam menos de 4 anos de estudos, sendo considerados analfabetos funcionais¹⁹; 13,3% (n=6) possuíam o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) completo; 24,4% (n=11), o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) incompleto; 6,7% (n=3), o Ensino Fundamental II completo; 8,9% (n=4), o Ensino Médio Incompleto; e, 6,7% (n=3), o Ensino Médio completo. Esse fato impossibilita-os, muitas vezes, de concorrer por uma vaga dentro do competitivo e disputado mercado de trabalho formal, pois esse busca cada vez mais por profissionais com alto nível de escolaridade e qualificação, assim como, sua ascensão social. Além disso, a educação é fundamental para que os catadores possam melhor gerir administrativamente as organizações nas quais estão inseridos.

Quanto ao número de filhos, os catadores tinham, em média, 3,8 filhos, sendo que das 32 mulheres que tinham filhos, 40,6% (n=13) eram mães solteiras.

A presença de filhos dependentes (crianças e adolescentes) é uma realidade nos lares de catadores de materiais recicláveis. Foi possível identificar, através dos relatos dos catadores, que 48,8% (n=22) deles eram os únicos responsáveis pela atenção às necessidades básicas de seus filhos. De acordo com o MNCR (2013c), 700 mil crianças são sustentadas por meio da renda obtida através do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Ainda sobre os lares dos catadores de materiais recicláveis, 66,7% (n=30) residiam em domicílio com até 4 pessoas, sendo que muitos dos catadores eram os únicos responsáveis pela renda familiar.

A renda familiar média dos catadores foi de R\$ 707,68. No entanto, essa média não condiz com a realidade de todos os catadores, variando de R\$ 200,00 a R\$ 2.300,00. Sendo

¹⁹ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/2003), o conceito de analfabeto funcional inclui todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas.

assim, quatro famílias viviam em situação de extrema pobreza²⁰, e cinco, próximo a esse limiar.

Os catadores são os principais atores da cadeia produtiva da reciclagem, no entanto, não são bem remunerados pelo trabalho que realizam e como não têm sua carteira de trabalho assinada por nenhum empregador, os catadores foram questionados se contribuía com o sistema previdenciário, enquanto autônomos.

Desse modo, foi possível constatar que 82,2% (n=37) dos catadores não contribuía; 11,1% (n=5), contribuía; e, 6,7% (n=3) eram aposentados. Os motivos alegados entre aqueles que não contribuía foram: renda insuficiente (21,6%, n=8); não queriam ou não tinham interesse (18,9%, n=7); não procuraram informação sobre como ser contribuinte (10,8%, n=4); não souberam ou não opinaram (32,5%, n=12). Houve, ainda, aqueles que afirmaram não contribuir, porém expressaram vontade em contribuir (16,2%, n=6). Entre aqueles que não contribuía com o sistema previdenciário, obteve-se falas que justificaram os motivos, tais como:

Agora os catadores estão esperando a lei para pagarem como os pescadores. Já passou, se eu não me engano, pelo Plenário, agora está faltando chegar às mãos dos deputados para ver se decidem de uma vez. Falta pouca coisa para ser regularizada. Os catadores vão ter os mesmos direitos dos pescadores, aí vai ficar bom. Porque a taxa de pagamento é por ano, e além de ser por ano é uma coisa bem mínima, cerca de cento e pouco reais, chega nem a duzentos [reais] por ano. Vê que diferença?! Eu não pago por causa disso. Se essa lei não for regularizada rápido, aí eu vou entrar como pescadora, aí eu vou começar efetuar o pagamento como pescadora, que eu não tenho problema nenhum. Eu faço a documentação da colônia, e fico como pescadora, aí eu pago. (Entrevistada nº 2).

Como pode ser verificado na fala anterior, o catador não contribuía por aguardar o resultado da negociação com o Governo Federal sobre o valor da contribuição, o que resultaria em um valor menor de contribuição. Porém, ao aguardar, está, também, perdendo seus direitos enquanto trabalhador e cidadão. De acordo com o MNCR (2013d), por meio da iniciativa dos catadores ligados pelo próprio MNCR e alguns deputados federais, foi colocado em pauta uma Proposta de Emenda a Constituição, PEC 309/13, denominada PEC dos Catadores que caminhará conjuntamente com o Projeto de Lei, PL 3.997/2012 a fim de acelerar o processo de aprovação da inclusão dos catadores de materiais recicláveis como segurados especiais da Previdência Social, havendo assim, uma redução de 11% para 2% de contribuição ao INSS.

²⁰ De acordo com o IPEA (2013), considera-se em situação de extrema pobreza o domicílio em que a soma de todas as rendas correspondentes aos seus integrantes, dividida pela quantidade de moradores no domicílio e dependam dessa renda, seja inferior ao valor de R\$ 70,00.

A fala seguinte reflete a falta de esclarecimento quanto ao sistema previdenciário no que tange à idade para a aposentadoria prevista em lei. Mais uma vez, verifica-se que a falta de informação prejudica o catador no que se refere a seus direitos.

Eu fui lá para fazer esse negócio [tornar-se contribuinte do INSS como trabalhador autônomo], fui até esse ano, aí eu cheguei lá, e a mulher disse que eu era muito novinha. Mas eu disse, mas é porque eu quero pagar. Só que eu queria não pela minha idade, eu quero pagar e me aposentar antes da minha idade [a catadora quis se referir antes dos 60 anos]. Aí ela me deu o cálculo de R\$: 80,00, e disse que eu só ia me aposentar com 60 anos. Eu não sei se daqui para lá eu estou viva com 60 anos. Eu quero me aposentar antes, não é com 60 anos não. Aí eu não paguei, mas estão lá, as parcelas, tudo em casa. Eu não paguei não, porque eu não queria daquele jeito. Tanta gente que paga para se aposentar antes da idade, porque ela não podia colocar para mim? (Entrevistada nº 18).

Percebe-se ainda, a necessidade de sensibilizar os catadores de materiais recicláveis sobre a importância da contribuição previdenciária, não de forma reduzida, única e exclusivamente para o direito à aposentadoria (por idade, invalidez, ou por tempo de contribuição), mas também em relação à seguridade trabalhista durante o período, enquanto contribuinte, como por exemplo, para ter direito a auxílio doença, salário maternidade, auxílio-pensão por morte, dentre outros.

Além da atividade de catação de materiais recicláveis, 28,9% (n=13) afirmaram desempenhar outra atividade (também sem vínculo empregatício). Dentre as atividades que realizavam estavam: comercialização de peixes e frutos do mar (produtos que eles mesmos pescavam); venda de lanches aos domingos; faxina; serviços de garçom; serviços de pedreiro, pintura, soldagem; e lavagem de sacos (os catadores recebiam os sacos sujos de ração animal e os lavavam).

Com base no salário mínimo vigente no período da pesquisa de campo (R\$ 678,00), também se perguntou a faixa de renda obtida com a outra atividade, sendo possível constatar que 61,5% (n=8) dos catadores obtinham até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; 15,4% (n=2), $\frac{1}{2}$ a $\frac{3}{4}$ do salário mínimo; 7,7% (n=1), de 1 a $1\frac{1}{4}$ salários mínimos; 7,7% (n=1), de $1\frac{1}{4}$ a $1\frac{1}{2}$ salários mínimos; e por fim, 7,7% (n=1), acima de $1\frac{1}{2}$ salários mínimos com a atividade extra à catação de materiais recicláveis.

Perguntou-se, ainda, se os catadores recebiam algum tipo de transferência pública e 64,4% (n=29) recebiam o Bolsa Família²¹ (BF). O fato de ser beneficiário do BF já revela que a família do catador vive em situação de vulnerabilidade social. De acordo com Ximenes (2010), a vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de

²¹ O Bolsa Família é um Programa vinculado ao MDS que transfere renda diretamente às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o território brasileiro (BRASIL, 2014).

indivíduos e grupos em situação de fragilidade, relacionando-a com qualquer resultado de processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou de grupos, provocado por fatores como pobreza, crises econômicas, baixo nível educacional, localização geográfica precária, entre outros.

Em relação à renda dos catadores, obtida através da atividade de catação de materiais recicláveis, averiguou-se, por meio dos relatos dos catadores, que esta variava de acordo com a organização à qual pertenciam, podendo sofrer variação a cada mês, uma vez que a renda é determinada pela produção.

Na COOREPLAST, ARO, ACAD e COOCARES, por exemplo, a retirada se dá pelos dias trabalhados, ou seja, não era em função do trabalho desenvolvido e nem pela produção individual. Essa forma de divisão de renda também foi visto no trabalho de Ribeiro (2009), onde a autora estudou a Cooperativa de Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis (COOTACAR) no município de Cascavel, no estado do Paraná. Já na ASCUF e na Associação o Verde é a Nossa Vida a renda dos catadores dependia da quantidade de materiais triados, e da quantidade de materiais coletados e triados, respectivamente.

Em relação ao principal responsável pela renda familiar, 68,9% (n=31) dos catadores afirmaram serem os principais responsáveis pela manutenção de seu lar e de seus familiares, sendo que 74,2% (n=23) desse universo correspondiam às mulheres.

Desse modo, foi possível avaliar que a amostra da pesquisa foi composta, em sua maior parte, por catadores do sexo feminino, com idade média de 42,8 anos, solteiros, negros, baixa escolaridade, com uma média de 3,8 filhos, e sendo os principais, quando não únicos, responsáveis pela renda familiar.

4.3. Trajetória ocupacional dos catadores de materiais recicláveis: do passado à atualidade

Em relação à trajetória ocupacional dos catadores, identificou-se que 80% (n=36) dos catadores entrevistados exerceram pelo menos uma atividade antes de ingressarem na atividade de catação de materiais recicláveis, sendo que os demais nunca realizaram outra atividade, tendo assim, a catação de recicláveis como primeira e única experiência profissional.

Dentre as ocupações anteriores à catação, foram citadas o emprego doméstico, agricultura, pesca, construção civil, entre outras. Conforme Bosi (2008a), muitos desses trabalhadores não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma

livre escolha, percebendo-se que a maioria tinha uma profissão (ou mais de uma), a qual não podia mais ser exercida, recorrendo, assim, à atividade de catação de recicláveis.

Sobre os motivos pelos quais os catadores deixaram a atividade anterior à catação e ingressaram no trabalho de catação de materiais recicláveis, sobressaem questões como desemprego (36,1%, n=13), seja por falência dos empreendimentos onde trabalhavam ou por demissão; questões familiares (25%, n=9), como casamento, filhos, responsabilidade com os irmãos; problemas com o trabalho anterior (11,1%, n=4), seja pelas condições de trabalho, desentendimento com patrão (queixa maior entre aquelas catadoras que trabalhavam como empregadas domésticas), ou falta de pagamento em dia; e outras questões como: esperança da catação de reciclável ser um trabalho melhor (8,3%, n=3); idade avançada (5,5%, n=2); baixa escolaridade (5,6%, n=2); aposentadoria (2,8%, n=1); êxodo rural (2,8%, n=1); e conciliação da atividade anterior com a de catação (2,8%, n=1).

Percebe-se que as mulheres desenvolviam atividades ligadas à esfera privada e os homens, à esfera pública. Barbosa (2011) reflete que, historicamente, em todas as sociedades, as mulheres foram responsabilizadas pelas tarefas domésticas, sendo estas naturalizadas como atividades do sexo feminino.

A pesquisa também revelou que, pelo menos 20% (n=9) destes trabalhadores tiveram entrada precoce no mundo do trabalho, ou seja, muitos começaram a trabalhar quando eram crianças ou adolescentes. Esse dado aponta que possivelmente muitos destes trabalhadores viveram em situação precária desde sua infância e adolescência, sendo necessário o uso de sua mão-de-obra para complementar a renda familiar. Isso implica, muitas vezes, na desescolarização das crianças e adolescentes, destacando-se, nesse sentido, “a incompreensão do papel na escola como um dos meios de manutenção ou alteração do pertencimento de classe ou segmento social” (VIANA, 2000, p. 18).

O tempo que esses trabalhadores desenvolveram outra atividade foi variável, sendo que 8,3% (n=3) o fizeram até 1 ano; 16,7% (n=6), de 1 a 3 anos; 25% (n=9), entre 3 e 7 anos; 33,3% (n=12), de 7 a 15 anos; e, 16,7% (n=6), entre 15 e 30 anos. A média foi de 8,8 anos.

Quando questionados se tiveram sua carteira de trabalho assinada no desempenho da outra atividade, 58,3% (n=21) afirmaram que não. Mesmo aqueles que tiveram sua carteira de trabalho assinada, em algum momento atuaram em meio à informalidade, o que revela a precariedade de sua trajetória ocupacional.

Quando questionados se gostavam ou não da ocupação anterior à catação de materiais recicláveis, 61,1% (n=22) afirmaram que sim, sendo as razões apontadas as seguintes: se

identificavam com o trabalho que realizavam; tinham renda fixa; a atividade anterior era um meio de subsistência; ou, tinham carteira de trabalho assinada. Em relação aos 38,9% (n=14) dos catadores que afirmaram não gostar do trabalho anterior à catação de recicláveis, as razões apontadas foram: sobrecarga de trabalho; desconforto pelo trabalho; dificuldade de relacionamento com os patrões; ou, dificuldade de trabalhar em ambiente fechado.

Importante, também, foi conhecer a percepção dos catadores sobre a importância do trabalho que desempenhavam. Inicialmente, os catadores foram questionados se consideravam o seu trabalho importante, havendo unanimidade na resposta positiva. Com relação aos motivos, foram citados a contribuição para preservação do meio ambiente (31,1%, n=14); a importância do trabalho em si (15,6%, n=7); divertimento (13,3%, n=6); obtenção de renda (22,2%, n=10); possibilidade de se relacionar com colegas (8,9%, n=4); melhores condições de trabalho quando comparadas às anteriores (4,5%, n=2); dignidade (2,2%, n=1); e, não quiseram opinar (2,2%, n=1). Algumas falas dos catadores ilustram essa questão:

Sim. Porque a gente está limpando o mundo. E tem gente que ainda não reconhece. (Entrevistada nº 18).

Sim. Porque traz riqueza, ele traz alegria. Aqui é, como se diz, como se fosse uma família [...] a gente só se separa no domingo [algumas vezes a associação funciona aos sábados], porque não tem jeito da gente se separar. Uma vai à casa da outra [...] é tudo próximo [as casas das catadoras]. É como se fosse uma família. (Entrevistada nº 22).

Sim. Importante, porque eu amo o meu trabalho, eu amo o meu trabalho. Eu amo o meu trabalho, e trabalho de coração. Não tem coisa melhor que você sair de casa para trabalhar, que nem a gente, sai de 5 horas. Sair de mau humor? A gente tem que sair rindo, contente, porque está indo trabalhar. Pouco ou muito, a gente está trabalhando. (Entrevistada nº 26).

Para um entrevistado, a flexibilidade ou o descompromisso em relação aos dias e horas trabalhados era importante, como pode ser verificado em sua fala:

Sim, eu considero. Porque é bom, não é? É um serviço da gente mesmo. No dia que a gente quiser vir, a gente vem, no dia que a gente não quer vir, a gente não vem. Para mim é muito importante por causa da amizade, não é?. (Entrevistada nº 34).

Desse modo, foi possível identificar que o trabalho perpassa por sentidos concretos (o trabalho em si, o ato de trabalhar) tomando também sentidos abstratos, ou seja, carregado de subjetividades, como por exemplo, a importância dada aos relacionamentos interpessoais, a necessidade de se ter um trabalho como fonte de complementação do ser, a consciência da preservação do meio ambiente, dentre outros. São muitos os sentidos que o trabalho representa na vida desses catadores, sendo perceptível que vai além da renda, embora a escolha pela atividade de catação tenha tido como objetivo primeiro a obtenção de renda.

Para Martins (2006, p. 7),

Trata-se, portanto, da centralidade do trabalho na vida humana, que permanece no cenário contemporâneo, sendo uma via inestimável de inserção social, de produção de laços, de reconhecimento, de construção de identidade [...]. O trabalho mantém-se como o definidor do humano, fundamental na construção identitária e subjetiva, permanecendo, pois, em sentido universal e genérico, como atributo singular da condição humana (MARTINS, 2006, p. 7).

Também se buscou saber a percepção que os catadores tinham a respeito de seu trabalho. Os catadores entrevistados consideraram seu trabalho “bom”, principalmente pela oportunidade de se sentirem úteis e compartilharem experiências, conforme comprovado pelas seguintes falas:

Eu penso que o meu trabalho é bom demais [...] e essa cooperativa é a menina dos meus olhos, e por incrível que pareça... você quer me ver chateada?... meu Deus do céu... no dia que eu saí daqui, e essa cooperativa pegou fogo, se acabou, se destruiu todinha, eu chorei tanto, eu entrei numa depressão, quase que... (emocionada)... que eu construí e a vi desconstruída... foi mesmo que me ter me matado. (Entrevistada nº 2).

Eu estou gostando, pelo menos eu trabalho, não estou em casa, porque se eu ficar em casa entro em depressão. Já estou acostumada a trabalhar [...] Pelo menos aqui eu converso, não fico calada, a gente não fica calada, sempre está conversando [...] Eu estou achando muito bom está aqui. (Entrevistada nº 35).

Damiano Teixeira *et al.* (2011) também verificaram que os catadores estão satisfeitos com o trabalho realizado, revelando uma percepção positiva sobre o mesmo.

Apenas um catador afirmou não gostar do trabalho, ressaltando que estava inserido na atividade por falta de opção, conforme o seu relato:

Para falar a verdade, eu acho que isso aqui não é vida de ninguém. Isso não é vida de ninguém. A gente trabalha porque a gente precisa, mas que essa vida é de gente, eu não acho não [...] porque a gente é muito humilhada. (Entrevistada nº 18).

Sua fala reflete insatisfação com o tipo de trabalho realizado, o que está relacionado à semântica negativa do lixo. Esses resultados corroboram os de Medeiros e Macêdo (2006) que destacam que o trabalho de catação de materiais recicláveis não tem uma única representação ou sentido, dado que para uns é carregado de significados positivos e para outros negativos.

Destacam-se a seguir algumas falas dos catadores quando questionados sobre o porquê da troca da ocupação anterior pela catação de materiais recicláveis:

Porque aqui é mais perto da minha casa, eu posso olhar os meus filhos, qualquer coisa que acontecer, eu estou perto. (Entrevistado nº 3).

Porque quando eu chegava em casa, minha mãe dizia que não tinha nada para os meus filhos comerem, muitas vezes minha mãe ia pedir esmola para dar de comer aos meus filhos. Minha irmã começava a me xingar, dizia que eu era só para dar trabalho para minha mãe criar e ela não tinha obrigação. Aí eu fui tomando aquele desgosto, e também as coisas que ela falou estavam certas, não era para eu está fazendo aquilo, então eu resolvi vir para o aterro [antigo lixo]. Eu disse: Mãe, sabe

o que eu vou fazer? Eu vou naquele aterro, eu vou só olhar, aí quando eu cheguei aqui, eu não aguentei, aí comecei a cair no lixo, comecei a trabalhar, aí eu vi que dava dinheiro, e por dia, aí eu disse, vai dar para eu criar meus filhos, eu vou em frente. (Entrevistado nº 16).

Porque foi o tempo em que eu me casei, o tempo em que tive filho, aí não dava para deixar meu filho sozinho, e no lixão tinha minha hora para chegar, na casa de família eu tinha que vir de um dia para o outro, aí não dava. (Entrevistado nº 25).

Você sabe que hoje em dia a partir de 45 anos, ninguém consegue mais. Tem que ter um pistolão [uma pessoa que facilite] de lado para conseguir. Coloquei muito currículos em várias empresas, mas eu escutava: ‘Coroa, já está bom de aposentar. Porque aqui é norma da empresa só pode colocar de 40 anos para baixo’[se referido a fala das pessoas que faziam a entrevista de emprego]. (Entrevistado nº32).

Para Ribeiro (2009), as trajetórias profissionais dos catadores de materiais recicláveis são semelhantes entre si, sendo marcadas pela alta rotatividade ocupacional e relacionadas, muitas vezes, às necessidades de aumentar a renda da família, à idade avançada, baixa escolaridade, dentre outros.

Segundo Viana (2000), a “opção” é, na verdade, uma falta de opção, que decorre de condições sociais específicas, não podendo ser generalizadas. Porém, Viana (2000) destaca que para ser possível o desempenho da catação de recicláveis se faz necessário a presença de outros elementos. Isto é, precisa-se que haja uma indústria de reciclagem que atue no local, bem como de empresas e atravessadores que comprem os resíduos reciclados para que, assim, esse trabalho seja viabilizado.

Além disso, Sobral *et al.*(2009) apontam que a expansão do trabalho dos catadores de materiais recicláveis também é impulsionada pela quantidade de resíduos que são descartados rapidamente, fruto da expansão capitalista e da ótica consumista, na qual os produtos têm uma descartabilidade mais acentuada. Layrargues (2002) comenta que, na sociedade contemporânea, os indivíduos são *obrigados* (grifo nosso) a consumir bens que se tornam obsoletos antes do seu tempo de vida útil, uma vez que se tornam funcionalmente inúteis logo quando saem das fábricas. Layrargues (2002) ainda afirma que,

A vida útil dos produtos torna-se cada vez mais curta, e nem poderia ser diferente, pois há união entre a obsolescência planejada e a criação de demandas artificiais no capitalismo. É a obsolescência planejada simbólica, que induz a ilusão de que a vida útil do produto esgotou-se, mesmo que ele ainda esteja em perfeitas condições de uso. Hoje, mesmo que um determinado produto ainda esteja dentro do prazo de sua vida útil, do ponto de vista funcional, simbolicamente já está ultrapassado. A moda e a propaganda provocam um verdadeiro desvio da função primária dos produtos. Ocorre que a obsolescência planejada e a descartabilidade são hoje elementos vitais para o modo de produção capitalista, por isso encontram-se presentes tanto no plano material como simbólico (LAYRARGUES, 2002, p. 3-4).

A Tabela 3 expressa o tempo de transição dos catadores de uma ocupação (a anterior) à outra (a catação de materiais recicláveis). O tempo médio foi de 997 dias.

Tabela 3. Período em que os catadores ficaram sem trabalho até iniciar na catação de materiais recicláveis, Recife, 2013

Período (meses)	Frequência (%)
Até 30 dias	33,3
1 a 3 meses	13,9
3 a 6 meses	11,1
6 a 12 meses	2,8
12 a 36 meses	16,7
36 a 72 meses	11,1
Acima de 72 meses	8,3
Conciliou	2,8
Total	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao tempo durante o qual os catadores estudados desempenhavam a atividade de catação de materiais recicláveis, constatou-se que essa população vem crescendo, sobretudo, a partir da década de 1980. A Tabela 4 expressa intervalos de 4 décadas (a partir de 1980) e a percentagem dos catadores estudados que se inseriram nessa atividade.

Tabela 4. Intervalos de décadas e a percentagem dos catadores estudados que se inseriram na atividade de catação de materiais recicláveis, Recife, 2013.

Décadas	Catadores (%)
1980-1990	8,9
1990-2000	31,1
2000-2010	35,6
2010*	24,4
Total	100

*De 2010 até o ano de 2013, ano em que se deu a pesquisa, a percentagem de catadores que se inseriram na atividade de catação de materiais recicláveis foi de 24,4%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que os catadores estudados aumentaram sua participação na atividade de catação no período de 1990 a 2010, sendo que, a partir de 2010, 24,4% se inseriram nessa atividade. Por se analisar apenas 3 anos da década atual, considera-se um valor expressivo.

De acordo com Bosi (2008b), uma das principais características das recentes mudanças no mundo do trabalho é a pressão exercida sobre os homens e mulheres que não conseguiram continuar em seus empregos e profissões anteriores. O autor afirma que na década de 1980, e principalmente na década de 1990, muitos trabalhadores viram seus

empregos desaparecerem, sendo os catadores de materiais recicláveis representativos nesse processo, pois as possibilidades de ocupação encolheram devido às mudanças no mundo do trabalho.

Para Ribeiro (2009), não há muitas alternativas para os trabalhadores que foram rejeitados do mercado de trabalho formal, assim, muitos encontram na catação de materiais recicláveis uma alternativa de gerar renda, isso devido a sua condição social, como baixa escolaridade, falta de qualificação, etc.

O aumento do número de pessoas envolvidas com a catação favoreceu o desenvolvimento da cadeia produtiva da reciclagem. Isso porque o custo *versus* benefício, para fabricação de novos produtos a partir da matéria-prima reciclada, tornou-se mais interessante que a fabricação de mercadorias a partir da matéria-prima virgem, sobretudo porque as empresas recicladoras não têm nenhuma relação trabalhista com os catadores que lhes fornecem sua principal matéria-prima, além da redução dos custos com energia, água e matéria-prima, por exemplo, para produção de novas mercadorias. Isso mostra o quão a cadeia produtiva da reciclagem está estruturada a partir do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Também foi de interesse da pesquisa saber como era o relacionamento interpessoal dos catadores, uma vez que se entende que um bom relacionamento entre colegas de trabalho é fundamental para que o grupo trabalhe em um ambiente de trabalho mais harmônico, agradável (apesar das precárias condições de trabalho em que estão submersos), além de se fortalecerem enquanto organização.

Freitas e Leite (2013) ressaltam que o comportamento humano é complexo e multidimensional e resulta da inter-relação de variáveis externas e internas, e nenhuma delas, isoladamente, determina a ação observada. Nas organizações, segundo as autoras supracitadas, a interação humana acontece em dois níveis distintos, agindo concomitante e interdependente, tais quais: o da tarefa, que compreende as atividades, e o socioemocional, responsável pelas sensações e sentimentos variados já existentes ou mesmo gerados a partir da convivência e atividades no grupo. O nível socioemocional é responsável pela manutenção do grupo, como também pelo seu crescimento, amadurecimento, produtividade e satisfação de cada membro do grupo. Desse modo, a interação no nível socioemocional pode favorecer ou desfavorecer o andamento das tarefas, o trabalho em conjunto, bem como as relações interpessoais que se formam e desenvolvem (FREITAS e LEITE, 2013).

Os catadores foram questionados se se relacionavam com seus colegas de trabalho, e sobre como era o relacionamento. Os associados de todas as organizações estudadas, de modo geral, afirmaram que se relacionam uns com os outros, tal como mostra alguns dos depoimentos que seguem:

O relacionamento da gente é legal. Eu gosto de estar aqui. Quando a gente passa o domingo, e o sábado fora daqui a gente fica sentindo falta. Já acostumou. (Entrevistada nº1).

A gente sempre brinca, conversa, é sempre divertido. Um trata o outro bem. Sempre ajudando o outro, em qualquer problema que ele tenha. É tipo assim, uma amizade mesmo. O que acontece com um o outro está lá, sempre dando apoio. (Entrevistado nº 34).

As meninas são todas legais, graças a Deus. Se tem um negócio [algum contratempo], mas depois está tudo brincando uma com a outra. (Entrevistado nº 37).

No entanto, alguns catadores relataram algumas situações adversas:

Tem seus momentos críticos, mas também é bom. (Entrevistada nº2).

Não é muito bem, não. Tem uns que eu me relaciono bem, mas tem uns que não é muito bem não, mas dá pra levar. (Entrevistado nº 32).

Moscovici (2004) destaca que os conflitos são inerentes à vida em grupo, sendo que nenhum grupo está alheio a eles. Porém, as mudanças no grupo, seu crescimento e seu amadurecimento resultam da forma pela qual os conflitos são enfrentados e resolvidos. A autora ressalta que há uma tendência em atribuir uma conotação negativa ao conflito, relacionando-o a briga, combate, violência. No entanto, o conflito em si não é patológico, nem danoso, sendo constante na dinâmica interpessoal, porém pode ter consequências positivas (rompendo o equilíbrio da rotina, desvendando problemas escondidos, excita a imaginação, estimula a criatividade para soluções originais) ou negativas, construtivas ou destrutivas, isso dependerá do modo como ele for tratado.

4.4. Sociedade, Poder Público e família na percepção dos catadores

Essa seção, dividida em três partes, apresenta a percepção que os catadores têm da sociedade, do poder público, e da família, e, por fim, o olhar que eles têm sobre si mesmos.

4.4.1. Sociedade

O olhar da sociedade em relação ao trabalho do catador de materiais recicláveis é carregado de significados. A maior parte dos catadores entrevistados afirmou que há pessoas

que consideram seu trabalho importante (sobretudo pela contribuição de seu trabalho na manutenção da limpeza da cidade), mas também existem aquelas que os discriminam.

Sobre os aspectos positivos atribuídos pela sociedade ao trabalho dos catadores, os mesmos acreditam que isso se deve à divulgação de seu trabalho nos meios de comunicação e nas escolas, o que tem contribuído para estreitar a relação entre os catadores e a sociedade. Miura e Sawaia (2013) reforçam que, nos últimos anos, o trabalho dos catadores vem ganhando maior visibilidade social na mídia.

Quando questionados sobre a percepção da sociedade em relação ao seu trabalho, um dos catadores expressou:

Olhe, pelas muitas palestras que hoje em dia estamos dando, por estarmos saindo sempre na televisão, por estamos falando no rádio, hoje em dia já estão considerando o trabalho da gente realmente como um trabalho. Mas antes disso, não era brincadeira não. Ninguém respeitava a gente. Saía na rua com a carroça, reclamavam, gritavam, chamavam a gente de ‘burro sem rabo²²’ (risos), tudo isso a gente já aguentou. Hoje não. Hoje está sendo mais social [aceitável], mas por quê? Porque nós estamos por dentro. A gente vai dar palestra nos colégios, a gente fala com os estudantes. Eu sempre vou dar palestras. E quando eu pego aqueles alunos que gostam de fazer brincadeira, eu digo que não é assim não. Eu digo que ‘quem mais ajuda vocês, somos nós. Nós é quem ajudamos vocês. Por que sem os catadores, talvez fosse pior. Aconteceria muito mais enchentes onde você mora, dentro da nossa capital, pois, não é brincadeira 4.000 mil e tantos catadores, catando material reciclado. E se não existisse isso? Aí ele ficava olhando [o estudante]... é, acho que entupiria mais, não é [resposta do estudante]’. Eu digo ‘justamente. E você sabe quanto tempo um material desse demora para dissolver na natureza?’ ‘Ah, eu não sei não’ [resposta do estudante]. Aí eu vou ler (...) [o catador leva uma cartilha informando o tempo que cada material demora para se degradar na natureza]. Aí eu digo, ‘Está vendo quanto tempo leva?’ [se referindo ao diálogo que estabelece com os estudantes]. As professoras adoram. (Entrevistado nº 32).

Percebe-se, através da fala do catador, que o reconhecimento social de seu trabalho é um processo que se encontra em construção, e vem se dando pela aproximação dos catadores com a sociedade, através de diálogos em que eles podem sensibilizar as pessoas sobre o seu trabalho, apontando as implicações que o descarte inadequado pode causar a todos por atingir o meio ambiente. Esse reconhecimento social também está relacionado a como o catador se percebe, se valoriza e reconhece a importância de seu trabalho, conforme está explicitado na fala anterior.

Nesse sentido, a mídia tem um papel importante ao contribuir para a divulgação do trabalho dos catadores, como descrito a seguir na fala de uma das catadoras entrevistadas:

Tem uma radialista lá no bairro onde eu faço coleta que disse que ia divulgar no rádio dela [possivelmente no rádio em que ela trabalha] que tem a coleta na terça-

²² Burro sem rabo é um termo pejorativo para se referir aos catadores que puxam carroças, colocando-se no lugar de um animal quadrúpede.

feira para todo mundo juntar o material reciclável. Ela gostou muito. (Entrevistada nº 16).

Porém, do mesmo modo que há muitas pessoas que reconhecem o trabalho dos catadores, há aqueles que os menosprezam. Isso se deve, principalmente, pelo fato de os catadores trabalharem com aquilo que não é mais considerado útil, como pode ser visto nas falas a seguir:

Uns valorizam, outros discriminam, porque o trabalho como o de catador não é fácil. A gente sabe que o catador ainda não é uma pessoa bem quista. Ele ainda é uma pessoa muito discriminada, é a realidade. (Entrevistada nº 2).

Que a gente que trabalha com a reciclagem, com lixo, é discriminada pelos outros. Porque sempre tem que fica falando da pessoa que trabalha com lixo. Para muita gente quem trabalha com o lixo não é importante para ninguém. (Entrevistado nº4).

Horrível. Esculhambam: fedorenta, cata lixo. Quando a gente passa, tampa o nariz. (Entrevistada nº 18).

Segundo os catadores, muitas pessoas os percebem como o pior dos elos da cadeia ecológica – o urubu. O urubu é atraído pela decomposição da matéria orgânica, sendo muito presente nos lixões, local onde os catadores dividiam espaço com esses animais, assim, como ratos, cavalos, cães, entre outros na disputa por recicláveis e estes últimos por restos de alimentos. Segundo Santos e Silva (2009), a mídia também exerce o papel negativo, contribuindo para a representação negativa dos catadores ao mostrá-los nos lixões, ou quando discute as “profissões-perigo” ou menos valorizadas. Conforme demonstrado na fala de alguns catadores:

Pensa que o cara é um urubu qualquer. Tem muita gente que se acha, não sabe ele o bem que fazemos a sociedade e a ele mesmo. (Entrevistado nº 40).

Tem gente que acha bom. Mas tem gente que tem muito preconceito. Já me chamaram de cata lixo, lixeira. Já me chamaram até de urubu. (Entrevistada nº 41).

Apesar da pergunta feita aos catadores ser sobre o que eles achavam que as pessoas pensavam sobre seu trabalho, algumas respostas foram dadas em torno do que as pessoas achavam deles. Entende-se que essa interpretação não deixa de responder ao questionamento inicial, uma vez que, ao terem uma impressão negativa dos catadores, pode-se entender que parte da sociedade não reconhece o trabalho desenvolvido por eles, pois, desconsideram os aspectos positivos do mesmo.

Porém, considera-se ainda, a hipótese de que talvez as pessoas percebam o trabalho dos catadores importante, mas discriminem esses trabalhadores por avaliarem, segundo Miura e Sawaia (2013), sua aparência suja, má vestida, por mexerem diretamente com resíduos, com aquilo que foi descartado sem cuidado e identificado como imundície.

Percebe-se nas falas que a discriminação sofrida pelos catadores se dá de diferentes formas, seja por gestos e posturas ou verbalizada, com o objetivo de diminuir o trabalhador, depreciando assim, o ser humano, pura e simplesmente, pela sua ocupação.

Essa imagem, segundo Miura e Sawaia (2013), é construída baseada em significados ideológicos de que o catador é “sinônimo de ladrão, mendigo, malandro, vagabundo, incapaz, e as pessoas se relacionam com ele com base nesses estereótipos” (MIURA e SAWAIA, 2013, p. 334). Além disso, Maciel e Grillo (2009) ressaltam que as ocupações braçais, que dependem muito pouco dos conhecimentos obtidos na escola, são estigmatizadas, pois, segundo os autores, podem ser feitas por qualquer pessoa.

Oliveira (2009) discorre que sentimentos de insegurança e de inferioridade são comuns em grupos de *status* marginalizado, onde eles interiorizam aspectos das imagens negativas vinculadas sobre si. Miura e Sawaia (2013) corroboram explicando que diante dessa humilhação, sentimentos de tristeza são gerados nos humilhados, diminuindo sua potência de ação e aumentando sua potência de padecimento.

Uma das falas dos catadores expressa como eles enfrentam o preconceito sofrido (seja por estarem em constante contato com aquilo que foi descartado, por trabalharem mal vestidos e sujos, ou por terem uma ocupação hierarquicamente inferiorizada), sem que isso interfira na interrupção de seu trabalho, como mostra a seguir:

A gente percebe discriminação, mas joga a poeira para cima e pronto, acabou. É o que eu digo sempre para umas [catadoras] que conversam comigo. Eu digo: a gente vive nessa vida porque a gente gosta de trabalhar, a gente já pegou o vício de trabalhar dentro do lixo, já pegou o vício de estar ganhando o seu dinheiro. (Entrevistada nº 22).

4.4.2. Poder Público

O Estado de Pernambuco, através da Lei Nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), que estabelece:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre as diretrizes gerais aplicáveis de resíduos sólidos no Estado de Pernambuco, bem como seus princípios, objetivos, instrumentos, gestão e gerenciamento, responsabilidades e instrumentos econômicos (BRASIL, Lei Nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, 2010).

Dentre os instrumentos da PERS para fazer valer a PNRS, estão os PMGIRS que devem ser elaborados de acordo com a lei específica de cada Município do Estado. Desse modo, procurou-se saber se as organizações recebiam apoio das Prefeituras dos municípios onde atuam, ou seja, se elas estavam inseridas nos PMGIRS, como preconiza a PNRS.

Constatou-se que nem todas as organizações estudadas participavam da gestão integrada de resíduos sólidos. No entanto, cabe ressaltar que não foi objetivo deste estudo investigar se as prefeituras dos municípios estudados possuíam o PMGIRS, e em caso positivo, quais as organizações que estavam integradas ao plano.

As organizações estudadas que participavam da gestão integrada de resíduos sólidos de seus municípios eram a ACAD, a ARO e a Associação o Verde é a Nossa Vida. A COOREPLAST recebia ajuda apenas quando solicitava, mas não diretamente relacionada à coleta seletiva municipal. Já a COOCARES e a ASCUF não recebiam nenhum tipo de apoio das prefeituras dos municípios.

Os catadores da ARO, da ACAD e da Associação o Verde é a Nossa Vida consideram o apoio do poder público fundamental para que eles conseguissem executar o seu trabalho, pois o poder público os apoiava, seja com a coleta seletiva, transporte, despesas para o funcionamento do galpão, além de disponibilizar o espaço aos catadores, conforme visto em alguns dos depoimentos dos catadores:

Porque sem o apoio da prefeitura, como a gente poderia entrar no Sítio Histórico? Até o caminhão é da prefeitura, o motorista quem paga é a prefeitura, porque esse galpão é da prefeitura, não é nosso, a gente não paga aluguel, e eu acho que até o aluguel é a prefeitura, então ela ajuda a gente, e muito. Porque se um dia ela disser, eu quero o meu galpão, eu quero tudo que é meu... prensa, é tudo da Prefeitura isso aí. (Entrevistada nº16).

É importante para nós. Porque tem o carro, energia, água, tudo eles [poder público] resolvem lá. (Entrevistada nº 26).

É um grande apoio para gente, porque a parte do aluguel, se eles não dessem esse apoio a gente no aluguel, a gente estaria no meio da rua vendendo para deposeiro, que nós não poderíamos pagar o aluguel aqui na área que nós estamos. Não temos condições de pagar, então esse apoio por mim é muito considerado. E considero o apoio da coleta seletiva porque mesmo com o material que não é reciclado é uma ajuda muito forte para gente também. Se viesse direitinho e tivesse pessoas para triar, nós teríamos uma renda bem maior do que o que nós temos. (Entrevistado nº 32).

Já os catadores da ASCUF e da COOCARES que não recebiam nenhum tipo de apoio do poder público, relataram que isso dificultava o trabalho realizado, tal como mostra um dos depoimentos das catadoras:

A prefeitura, minha filha, por ela, ela não está fazendo nada por a gente aqui, não está fazendo nada. Nem os sacos para gente colocar material, mas nem isso a prefeitura dá. Quer dizer, nunca deu não é?! Seria importante que eles dessem o saco porque a gente entrega para as pessoas que a gente vai fazer a coleta nas segundas-feiras e muita gente pede saco e a gente não tem. Muita gente tem, mas tem gente... [que não tem] Ah, eu não vou juntar mais não porque não tem o saco [se referindo a fala dos moradores]... a gente fazer o quê? [querendo dizer que não pode fazer nada, se a pessoa não quer juntar e eles não tem sacos para disponibilizar aos moradores para que eles coloquem seus reciclados] Ah, muito obrigada e sai com a cara baixa [resposta que dão aos moradores que dizem que não irão mais juntar os materiais].

Por que? Porque o prefeito não dá o saco para gente pegar o material nas portas. (Entrevistada nº 37).

Os catadores da ACAD, que recebiam apoio da prefeitura, expressaram a vontade do rompimento do apoio a fim de se tornarem independentes, como destacado na seguinte fala:

A gente vai ter que sair desse elo com a Prefeitura futuramente. A gente tem que deixar esse elo. A gente depender da gente mesmo, não ficar dependendo da Prefeitura. (Entrevistada nº 24).

Acredita-se que isso se dá, principalmente, pela insegurança que os catadores têm em relação ao futuro de suas atividades enquanto associados, uma vez que não têm galpão próprio, não contam com instrumentos de trabalho próprio (maquinários, carroças, caminhão, etc.), possuem renda insuficiente para arcar com as próprias despesas da associação, gerando assim, a necessidade de conseguirem realizar todas as atividades e arcar com suas próprias despesas sem depender da prefeitura.

De acordo com Miura e Sawaia (2013), o medo é um sentimento que aflige os grupos de catadores que recebem ajuda do poder público, pois muitas vezes eles confiam na liberação do recurso, mas nem sempre há garantias para tal. Para a presidente da ACAD, os catadores deixarão de depender da prefeitura quando tiverem uma melhor estrutura física e uma maior quantidade de material.

De acordo com o MNCR (2013e), a emancipação dos catadores passa pelo processo de empoderamento e autogestão das cooperativas e associações, fazendo-se necessário a formação políticas desses atores para entendimento e exercício desse princípio. Para o MNCR (2013e, p.121), “a autogestão é a prática em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. A autogestão é o modo de organizar o trabalho sem padrões, tendo as decisões, o planejamento e a execução sob o controle dos próprios trabalhadores”.

Embora algumas vezes a prefeitura apoie, nem sempre esse apoio acontece de forma satisfatória. Por exemplo, a prefeitura de Recife recolhia o material nas ruas, mas sem a triagem, o que dificultava o trabalho dos catadores e fazia com que muitos rejeitos não fossem aproveitados e tivessem que ser descartados. Sobre o apoio dado à associação pela prefeitura do município do Recife, o presidente da Associação o Verde é a Nossa Vida opinou:

Considero o apoio da coleta seletiva, porque mesmo com o material que não é reciclado, é uma ajuda muito forte para a gente também. Se viesse direito [com resíduos reciclados, de fato] e tivesse pessoas para triar, nós teríamos uma renda bem maior do que a que nós temos. Teria como deixar uma caixinha de reserva dentro da associação, que hoje nós não temos. Eu já deixei R\$: 800,00, e hoje não estamos deixando nada. (Entrevistado nº 32).

Ainda sobre a coleta seletiva, o presidente da associação, deu um exemplo sobre a quantidade e qualidade dos materiais proveniente da coleta seletiva do município de Recife:

Às vezes vêm 2.500 quilos de coleta [do que seria oriunda da coleta seletiva], mas quando a gente vai triar dá 500 quilos de material [reciclado], 2.000 quilos é só de lixo [rejeito]. (Entrevistado nº 32).

O presidente ainda afirmou que, no material proveniente da “coleta seletiva” vinha misturado cachorro morto, seringa de injeção usada, vidro com formol, dentre outro, o que mostra que se faz necessário um programa de educação ambiental com foco na coleta seletiva para que os moradores selecionem, de forma adequada, os materiais.

Voltando à discussão em torno do Poder Público, perguntou-se aos catadores se consideravam necessário o apoio da Prefeitura, sendo unânime a resposta positiva em relação à essa questão. Questionados sobre o motivo pelo qual consideravam necessário o apoio da Prefeitura, todas as respostas foram em torno da contribuição do trabalho dos catadores para a limpeza da cidade.

Todos os catadores de materiais recicláveis entrevistados acreditam que o poder público deveria apoiar suas organizações, sobretudo pela sua contribuição para preservar o meio ambiente ao manterem a limpeza da cidade. Questões como preservação dos recursos naturais, economia de água e energia elétrica, redução de poluição para fabricação de novos produtos a partir da matéria-prima reciclada, bem como, o aumento do tempo de vida útil dos aterros sanitários ou controlados, por exemplo, não foram informadas pelos catadores. No entanto, sabe-se que a contribuição para preservação do meio ambiente perpassa por todas essas questões, mas talvez estas sejam desconhecidas pelos catadores.

Apesar de receber apoios pontuais e não relacionado diretamente com o trabalho dos catadores, uma das catadoras da COOREPLAST relatou como as ISO (Organização Internacional de Padronização) poderão influenciar no apoio das prefeituras ao trabalho dos catadores:

Agora as Prefeituras estão na ISO. Elas vão ter que contratar as cooperativas, então para mim isso é importante. Porque queira ela ou queira não, porque a cooperativa que está tirando o resíduo do lixo. (Entrevista nº 2, COOREPLAST).

A catadora se refere a ISO que está ligada a qualidade de gestão das empresas, no entanto, acredita-se que a catadora quis se referir à PNRS que pontua que as prefeituras ao planejarem a gestão integrada de resíduos sólidos de seus municípios incluam as organizações de catadores em seus planos. Porém, cabe destacar que a Lei nº 12.305 que institui a PNRS, destaca que deverá priorizar as organizações, ou seja, não existe obrigação, como acredita a catadora.

4.4.3. Família

De importância para o estudo foi analisar, segundo os catadores, como a família os percebia.

Questionou-se os catadores sobre o que eles achavam que sua família pensava de seu trabalho, constatou-se que 42,3% (n=19) dos catadores acreditavam que sua família tinha uma percepção positiva sobre a atividade que exerciam; 28,9% (n=13), que ela não gostava do seu trabalho; 13,3% (n=6), que ela não pensava nada sobre o seu trabalho; 6,7% (n=3), que ela considerava um trabalho normal; 4,4% (n=2) dos catadores, um trabalho digno; 2,2% (n=1), não souberam responder; e 2,2% (n=1) dos catadores não quiseram opinar sobre essa questão.

Entre aqueles que achavam que sua família tinha uma visão positiva sobre o seu trabalho, explicaram que a família considerava que era importante o desenvolvimento de uma atividade produtiva, sendo o trabalho um meio digno para a sobrevivência. Algumas falas ilustram essa questão:

Minha família acha legal, porque ela diz que é melhor do que está parada, porque eu tenho minhas filhas para manter. (Entrevistada nº 1).

Ela [família] acha bom. Acha que o trabalho é muito importante na vida do ser humano, seja qual trabalho for. Trabalhando honestamente é o que importa. (Entrevistado nº 3).

Percebe-se, no discurso dos catadores entrevistados que eles associam o trabalho com honestidade, dignidade, afirmando que é melhor estar trabalhando com a catação de materiais recicláveis do que “estar pegando o que é dos outros”, o que remete à opção em seguir padrões morais estabelecidos na sociedade. Maciel e Grillo (2009) comentam que todas as sociedades possuem metas sociais para que seus indivíduos aprendam desde crianças a julgar como boas, justas e corretas.

Desse modo, os autores supracitados acreditam que a moral é deixada como um legado, particularmente quando se trata de uma família com poucos recursos econômicos e culturais, minimamente organizada (o que os autores chamam de um lar harmonioso). Essa dinâmica tem as instituições como a família e a escola como as principais responsáveis para a reprodução de objetivos sociais considerados bons, justos, honestos e dignos.

Dentre os catadores que consideravam que a família não gostava do seu trabalho, as justificativas foram em torno dos aspectos relacionados à saúde dos catadores, por considerarem o trabalho de catação de recicláveis pesado, cansativo e mal remunerado, assim como pela insegurança do trabalho (considerando à ausência de direitos trabalhistas); e outros

declararam que seus filhos não gostavam do trabalho que realizavam sobretudo pelos questionamentos de seus amigos. Dentre as respostas relacionadas à saúde dos catadores, se obteve os seguintes argumentos:

Mamãe sempre diz: ‘Tu vives doente porque trabalha com esses negócios. Tu não tens mais idade para estar dentro dos lixos’ (emocionada). Mas o desemprego é maior do que antes. Hoje se eu for procurar emprego, quem tiver menos idade é empregado. E eu saio desempregada, como fui (emocionada). (Entrevistada nº 12).

Meus filhos, porque eu tenho problema de saúde, eu tenho marcapasso, muitos deles dizem: ‘Mãezinha, saia daquele trabalho, saia dali’ [se referindo a fala dos filhos]. Eu digo, olha meu filho, eu só saio do meu trabalho, ou se Deus me livre eu não conseguir mais caminhar, ou se eu morrer, porque eu amo o meu trabalho [...]. Meus filhos, família, até meu ex marido diz: ‘Tu achas que é futuro trabalhar ali dentro?’ [se referindo a fala do ex marido]. Eu digo, olhe não é futuro, mas eu não tenho onde ganhar o meu pão de cada dia, eu tenho que trabalhar ali dentro mesmo. (Entrevistada nº 26).

É sabido que o trabalho de catação de materiais recicláveis é ainda desenvolvido, na maior parte dos casos, sob péssimas condições de trabalho, ou seja, realizado em meio insalubre, sem equipamentos que facilitem suas atividades dentro dos galpões, como esteiras de triagem para que os catadores trabalhem em uma posição mais confortável, ausência de empilhadeiras o que requer grande esforço físico dos catadores para colocar os fardos (de 150 a 250 quilos) de materiais nos caminhões.

Ademais, os catadores estão expostos às variações climáticas, sendo mais recorrente a exposição solar, característica predominante da região estudada. Esses trabalhadores também se expõem a riscos de cortes, perfurações, contaminação por agentes biológicos, e produtos químicos, e este fato se agrava quando os catadores não fazem o uso de EPI’s.

Dentre os catadores que explicaram que a família não gostava do trabalho devido à má remuneração e à ausência do registro trabalhista, tem-se o seguinte relato:

Trabalhar no lixão, trabalhar com a reciclagem, o que está ganhando? Não é melhor estar trabalhando em uma firma? Em uma coisa que ganha um salário, tem o seu INSS... [se referindo à fala da família] Mas se não apareceu? (Entrevistada nº 25).

A renda da maioria dos catadores pesquisados, obtida através do trabalho de catação era inferior a um 1 salário mínimo, e esta situação se agravava por muitas vezes essa renda ser a única dos lares dos catadores que possuíam membros dependentes desta renda, principalmente crianças e adolescentes. Como os catadores ainda não foram incluídos como assegurados especiais pelo INSS, tampouco podem ser contratados pelas empresas recicladoras, resta-lhes contribuir como trabalhadores autônomos, com contribuição de 11% do salário mínimo, o que oneraria demasiadamente no orçamento familiar da maioria dos catadores. Dessa maneira, muitos não contribuía e, assim, não podiam garantir seus direitos trabalhistas.

Em relação às queixas dos filhos sobre seu trabalho, alguns catadores ressaltaram que isso se deve ao sentimento de preconceito que sofrem por parte de seus amigos, como pode ser visto no seguinte depoimento:

Meus filhos não gostam não. Porque muitas vezes eles estão com os amigos, aí os amigos falam: 'Tua mãe é bem trabalhadeirazinha, porque tua mãe fica no Sítio Histórico puxando carroça' [se referindo à fala dos amigos dos filhos]. Eles acham que estão zombando, entendeu? Mas não é zombando, é porque eles não gostam. (Entrevistada nº 16).

A percepção da família sobre o trabalho desenvolvido também está relacionada ao processo de educação e socialização dos filhos. Um dos entrevistados ressaltou a mudança de postura de seu filho em relação ao seu trabalho graças ao trabalho de conscientização deste. Isso foi fruto de sua própria aceitação enquanto catador e de sua conscientização sobre a importância de seu trabalho, como pode ser visto na seguinte fala:

Eles me dão muito apoio no meu trabalho. Eu tenho um diálogo muito grande com eles, principalmente com meus filhos para ensinar a eles. Tinha um que antigamente me criticava um pouquinho. Hoje graças a Deus, ele já está entendendo o que é a reciclagem, o que é o meio ambiente, o que é que a gente faz para o meio ambiente, o quanto nós ajudamos o meio ambiente, entendeu? E ela já entende tudo isso, através das professoras também, né? Aí ele já, eles, me dão todo o apoio nessa parte. (Entrevistado nº 32).

Percebe-se que o preconceito e a discriminação se estendem à família dos catadores, onde seus filhos muitas vezes não apoiam seus pais, certamente por internalizar os discursos que inferiorizam os catadores devido ao trabalho que desempenham. Miura e Sawaia (2013) obtiveram dados semelhantes em seu trabalho no que se refere aos filhos dos catadores. As autoras discorreram que os filhos de uma das catadoras pesquisadas deixaram de frequentar a escola por motivo de preconceito por sua mãe ser catadora. Desse modo, Miura e Sawaia (2013) explicam que a escola, o principal local de socialização da criança, passou a ser o local onde eles eram discriminados, julgados, sofriam preconceitos.

4.5. Materiais recicláveis: de onde vêm, para onde vão, o que será feito?

Nesta seção, buscou-se apreender a origem, o processamento e o destino dos materiais recicláveis coletados pelos catadores estudados.

Com exceção da ASCUF, que tinha suas atividades restritas à prestação de serviços a uma empresa recicladora, os catadores de todas as demais organizações recolhiam seus materiais em ruas, residências, condomínios, estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, *shoppings*). A ARO e a COOREPLAST ainda recebiam materiais do Projeto Vale Luz da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), que funcionava da seguinte forma: os

clientes de baixo poder aquisitivo se inscreviam no projeto para entregar seus materiais recicláveis a cada 15 dias nos postos de entrega onde fica um caminhão da companhia energética. Nos dias das entregas dos materiais recicláveis (no caminhão do projeto), que na verdade é uma troca dos materiais por desconto na conta de energia elétrica, um catador da associação, que iria se beneficiar com aqueles materiais, acompanhava todo esse trâmite.

Para isso, a associação recebia uma ajuda de custo no valor de R\$ 300,00 para as despesas do catador (passagem e alimentação) que ficava encarregado de participar do recolhimento dos recicláveis no caminhão. Os materiais entregues pelos moradores deviam estar limpos, principalmente para atender os requisitos de qualidade, pois não era de interesse das empresas recicladoras (nem dos atravessadores) com quem os catadores comercializavam seus produtos, um material sujo, pois estes demandam maior tratamento para ser reciclado, e isso exige custos adicionais, não sendo assim, interessante para as empresas.

Os materiais recicláveis trocados pelos moradores por desconto na fatura de energia elétrica eram pesados e, posteriormente, repassados às organizações que faziam parte do projeto da companhia elétrica por um custo abaixo do valor do mercado para que os catadores, obviamente, lucrassem com a comercialização dos materiais.

No que tange a questão da responsabilidade social das empresas, nesse caso entre a companhia energética e as organizações dos catadores, Oliveira e Schwertner (2007) esclarecem que a partir de meados do século XX houve uma acentuada valorização da empresa no contexto socioeconômico, ocasionando mudanças estratégicas na organização e inserção em assuntos diretos na comunidade, projetando-se para fora do seu ambiente produtivo e visando uma atuação positiva na sociedade. Para os autores, a responsabilidade social se constitui em ações transformadoras financiadas e desenvolvidas por entidades empresariais para promoção de inclusão social, intervenção direta da empresa no contexto socioeconômico, com objetivo de amenizar problemas sociais. Além disso, o envolvimento das empresas com projetos de cunho social proporciona incentivos fiscais para as mesmas (OLIVEIRA e SCHWERTNER, 2007).

Segundo Mota *et al.* (2005), os catadores têm seu processo de trabalho subordinado às empresas recicladoras quanto à qualidade do material. Desse modo, os catadores foram questionados em relação à qualidade dos recicláveis, e todos eles afirmaram que a qualidade dos resíduos oriundos das residências, além de ser mais sujo, ainda apresentava muitos rejeitos.

Uma das catadoras explicou que no começo da coleta seletiva porta a porta, os moradores ainda não tinham discernimento sobre quais materiais poderiam ser reciclados, e destinavam erroneamente muitos rejeitos para a coleta seletiva. A catadora explicou que apesar de ter diminuído a quantidade de rejeitos, devido ao diálogo que os catadores têm com os moradores a respeito de quais materiais destinarem a coleta seletiva, ainda são encontrados rejeitos em meio aos reciclados, tal como discorreu a catadora:

No começo o povo ainda colocava papel higiênico, absorvente na coleta seletiva... isso não existe não é? Mas aí a gente vai com o tempo dizendo o que pode ir [...] Fralda descartável ainda hoje vem. Aquela coisa, eu acho, que eles ainda acham, que nem eu disse a mulher, acho que vocês pensam que a coleta seletiva é como se a gente tivesse pegando lixo, e não é? Coleta seletiva não pode vir lixo, coleta seletiva é só material reciclado, não pode está com lixo. Muita gente ainda coloca casca de verdura, essas coisas. Fruta, não pode. Quando eu vejo, eu chamo e digo, 'olha aqui, não pode'. Isso é lixo molhado tem que ir no lixo molhado. (Entrevistada nº 17).

É interessante observar que a gestão compartilhada dos resíduos sólidos favorece o diálogo da sociedade com os catadores, onde eles podem orientar a população sobre como segregar os resíduos e para destiná-los a forma adequada de tratamento de acordo com a classificação e origem dos resíduos. Além disso, o estreitamento da relação dos catadores com a sociedade tem potencial para favorecer mudanças de paradigmas, onde os catadores passariam a ser efetivamente respeitados enquanto profissionais, e reconhecidos socialmente.

Nas organizações, os catadores triam (separam) os materiais recicláveis de acordo com sua natureza, e compactam-nos (prensam) em fardos. Segundo Silva (2006), a compactação dos materiais recicláveis através da prensagem é um dos únicos elementos utilizados para o beneficiamento dos recicláveis na maior parte das organizações, no entanto, é capaz de trazer bons resultados para os catadores.

Foi observado na maioria das organizações estudadas que a prensagem dos materiais é realizada por homens, mesmo que o número de mulheres fosse superior. Este dado remete às questões de gênero, especificamente, à divisão sexual do trabalho, que conforme Kergoat (2003) é uma forma da divisão de trabalho social decorrente das relações sociais de sexo que tem como um dos seus princípios organizadores, o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres).

A compactação dos materiais também implica no valor dos materiais, sendo estes comercializados por um preço relativamente melhor em relação àqueles que eram vendidos soltos (na ARO alguns materiais são comercializados soltos por não conseguirem juntar uma quantidade suficiente para produção de fardos, e na ACAD todos os materiais estavam sendo comercializados soltos devido a problemas com a prensa, e quando a utilizam só prensam as

garrafas PET, pois segundo a presidente da associação existe uma padronização para produção de fardos, que deve ter 250kg, e a prensa da ACAD produzia apenas fardos de 70 kg).

Todas as organizações, com exceção da ASCUF, comercializavam seus materiais com atravessadores, sendo que apenas as cooperativas o faziam também com as empresas recicladoras. Nesse processo, os atravessadores muitas vezes representam o elo entre os catadores e as empresas recicladoras.

De acordo com Juncá (2004), os atravessadores são apontados como catadores “bem sucedidos”, pois possuem os meios de produção necessários para a realização do comércio dos recicláveis, bem como capital de giro que facilitam as transações comerciais com os catadores, e retêm parte dos lucros (cerca de 40 a 100%) desta cadeia produtiva.

No entanto, a comercialização com os atravessadores implica diretamente na renda dos catadores, pois os atravessadores ficam com parte dos lucros. Alguns catadores informaram que eram as empresas e atravessadores que estabeleciam os preços dos materiais recicláveis, e outros afirmaram que negociavam com os atravessadores até que conseguissem um preço que lhes interessasse.

Para Juncá (2004), são os atravessadores que possuem controle na negociação entre eles e os catadores, sendo que a liberdade é apenas aparente. A autora ressalta que a “escolha” dos catadores a quem vender está comprometida, visto que entre os atravessadores vigora a prática do igual preço, dificultando e impedindo a possibilidade de negociação dos catadores. No entanto, quando os catadores estão organizados em associações ou cooperativas, têm mais possibilidades de negociar os preços com os atravessadores, pois eles também precisam dos materiais para dar movimento ao seu negócio.

De acordo com o IPEA (2010), o setor de reciclagem movimenta cerca de 12 bilhões por ano, e mesmo assim, o Brasil perde em torno de 8 bilhões anualmente por deixar de reciclar os resíduos que vão aos aterros e lixões. Porém, segundo Oliveira (2009), esses ganhos são desigualmente distribuídos, e os catadores são os menos favorecidos nesse negócio. Assim, os catadores se encontram na base da cadeia produtiva da reciclagem, mas os ganhos vêm de cima para baixo, ou seja, das empresas, passando muitas vezes pelos atravessadores, até que cheguem aos catadores.

Quanto o que seria feito com os materiais após sua comercialização, os catadores afirmaram que quando comercializavam com os atravessadores, estes comercializavam com as empresas. E as empresas reciclam os materiais para produzir novos produtos.

Através das falas dos catadores foi possível perceber que o conhecimento que tinham sobre o que era feito com os materiais, após sua comercialização, era acerca da inserção dos materiais no circuito produtivo da reciclagem para produção de novos produtos. No entanto, outras questões, como a redução de poluição, economia de água, matéria-prima virgem e energia elétrica, por exemplo, não foram levantadas pelos catadores, acreditando-se assim, que eles não tiveram acesso a uma discussão mais abrangente sobre a importância de seu trabalho dentro da cadeia produtiva da reciclagem.

Sabendo-se da ameaça da implantação de usinas de incineradores no Brasil, se perguntou a um dos catadores entrevistados, o que ele achava a respeito dos incineradores. O catador opinou que não há benefícios no processo de incineração. Ao contrário, aumentará o número de doenças devido à poluição, como pode ser verificado na fala seguinte:

Isso aí a gente está num sufoco, e se a gente não tiver cuidado, ele [o incinerador] vai entrar [...] vai trazer mais doenças do que já tem. Não tem benefício nenhum. É muito melhor colocar 10 empresas recolhendo o lixo aqui dentro [estado de Pernambuco] do que montar um incinerador. (Entrevistado nº 32).

No estado de Pernambuco, já se cogitou a implantação de incineradores para solucionar a questão dos resíduos sólidos. No entanto, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) foi acionado, não sendo permitida a entrada de incineradores no estado. Sobre isso o catador afirmou:

O MPPE é contra. Ele está com a gente, o Governo do Estado está com a gente, o Prefeito está com a gente, várias Secretarias estão com a gente, é por isso que eles [empresas que comercializam os incineradores] não conseguiram ainda. Mas a gente não pode fechar os olhos nem um instante, porque qualquer falha, eles entram. (Entrevistado nº 32).

O catador ainda questionou que caso sejam implantadas usinas de incineração no estado de Pernambuco, trará como consequência o desemprego dos funcionários que trabalham nas empresas recicladoras. Ademais, destaca-se também que haverá um impacto sobre o trabalho dos próprios catadores de materiais recicláveis, pois isso implicará na apropriação, por parte das usinas de incineração, dos materiais recicláveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou conhecer a história de três elementos fundamentais ao processo de reciclagem de materiais recicláveis: o catador, a organização (cooperativas e associações) e o material reciclável, a fim de entender como essas histórias se interagem, complementam e influenciam. Para tal, foi realizado um estudo com os catadores de materiais recicláveis de seis organizações da Região Metropolitana do Recife.

A maioria dos catadores de materiais recicláveis estudados tinha, em média, 42,8 anos, eram negros e pardos, com baixa escolaridade, possuíam, em média, 3,8 filhos, e eram, muitas vezes, os únicos responsáveis pela renda familiar, destacando-se ainda, que o grupo estudado foi composto majoritariamente por mulheres.

A trajetória ocupacional dos catadores estudados é marcada pela informalidade, entendendo-se que isso se deve, principalmente, a sua baixa escolaridade e pouca qualificação, principais requisitos para quem busca condições dignas de trabalho e de proteção social.

A maioria dos catadores desenvolveram outras atividades até que optaram pela catação de materiais recicláveis, apesar de muitas vezes, gostarem das atividades anteriores. Esse fato se deu, principalmente, por estarem desempregados, pelas mudanças em seu ciclo de vida, por desentendimentos com seus antigos empregadores, ou por estarem diante de uma situação que precisavam gerar renda para garantir sua sobrevivência e de sua família. Destaca-se, ainda, que a maioria dos catadores era responsável pela manutenção da família, onde sobressaiu o número de pessoas do sexo feminino.

Para o catador, a percepção da sociedade sobre eles é carregada de significados, muitas vezes ambíguos. Enquanto algumas pessoas os reconhecem social e profissionalmente, sobretudo pelo trabalho que realizam, pois beneficia a todos de modo geral, há ainda aquelas que os discriminam e menosprezam. Acredita-se que isso ocorre por estarem em constante contato com aquilo que foi descartado como inútil, descartável, imprestável, ou seja, aquilo que comumente é chamado de lixo.

Em relação à percepção da família, segundo a ótica dos catadores, também foi carregada de significados opostos, sendo que alguns familiares analisam o trabalho dos catadores como sendo importante, principalmente por gerar renda, e ser um trabalho digno e honesto e, outros familiares tinham uma visão negativa sobre o trabalho dos catadores, devido às condições de saúde dos catadores, má remuneração ou ainda por sentimento de vergonha, principalmente por parte dos filhos.

No que se refere ao poder público, na percepção dos catadores, este é um importante apoio para o desenvolvimento do trabalho de catação e triagem, sendo efetivo nas organizações em que há tal apoio. Porém, algumas lacunas ainda precisam ser preenchidas em algumas organizações, e, em outras, o poder público está totalmente ausente. No entanto, os catadores percebem o poder público como um grande parceiro para que a coleta seletiva municipal funcione, embora, muitas vezes, as ações municipais não são isoladas.

Desse modo, muitos catadores buscam se organizar em cooperativas e associações por acreditarem que através do trabalho coletivo possa melhorar suas condições de trabalho. No entanto, as organizações estudadas, talvez por serem constituídas por pessoas com baixa escolaridade, enfrentavam dificuldades no processo administrativo sendo, portanto, importantes as capacitações oferecidas pelas ONG's, universidades e prefeituras para que esses trabalhadores possam melhor se organizar.

Porém, muitas organizações dependem do apoio do poder público para que os catadores possam desenvolver o seu trabalho. Nesse sentido, a organização dos catadores por meio do MNCR é um avanço ao promover e integrar os catadores em projetos, pesquisas, assessorias, capacitações, dentre outros, fortalecendo essa categoria profissional.

Acredita-se que o apoio do poder público às organizações de catadores de materiais recicláveis poderá, entre algumas possibilidades, aumentar a quantidade de materiais recicláveis coletados por eles, o que influenciará positivamente em sua renda, pois uma maior quantidade de materiais recicláveis facilitará negociação direta com as empresas recicladoras, eliminando, assim, os atravessadores. Nesse mesmo sentido, outra alternativa que poderia ser efetiva no aumento da renda dos catadores seria o trabalho na perspectiva de redes solidárias que poderia contribuir para minimização das deficiências e maximização dos resultados.

Diante dessas possibilidades, pode-se afirmar que dessa forma os catadores podem ter acesso a uma renda maior, o que contribuirá para um incremento de sua qualidade de vida e de sua família. É importante também ressaltar que as políticas de trabalho e renda não são voltadas para os catadores. Desse modo, apenas as políticas de inclusão, que são políticas focalizadas e dirigidas aos grupos vulneráveis, os contemplam.

Ainda sobre os materiais recicláveis, os catadores estudados demonstraram pouco conhecimento sobre o destino dos mesmos a partir da comercialização. Os catadores não relacionam o seu trabalho com questões como redução de custos para as empresas recicladoras para produção de novos produtos, e talvez isso os impeça de reconhecer sua importância na cadeia produtiva da reciclagem, ainda que estejam inseridos em um mercado marcado por poucas empresas recicladoras e um grande número de fornecedores de matérias-primas, que pode impossibilitar melhor negociação entre eles.

Dessa forma, acredita-se que é essencial que o poder público integre os catadores de materiais recicláveis em seus PMGIRS, como também, a participação das organizações de catadores em editais de projetos de modo que viabilize recursos para que fortaleçam suas organizações e melhorem suas condições de trabalho. É também importante o apoio de

técnicos que possam oferecer capacitações e orientar os catadores em suas principais demandas.

Nesse sentido, mostram-se importantes novos estudos e pesquisas no que diz respeito à aproximação entre o poder público e as organizações, principalmente devido à PNRS que discute sobre a responsabilidade compartilhada e a possibilidade de incluir organizações de catadores de materiais recicláveis para melhor destino dos resíduos sólidos recicláveis, assim como, o envolvimento do poder público para com essas questões; políticas públicas direcionadas a esse público, dentre outros.

Assim, com o estudo realizado com os catadores de materiais recicláveis de diferentes organizações na RMR, percebe-se que se faz importante compreender o contexto social, político e econômico em que eles estão inseridos para entender como essas histórias se interagem, complementam e influenciam.

De modo geral, a história dos catadores, organizações e materiais recicláveis se dá porque esses trabalhadores buscam o trabalho da catação pela situação de desemprego. No entanto, essa possibilidade se dá devido ao crescimento populacional, à industrialização e às mudanças nos hábitos de consumo, o que propicia o crescimento das indústrias de reciclagem, uma vez que há um grande número de pessoas que catam esses materiais recicláveis podendo reinseri-los nas indústrias. Os catadores se organizam por meio de organizações (associações e cooperativas) em busca de melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, melhores rendas. Logo, o estabelecimento dessa tríade é fundamental para o funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem, que é interessante no que tange às questões ambientais. Porém, não se pode dizer o mesmo quando se refere às questões sociais, visto que os catadores, apesar de serem os atores mais importantes desse processo, são os menos favorecidos economicamente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10004: Resíduos sólidos – classificação**. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO – ABAL.; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE LATA DE ALTA RECICLABILIDADE – ABRALATAS. **Índice de reciclagem de latas de alumínio no Brasil – 2011**. Disponível em: <http://www.abralatas.com.br/ba/1947Divulgacao_Indice_Reciclagem_Latas_30outubro2012.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ALBURQUEQUE, Bruno. et al. Gestão de resíduos sólidos na Universidade Federal de Santa Catarina: os programas desenvolvidos pela coordenadoria de gestão ambiental. In: X Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2010, Mar del Plata. **Anais do Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária**. Mar del Plata, Argentina, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97072>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ARAÚJO, Regiane Caetano de. A “cultura do lixo”, seus estigmas e relações com coletores de materiais recicláveis. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil, 2012, Teresina. **Anais do 15º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT30-11.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

BARBOSA, Lívila. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARBOSA, Luciana Cândido. Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença, 2011, João Pessoa, PB. **Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença**, João Pessoa, PB, 2011. Disponível em: <<http://www.seminariogeneroufpb.org/3/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BENTES, Dulce.; NOGUEIRA, Vando. **Na luta por direitos: a contribuição de ONGs para a garantia e implementação de direitos na Região Metropolitana do Recife (1988-2008)**. Recife: ELO – Ligação e Organização, 2010.

BESEN, Gina Rizpah. Sustentabilidade dos programas de coleta seletiva com inclusão social: avanços, desafios e indicadores. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília, DF. **Anais do Encontro da ANPPAS**. Brasília, DF, ANPPAS, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/index.html>. Acesso em: 17 out. 2013.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 315-342.

BONA, Clademir de. Projeto Andorinha: coleta seletiva de lixo domiciliar objetivando a reciclagem. **Visão Global**, São Miguel d’Oeste, v. 1, n. 2, set. 1997.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Katál**. Florianópolis, v. 12, n.1, p. 105-114, jan./jun. 2009.

BOSI, Antônio de Pádua. A indústria da reciclagem: a organização capitalista do trabalho dos catadores. **Debates Contemporâneos**. Brasília, DF. Ano XIX, n. 45, jan. 2010.

_____. Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n.67, p. 101-116, jun. 2008a.

_____. Antônio de Pádua. Trajetórias ocupacionais e identidade laboral de “jovens” e “velhos” trabalhadores: um estudo comparativo. **História Social**. Campinas, n. 14/15, p. 286-306, 2008b.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas de pesquisa em seres humanos**. Resolução 196/96, de 09/10/1996. DOU 16/10/1996:21081-21085.

_____. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o programa pró-catador, denomina comitê interministerial para inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis o comitê interministerial da inclusão social de catadores de lixo criado pelo decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. **Manual de saneamento**. 3ª. ed. rev. 1º Reimpressão – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

_____. Lei n. 12.305, 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Lex: Diário Oficial da União**, Brasília, 2 de ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/arquivos/plano_nacional_de_residuos_solidos_0.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. Ministério do Planejamento. **Assuntos econômicos: PPP – Parcerias Público-Privadas**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=1&ler=c308>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema de Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>> . Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 3.124, de 8 de junho de 1978. Aprova as normas regulamentadoras – NR – do capítulo V, título II, da consolidação das leis do trabalho, relativas a segurança e medicina do trabalho. **Lex**: Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 de jun. 1978. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CARMO, Maria Scarlet do. A semântica ‘negativa’ do lixo como aspecto ‘positivo’ – um estudo de caso sobre uma associação de recicladores na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v.1, n. 2, p. 121-150, abr/jun, 2009.

CARNEIRO, André Silvani da Silva. **Lixo, quem se lixa?: o bê-á-bá da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2 ed. Rev. e atual. Coordenação Centro de Apoio às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente – Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente**. 2003. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Natália Lidia Garcia de. et al. Estudo sobre o consumo e o destino do lixo numa perspectiva de sustentabilidade. In: XXI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, IX Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica, II Encontro Intercontinental de Economia Doméstica, 2011, Recife. **Anais do Congresso Brasileiro de Economia Doméstica**. Recife: ADALTECH, 2011. CD-ROM.

CHAROUX, Ofélia Maria Guazelli. **Metodologia**: processo de produção, registro e relatório do conhecimento. 2. ed. rev. São Paulo: DVS Ed., 2006.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM – CEMPRE. **Fichas Técnicas**. CEMPRE, 2011. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

COM luta, com garra, o MNCR avança! **De catador para catador**, São Paulo, 4 dez. 2010.

COSTA, Eduardo. et al. Anticidadania 1 X 0 consciência: os clubes de futebol e os seus torcedores perdem (e feio!) no jogo contra o lixo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 fev. 2013. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/especiais/meio_ambiente/anticidadania.shtml> Acesso em: 26 fev. 2013.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi.; DIAS, Sonia Maria.; PENA, André de Souza. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, Valéria Heloisa.; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Orgs.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 299-324.

DAMIANO TEIXEIRA, Karla Maria et al. O que pensam os catadores de materiais recicláveis sobre seu trabalho? In: XXI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, IX Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica, II Encontro Intercontinental de Economia Doméstica, 2011, Recife. **Anais do Congresso Brasileiro de Economia Doméstica**. Recife: ADALTECH, 2011. CD-ROM.

DUARTE, André. Lixão na RMR recebe restos hospitalares. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 set. 2003. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/09/16/urbana11_0.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

DUBEUX, Ana. Incubação de grupos de catadores de resíduos sólidos, compartilhando conhecimentos e construindo inovação social. In: ZANIN, Maria.; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (Orgs.). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 138-168.

FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de Moura.; FARIA, Maurício Sardá de. Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. (Orgs.). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 15-36.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997, Rio de Janeiro. **Anais do V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro: ABET, 1997. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoglobliberalismo/pdf>>. Acesso em: 01 out. 2013.

FREITAS, Valéria da Silva.; LEITE, Nildes R. Pitombo. O processo de trabalho em grupo: um estudo de caso em uma organização cooperativa. In: XVI SemeAd – Seminários em Administração – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2013, São Paulo. **Anais do XVI SemeAd**. São Paulo: EAD-USP, 2013. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/370.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.

FRÉSCA, Fábio Rogério Carvalho. **Estudo da geração de resíduos sólidos domiciliares no município de São Carlos, SP, a partir da caracterização física**. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

Fundo Nacional do Meio Ambiente: 21 anos fomentando a vida – FNMA. Brasília: MMA/FNMA, 2011.

GAIA. “**Lixo transformado em energia**”: mitos versus fatos. Disponível em: <<http://www.no-burn.org/downloads/Lixo%20transformado%20em%20Energia.%20Mitos%20versus%20Fatos.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

GOÉS, Fernanda. Situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável no Brasil. In: **4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente: os catadores na gestão de resíduos sólidos**. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VIxNUik2IE>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GONÇALVES, Breno Nascimento Nunes.; MEIRA, Ludmila. Associação dos recicladores de Olinda: uma experiência de economia solidária para o desenvolvimento local. 2013. Disponível em: <http://cajui.uft.edu.br/gpsociedade/wp-content/uploads/2013/05/Breno_Nascimento_Nunes_Gon%C3%A7alves_ARTIGO.doc.pdf>. Acesso em: 26 set. 2013.

GONÇALVES, Heloísa Helena.; ABEGÃO, Luís Henrique. Da ausência do trabalho à viração: a importância da catação na manutenção da vida. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2004, Indaiatuba, SP. **Anais do II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/index.html#9>. Acesso em: 5 abr. 2013.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O trabalho no lixo**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2006.

GONÇALVES, Rúbia Cristina Martins. **A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência**. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2005.

GRIPPI, Sidney. **Lixo: reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

GUTBERLET, Jutta. Incineração de resíduos sólidos e recuperação de energia: desperdício de vidas e matéria-prima. **De catador para catador**, São Paulo, 4 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Consumo sustentável: manual de educação**. Brasília: Consumers Internacional/MMA/MEC/IDEC, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/consumo_sustentavel.pdf>. Acesso em: 23abr. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA. Situação social **das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**: região nordeste. Brasília, 2013. 38 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.

JESUS, Paulo de. **Economia solidária em Pernambuco 2008**. Recife: Bagaço, 2008.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura.; GONÇALVES, Marilene Parente.; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: EdUFF, 2000.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli. et al. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. et al. **Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. P. 179-220.

LIMA, Luiz Mario Queiroz. **Tratamento de lixo**. São Paulo: Hermes, 1988.

MACIEL, Fabrício.; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. (Org.), **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 241-277.

MAGERA, Márcio Conceição. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. 2. ed. Campinas, SP: Átomo, 2005.

MARKMAN, Luna. Prefeituras devem coletar lixo, mas cidadão precisa ajudar: é dever do governo municipal recolher resíduo e garantir drenagem urbana. Olinda, Recife e Jaboatão afirmam que desafio é educar a população. **G1 Pernambuco**, Recife, 14 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/eleicoes/2012/noticia/2012/09/prefeituras-devem-coletar-lixo-mas-cidadao-precisa-ajudar.html>> Acesso em: 18 jan. 2013.

MARTINS, Luciana Rodrigues. O trabalho: categoria central na vida humana. 2006. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22801474/416401575/name/A+centralidade+da+categoria+Trabalho%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de.; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de materiais recicláveis: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.2, p.62-71, mai/ago, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu.; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 9-29.

MIURA, Paula Orchíucci.; SAWAIA, Barder Burihan. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), p. 331-341, 2013.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo**: a multiplicação do talento humano. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 51-67.

_____. Ana Elizabete. et al. Capitalismo contemporâneo e meio ambiente: as indústrias de reciclagem, o trabalho dos catadores de lixo e ação do estado. In: RUIZ, Ana (Org.).

Búsquedas del trabajo social latinoamericano: urgências, propostas y posibilidades. 1. ed. Buenos Aires: Espacio, 2005, v. 1, p. 115-124.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. In: **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise. IPEA/TEM, n. 41, nov. 2009. p. 55-58.

_____. Audiência pública: catadores defendem proibição da incineração de lixo. 2013b. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/artigos/audiencia-publica-catadores-defendem-proibicao-da-incineracao-de-lixo>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. Educação para emancipação social. In: PINHEL, Julio Ruffin. **Do lixo à cidadania: guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis – IPESA.** São Paulo: Peirópolis, 2013e.

_____. **Mulheres são a maioria entre catadores de materiais recicláveis.** 2013c. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 27 dez. 2013.

_____. **Nossa história.** 2012. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. **O que é o movimento?** 2013a. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 27 out. 2013.

_____. **PEC dos catadores busca aposentadoria especial para a categoria.** 2013d. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/pec-dos-catadores-busca-aposentadoria-especial-para-a-categoria>. Acesso em: 24 out. 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Como anda a Região Metropolitana do Recife.** Recife: Observatório das Metrópoles, FASE/DCG/DAU – UFPE, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Desigualdade de gênero em el mercado laboral:** dos passos hacia adelante, uno hacia atrás. Genebra, 2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_195455/lang-es/index.htm>. Acesso em: 06 mar. 2014.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. A vida em baixo da reciclagem: disparidades entre os significados de uma mesma questão social. In: 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2009, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPOCS, 2009. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=269&Itemid=412>. Acesso em: 5 abr. 2013.

OLIVEIRA, Lourival José de.; SCHWERTNER, Isadora Minotto Gomes. Breve análise das práticas de responsabilidade social empresarial e a concessão de incentivos governamentais em âmbito federal. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9864/breve-analise-das-praticas-de-responsabilidade-social-empresarial-e-a-concessao-de-incentivos-governamentais-em-ambito-federal>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

OLIVEIRA, Michele Morais. et al. A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis. **Oikos**, Viçosa – MG, v. 22, n.1, p. 6-24, 2011.

PENA, Rodolfo Ferreira Alves Pena. Conurbação: o processo de conurbação é um dos principais fatores determinantes para a formação das Regiões Metropolitanas. **Mundo educação**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/conurbacao.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

PEREIRA NETO, João Tinôco. **Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais**. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2007.

PEREIRA NETO, Tiago José. A política nacional de resíduos sólidos: os reflexos nas cooperativas de catadores e a logística reversa. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 77-96, jan/jun, 2011.

PERNAMBUCO. Secretaria das Cidades. **Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos – PMRS/ Secretaria da Cidade – SECID**. Recife, 2011.

PERNAMBUCO (Estado). Lei n. 14.236, de 13 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. **Lex: Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Poder Executivo, Recife, 13 dez. 2010.

PINHEL, Julio Ruffin.; ZANIN, Maria.; MÔNACO, Graziela Del. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. (orgs.). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 52-101.

PLASTIVIDA INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL DOS PLÁSTICOS. **Monitoramento dos índices de reciclagem mecânica de plásticos no Brasil (IRmP) 2011**. Disponível em: <http://www.plastivida.org.br/2009/pdfs/IRmP/Apresentacao_IRMP2011.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Estudo sobre o potencial de geração de energia a partir de resíduos de saneamento (lixo, esgoto), visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável**. São Paulo: Arcadis, Tetraplan, 2010.

REYNALS, Cristina. De cartoneros a recuperadores urbanos. In: **Encuentro Abierto sobre Cartoneros y Gestión de Resíduos Domiciliários, Jornadas Pensar el Presente**. Centro Cultural Rojas, 2002. Disponível em: <http://desarrollourbano.caf.com/media/153967/031_reciclaje%20en%20bares%20y%20bras il.pdf> Acesso em: 9 jan. 2013.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. “No meio e misturado”: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010. p. 67-77.

RIBEIRO, Gabriela. Pernambuco tenta reduzir violência urbana para a Copa 2014. **Portal 2014**, Recife, 9 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/2030/PERNAMBUCO+TENTA+REDUZIR+VIOLENCIA+URBANA+PARA+A+COPA+2014.html>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

RIBEIRO, Solange Queiróz. **A territorialização de catadores em cooperativas de resíduos recicláveis**: o caso dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável – COOTACAR/CASCAVEL/PR. 2009.117 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2009.

ROLIM, Renata Souza.; MASSENA DE MELO, Maria de Fátima. A “inclusão” social dos/as catadores/as de materiais recicláveis por meio da informalidade. In: X Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife, Garanhuns, Serra Talhada. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 2010, Recife. **Anais da JEPEX 2010**. Recife: ADALTECH, 2010. CD-ROM.

_____. Renata Souza.; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Gestão integrada de resíduos sólidos: o trabalho dos catadores de uma cooperativa na Região Metropolitana do Recife. In: EL-DEIR, Soraya Giovanetti (org.). **Resíduos sólidos: perspectivas e desafios para a gestão integrada**. EDUFRPE, 2014. p. 148-154.

_____. Renata Souza.; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano.; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa. Catação de materiais recicláveis como alternativa de trabalho: um estudo com catadoras de uma cooperativa na Região Metropolitana do Recife. In: II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades: Globalização e Interdisciplinaridade, 2013, Belo Horizonte. **Anais do II CONINTER**. Belo Horizonte: CONINTER, 2013. Disponível em: < www.2coninter.com.br/artigos/pdf/677>. Acesso: 04 nov. 2013.

ROOS, Djeovani.; CARVALHAL, Marcelo Dornelis.; RIBEIRO, Solange Queiróz. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no Oeste Paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 114-131, 2010.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. A luta pelo direito ao trabalho associado: apontamentos sobre o marco jurídico da Economia Solidária. In: BENINI, Édi A.; FARIA, Maurício Sardá de.; NOVAES, Henrique T. DAGNINO, Renato. (Orgs). **Gestão pública: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 341-366.

SANTOS, Gemelle Oliveira.; SILVA, Luiz Fernando Ferreira da. Há dignidade no trabalho com o lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 689-716, jun. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Associação**. 2009. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2014.

SILVA, Carlúcia Maria Silva.; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Participação dos catadores de materiais recicláveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus desafios. In: VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI: mudanças, impactos e perspectivas, 2013, São Paulo. **Anais do Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://congressoalast.com/?page_id=518>. Acesso em: 12 jan. 2014.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. **Economia solidária, desenvolvimento local e resíduos sólidos: o caso da Associação de Catadores de Erick Soares do município de Abreu e**

Lima/PE. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2006.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – Sistema PED. **Os negros nos mercados de trabalhos metropolitanos.** 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmet.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

SOBRAL, Natália Gomes; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; COSTA, Jussara Carneiro. Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis da Campina Grande/PB. In: II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações, 2009, João Pessoa. **Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações.** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt5/1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2010.

SOUZA, Silvia Angelica de.; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo.; STANO, Rita de Cássia Magalhães Trindade.; MELLO, Adilson da Silva. Trabalho e identidade: um estudo de caso em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção: maturidade de desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente, 2010, São Paulo. **Anais do XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente.** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tn_sto_113_739_16461.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE COOPERATIVISMO – SUCCOOP. Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços – SICS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE. **Associação ou cooperativa?:** como se organizar em função da necessidade. 2009. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/8/Cartilha.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

VIANA, Nildo. Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 27, p. 509-537, 2000.

VIEIRA, Elias Antônio.; BERRIOS Godoy, Manuel Baldomero Rolando. Lixo: fato ambiental da modernidade. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de geografia.** Rio Claro: Programa de Pós Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2003.

WIRTH, Ioli Gewehr. Trabalho e gênero em cooperativas de triagem de resíduos sólidos. In: ZANIN, Maria.; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. (Orgs.). **Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda.** São Carlos: Claraluz, 2009. p. 102-135.

XIMENES, Daniel de Aquino. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade.; DUARTE, Adriana Cancelli.; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: “Catadores, organizações e materiais recicláveis: um estudo na Região Metropolitana de Recife/PE”.

Coordenador da Pesquisa (Pesquisador Responsável):

Nome: Karla Maria Damiano Teixeira

Departamento: Departamento de Economia Doméstica – Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa.

Telefone: (31) 3899-1632

E-mail: kdamiano@ufv.br

Equipe de Pesquisa:

Nome: Raquel Aragão Uchôa Fernandes

Departamento: Departamento de Ciências Domésticas – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Telefone: (81) 3320-6533 / (81) 9801-3320

E-mail: aragaouchoa@hotmail.com

Nome: Renata Souza Rolim

Departamento: Departamento de Economia Doméstica – Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa.

Telefone: (81) 9630-2733 / (81) 9924-6273 / (81) 3435-4905

E-mail: renata.rolim@ufv.br

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)

Nome:

Telefone:

E-mail:

Endereço:

O/A senhor/senhora foi selecionada e está sendo convidada para participar da pesquisa: “Catadores, organizações e materiais recicláveis: um estudo na Região Metropolitana de Recife/PE”, que tem como objetivo conhecer a história de três elementos fundamentais ao processo de reciclagem do lixo: o catador, a organização (cooperativas e associações) e o material reciclável, a fim de entender como essas histórias se interagem, complementam e influenciam.

Sua participação é voluntária, ou seja, o/a Senhor/Senhora não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago para sua participação. Poderá deixar de responder qualquer pergunta ou interromper a qualquer momento a entrevista, sem lhe trazer nenhuma penalidade. A entrevista será gravada para que possa ser escrita, interpretada e analisada em outro momento.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, e em nenhum momento será revelada sua identidade, dessa forma, os pesquisadores evitarão riscos para os participantes. Quando for necessário exemplificar alguma situação, se fará com nomes fictícios a fim de preservar a sua identificação. Os dados coletados serão utilizados somente nesta pesquisa e seus resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas, onde faremos o uso por apenas cinco anos.

Acredita-se que o entendimento dessa tríade, catador, organização e materiais recicláveis, é importante para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades dos catadores. Assim como, que a pesquisa colabore na construção de projetos de extensão que levem em consideração as principais necessidades dos catadores de recicláveis, criando estratégias que contribua para melhores condições no âmbito de seu trabalho, e para além deste.

Ficarei muito agradecida com sua contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa e solicito sua assinatura no campo abaixo, indicando que está devidamente informado/a sobre os objetivos deste trabalho e os usos de seus resultados.

Assim, declaro que fui informado/a sobre os objetivos do estudo “Catadores, organizações e materiais recicláveis: um estudo na Região Metropolitana de Recife/PE”, de maneira clara e detalhada, e esclareci as minhas dúvidas. Estou informado/a que a qualquer momento posso solicitar novas informações, e modificar meu desejo de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso me traga qualquer penalidade. Declaro que concordo em participar deste estudo, e que recebi uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e, em caso de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada pelo

pesquisador responsável, de discordância com procedimentos ou irregularidade de natureza ética, posso buscar auxílio junto ao **Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – CEP/UFV** no seguinte endereço e contatos:

Divisão de Saúde, *campus* da Universidade Federal de Viçosa – UFV

Telefone: (31) 3899-2492

E-mail: cep@ufv.br

Site: www.cep.ufv.br

Karla Maria Damiano Teixeira

(Orientadora)

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

(Co-orientadora)

Renata Souza Rolim

(Mestranda)

Sujeito Participante

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturado

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

CATADORES, ORGANIZAÇÕES E MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE/PE

I – Identificação

- 1) Cooperativa ou Associação a que pertence _____
- 2) Nome do associado _____
- 3) Sexo () Feminino () Masculino
- 4) Idade _____
- 5) Estado civil
() Solteiro () Casado () Amigado () Separado () Viúvo () Outros _____
- 6) Cor ou raça _____
- 7) Escolaridade
- 8) Número de filhos
- 9) Número de residentes no domicílio _____
- 10) Renda Familiar aproximada _____
- 11) É o principal responsável pela renda familiar? Se não, quem é? _____

II – Trajetória Ocupacional

- 1) Antes de ser catador, você realizou algum outro trabalho? Qual (is)?
- 2) Caso tenha realizado outra(s) atividade(s) anterior (es) à catação, quanto tempo aproximadamente desenvolveu cada uma dessas atividades? Sua carteira de trabalho foi assinada?
- 3) Você gostava dessa atividade? Por quê?
- 4) Por que trocou essa atividade pela de catação de materiais recicláveis?
- 5) Quanto tempo ficou sem trabalho até iniciar o trabalho da catação de recicláveis?
- 6) Há quanto tempo trabalha na atividade de catação de recicláveis?
- 7) Você paga sua Previdência Social? Por quê? Caso pague, como autônomo ou como catador de recicláveis?

- 8) Além do trabalho de catação de materiais recicláveis, você desempenha outra atividade que lhe forneça renda? Qual (is)? Tem carteira assinada?
- 9) Você é aposentado ou recebe algum tipo de benefício do governo? Qual?
- 10) Qual sua faixa de renda na catação de materiais recicláveis? E qual sua faixa de renda com a (s) outra (s) atividade (s) que desempenha (caso seja desenvolvida)?

Com a catação	
<input type="checkbox"/> até R\$:169,50	<input type="checkbox"/> até ¼ SM (Salário Mínimo)
<input type="checkbox"/> de R\$:169,50 a R\$:339,00	<input type="checkbox"/> de ¼ a ½ SM
<input type="checkbox"/> de R\$:339,00 a 508,50	<input type="checkbox"/> de ½ a ¾ SM
<input type="checkbox"/> de R\$:508,50 a R\$:678,00	<input type="checkbox"/> de ¾ a 1 SM
<input type="checkbox"/> de R\$:678,00 a R\$:847,50	<input type="checkbox"/> de 1 a 1¼ SM
<input type="checkbox"/> de R\$: 847,50 a R\$:1.017,00	<input type="checkbox"/> de 1¼ a 1½ SM
<input type="checkbox"/> acima de R\$:1.017,00	<input type="checkbox"/> acima de 1½ SM
Com outra atividade:	
<input type="checkbox"/> até R\$:169,50	<input type="checkbox"/> até ¼ SM (Salário Mínimo)
<input type="checkbox"/> de R\$:169,50 a R\$:339,00	<input type="checkbox"/> de ¼ a ½ SM
<input type="checkbox"/> de R\$:339,00 a 508,50	<input type="checkbox"/> de ½ a ¾ SM
<input type="checkbox"/> de R\$:508,50 a R\$:678,00	<input type="checkbox"/> de ¾ a 1 SM
<input type="checkbox"/> de R\$:678,00 a R\$:847,50	<input type="checkbox"/> de 1 a 1¼ SM
<input type="checkbox"/> de R\$: 847,50 a R\$:1.017,00	<input type="checkbox"/> de 1¼ a 1½ SM
<input type="checkbox"/> acima de R\$:1.017,00	<input type="checkbox"/> acima de 1½ SM

- 11) Você se relaciona com seus colegas de trabalho? Em caso positivo, como é o relacionamento? Em caso negativo, por quê não?

III – Catador e sua relação com Poder Público, Sociedade e Família

- 1) Você considera seu trabalho importante? Por quê?
- 2) O que você acha que as pessoas pensam sobre o seu trabalho?
- 3) A organização recebe algum apoio da Prefeitura? Qual?
- 4) Você considera necessário o apoio da Prefeitura? Por quê?
- 5) O que você acha que sua família pensa sobre o seu trabalho?
- 6) E você, o que pensa sobre o seu trabalho?

IV – Cooperativa/Associação

- 1) Quando surgiu a organização?
- 2) Como foi o processo de surgimento da organização?
- 3) Como você tomou conhecimento da organização?
- 4) Por que você decidiu trabalhar nesta organização? Há quanto tempo trabalha nesta organização? Trabalhou em outra organização antes? Em qual? Por que decidiu mudar?
- 5) Quais benefícios você considera por estar organizado em associação/cooperativa? E as desvantagens, quais são?
- 6) Há reuniões na organização? Você participa? Por quê?
- 7) Como você considera seu ambiente de trabalho? Por quê? Mudaria alguma coisa? O quê?
- 8) Como é o relacionamento entre os associados?

V – Trajetória do Material

- 1) Onde e como os membros da organização recolhem os materiais recicláveis?
- 2) Quais os bairros que vocês trabalham?
- 3) Vocês recebem algum tipo de doação? De quem?
- 4) Como é a qualidade do material coletado, e do material que é doado (caso exista doação)?
- 5) Vocês realizam algum tipo de beneficiamento? Qual?
- 6) Para quem vocês vendem os seus materiais?
- 7) Como é estabelecido o preço dos materiais recicláveis?
- 8) Você conhece o destino do material reciclável, ou seja, o que é feito com ele?

Outras Anotações:

APÊNDICE C – Registros Fotográficos

1. Associação De Catadores União e Força – ASCUF



Figura 3: Material para ser triado.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 4: Balança da associação.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 5: Material triado pelos catadores.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 6: Material já triado e armazenado à espera da empresa de papel e papelão.
Fonte: Dados da pesquisa.

2. Associação dos Recicladores de Olinda – ARO



Figura 7: Entrada da ARO.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 8: Carros improvisados para coleta dos materiais.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 9: Prensa da Aro e material a ser compactado.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 10: Fardos de papelão.
Fonte: Dados da pesquisa.

3. Associação o Verde é a Nossa Vida



Figura 11: Entrada da Associação.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 12: Material para ser compactado através da prensa.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 13: Prensa sendo abastecida para produção de fardo de papelão.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 14: Materiais já triados e armazenados em *bags* para comercialização (vendidos soltos).
Fonte: Dados da pesquisa.

4. Associação de Catadores da Dignidade de Camaragibe – ACAD



Figura 15: Área lateral da Associação.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 16: Associação e rejeito retirado do material recolhido.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 17: Parte interna da Associação com alguns materiais triados e guardados em *bags*.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 18: Materiais para serem triados dispostos na área externa da Associação.
Fonte: Dados da pesquisa.

5. Cooperativa de Reciclagem de Plásticos – COOREPLAST



Figura 19: Caminhão da Cooperativa.
Fonte: Dados da Pesquisa.



Figura 20: Entrada da Cooperativa, local onde os catadores recebem os materiais para fazer a triagem.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 21: Rejeitos retirados dos materiais provenientes da coleta seletiva.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 22: Materiais para serem compactados por meio da prensagem.
Fonte: Dados da pesquisa.

6. Cooperativa de Catadores de Material Reciclável Erick Soares – COOCARES



Figura 23: Galpão da COOCARES.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 24: Fardos de materiais armazenados na parte descoberta do galpão.
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 25: Empilhadeira da Cooperativa entre os materiais recicláveis
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 26: Prensa, fardos produzidos a partir da prensa e alguns materiais a serem compactados.
Fonte: Dados da pesquisa.